



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

BIANCA ZAENE RODRIGUES MOTA

MÁQUINAS, MUROS E O GALO IMPERTINENTE: o realismo mágico literário de José J. Veiga na reflexão acerca da ditadura militar no Brasil e proposta didática para ensino de história.

**São Luís
2024**

BIANCA ZAENE RODRIGUES MOTA

MÁQUINAS, MUROS E O GALO IMPERTINENTE: o realismo mágico na literatura de José J. Veiga na reflexão sobre a ditadura militar no Brasil e proposta didática para ensino de história.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa

**São Luís
2024**

FICHA CALATOGRÁFICA DA BIBLIOTECA SETORIAL DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Mota, Bianca Zaene Rodrigues.

Máquinas, muros e o galo impertinente: o realismo mágico literário de José J. Veiga na reflexão acerca da ditadura militar no Brasil e proposta didática para ensino de história / Bianca Zaene Rodrigues Mota. – São Luís, 2024.

96 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa.

1. Ensino de História. 2. Realismo mágico. 3. Ditadura Militar. 4. Literatura. I. Título.

CDU 93/94:82

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657

BIANCA ZAENE RODRIGUES MOTA

MÁQUINAS, MUROS E O GALO IMPERTINENTE: o Realismo Mágico literário de José J. Veiga na reflexão acerca da ditadura militar no Brasil e proposta didática para ensino de história.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 26/04/2024

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MOAB CESAR CARVALHO COSTA**
Data: 26/04/2024 11:24:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Moab César Carvalho Costa. (Orientador)
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente
 **CARINE DALMAS**
Data: 26/04/2024 11:33:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Carine Dalmás.
(UEMA/INTEF)

Documento assinado digitalmente
 **GILBERTO FREIRE DE SANTANA**
Data: 05/05/2024 09:39:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gilberto Freire de Santana.
(UEMASUL/EXTERNO)

AGRADECIMENTOS

Fazer essa pesquisa e conciliar quarenta horas de trabalho semanais como professora em uma escola pública foi um desafio. Agradeço a Deus, primeiramente, pelo sustento sem medida até aqui. À minha mãe pelo socorro, auxílio e caronas, sem você eu não teria conseguido. Família e amigos, obrigada pela torcida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Moab César Carvalho agradeço a confiança, incentivo e paciência. E à banca, Prof. Dr. Gilberto Freire de Santana e Prof.(a) Dra. Carine Dalmás, por aceitarem o convite e tão generosamente contribuírem com sugestões que enriqueceram esse trabalho. À professora Carine agradeço especialmente pelas aulas inspiradoras e pelos ricos comentários desde a banca de seleção desse mestrado.

Agradeço ainda à Prof^a Ma. Liana Márcia Gonçalves Mafra pela leitura atenciosa do meu projeto e ao Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho pelos *insights* para essa pesquisa durante o seminário interno do PPGHIST. Sou grata ainda à Profa. Dra. Raissa Cirino pela disponibilidade e por todo o auxílio e leituras relacionadas ao produto educacional.

As colegas do PPGHIST, Gehard Berg, Georgiana, Raimunda e Maria, agradeço pela companhia durante os últimos dois anos, as caminhadas pelo Centro Histórico de São Luís e pelo partilhar dessa jornada, vocês deixaram tudo mais leve.

"O sertão é do tamanho do mundo"
Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*

“O homem constrói casas porque está vivo, mas escreve livros porque sabe que é mortal. [...] A leitura [...] não lhe oferece nenhuma explicação definitiva acerca do seu destino, mas tece uma apertada rede de conviências entre a vida e ele. Ínfimas e secretas conviências que falam da paradoxal alegria de viver, mesmo quando referem o trágico absurdo da vida.”
Daniel Pennac em *Como um romance*

RESUMO

Esse trabalho se dedica a pesquisar a relação das obras do gênero realismo mágico do autor goiano José J. Veiga com o contexto de ditadura militar em que foram publicadas, apontando maneiras de utilizar essa linguagem literária no ensino de história do período. Para tal, são revisadas as pesquisas da área de história que enfocam a literatura do período ditatorial e analisados os contos *O Galo Impertinente* (1967) e *A Máquina Extraviada* (1967) e o romance *Sombras de Reis Barbudos* (1972) de José J. Veiga a partir da noção de representação de Roger Chartier (1991;2010). O trabalho tem como objetivo a elaboração de um produto didático em formato de *ebook* voltado a professores do 9º ano do Ensino Fundamental, com orientações para uso da literatura em sala no ensino do conteúdo de ditadura militar. A partir da perspectiva da educação histórica objetivasse contribuir na consciência histórica acerca do período ditatorial.

Palavras-chave: Ensino de História; História e Literatura; Ditadura Militar; José J. Veiga; Realismo Mágico.

ABSTRACT

This work is dedicated to researching the relationship between the works of magical realism by Goiás author José J. Veiga and the context of the military dictatorship in which they were published, pointing out ways of using this literary language in teaching the history of the period. To this end, research in the field of history that focuses on the literature of the dictatorship period is reviewed and the short stories *O Galo Impertinente* (1967) and *A Máquina Extraviada* (1967) and the novel *Sombras De Reis Barbudos* (1972) by José J. Veiga are analyzed based on Roger Chartier's notion of representation (1991;2010). The aim of the work is to produce a didactic product in ebook format for teachers of the 9th grade of elementary school, with guidelines for using literature in the classroom to teach the content of the military dictatorship. From the perspective of history education, the aim was to contribute to historical awareness of the dictatorial period.

Keywords: History Teaching; History and Literature; Military Dictatorship; José J. Veiga; Magic Realism.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
ProfHistória	Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA, LITERATURA E ENSINO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR.....	20
1.1 Literatura e história: uma breve retomada	21
1.2 Fonte e linguagem: a literatura e o conhecimento histórico.....	24
1.3 Memória e embates: a literatura como fonte para o pós-1964	31
1.4 Realismo mágico e ditadura militar.....	42
CAPÍTULO 2 – A MODERNIZAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL DITATORIAL EM JOSÉ J. VEIGA.....	47
2.1 O homem do interior do Goiás: a construção do escritor José J. Veiga.....	48
2.2 Representações da modernização e autoritarismo em O Galo Impertinente (1967), A Máquina Extraviada (1967) e Sombras de Reis Barbudos (1972)	53
2.3 Leitura e releitura da ditadura militar em José J. Veiga	68
CAPÍTULO 3 - CONVITE À LEITURA: A CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL PARA O ENSINO DA TEMÁTICA DITADURA MILITAR A PARTIR DAS OBRAS DE JOSÉ J. VEIGA	72
3.1 Demandas no ensino sobre ditadura militar e o uso da literatura da ditadura	73
3.2 O produto e suas sessões	78
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

“O que isto que estou fazendo tem a ver com o Brasil?”¹, o questionamento ocorrido ao goiano José J. Veiga² (1915-1999), no decorrer de sua trajetória literária, aponta para a preocupação da relação de sua escrita com a realidade do país. A crítica literária e pesquisas acadêmicas dedicaram-se desde a estreia do autor, em 1958, a investigar essa relação intrínseca de sua obra com o Brasil. Partindo desse contexto, traçamos, na presente pesquisa, um diálogo entre os seguintes eixos: as obras do autor e seu potencial na pesquisa e ensino de história.

O trajeto da investigação tem origem no interesse pelas ligações possíveis entre literatura e história, em especial àquelas obras produzidas no contexto da ditadura militar brasileira. Nesse sentido, em nosso trabalho de graduação³, chegamos a José J. Veiga e suas obras a partir da busca por um escritor brasileiro com características do gênero realismo mágico latino-americano. O objetivo era lançar um olhar histórico sobre as relações literárias do autor e as alegorias do seu livro *Sombras de Reis Barbudos*, como uma crítica ao momento autoritário que vivia.

Nesse percurso, porém, outras questões foram identificadas e expandiram o interesse aos contos de Veiga e ao potencial didático do seu universo temático. Passou a nos interessar uma análise que demonstrasse como o autoritarismo e a modernização brasileira, presentes no século XX, confluem às vivências do autor e à sua elaboração literária.

Enquanto escritor, José J. Veiga publicou, principalmente, ao longo das décadas de 1960 e 1970, durante os anos da ditadura militar. Assim, o moderno, a modernização e a industrialização aparecem nas histórias como projetos e discursos políticos de avanço, e se chocam às cidades imaginadas de sua escrita. Sua ficção, por consequência, perpassa e é perpassada por transformações da modernidade, se mesclando ao contexto autoritário dessas mudanças, especialmente aquelas produzidas no contexto ditatorial.

Deste modo, a relação buscada se faz não apenas porque na ambientação seus livros se reportam às vivências nas pequenas cidades que compõem o interior do país. Mas, pela presença, em seus contos e romances, de elementos das transformações brasileiras durante o

¹ José J. Veiga em entrevista à Veja em 1982.

² José Veiga na certidão de nascimento, o J, do sobrenome Jacinto da mãe, foi adicionado posteriormente por sugestão numerológica do amigo Guimarães Rosa. Assim, o nome José J. Veiga, é a abreviação utilizada em suas publicações.

³ MOTA, Bianca Zaene R.. **Ecossistema da ditadura militar no romance *Sombras de Reis Barbudos* (1972): entre trajetórias e representações de uma análise histórica**. Universidade Estadual Da Região Tocantina Do Maranhão- UEMASUL, Imperatriz: Maranhão, 2017.

século XX: experiências de modernização, tecnocracia, tentativas de integração do interior aos centros urbanos do país etc. Essas mudanças e permanências presentes em suas obras também encenam as violências, às vezes silenciosas, outras escancaradas, desses processos a partir do cenário rural.

No universo das obras de José J. Veiga, tomamos em nossa análise algumas que são emblemáticas desses temas, ambientadas no sertão⁴, junto ao roçado, ao arado puxado por bois, a vida em fazendas, e que se chocam às mudanças. O choque está na chegada repentina de homens estranhos e seu maquinário cuja finalidade é uma incógnita, como ocorre no conto *A Máquina Extraviada* (1967). Emerge, também, na expectativa da construção de uma esplêndida estrada cuja função não se concretiza, como no conto *O Galo Impertinente* (1967). E está, ainda, na instalação de uma Companhia de Melhoramentos, tal qual ocorre na obra *Sombras de Reis Barbudos* (1972), em que se acompanha, junto aos personagens, o otimismo diante de melhorias antes de um golpe, que gera mudanças no cotidiano, guiado por novas regras e o sufoco de imposições e muros.

A partir dessas obras, delimita-se o primeiro eixo do objeto dessa pesquisa: a possibilidade de refletir acerca de aspectos das transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil do século XX, e em especial sobre o contexto autoritário, a ditadura militar de 1964, em que o autor as publicou.

Nesse sentido, alguns trabalhos contribuíram na construção de nossa problemática. Os ensaios de Samira Campedelli (1982) dedicados a elaborar uma “Literatura Comentada” de José J. Veiga, em uma análise pioneira, localizam a obra de Veiga no seu tempo e o Brasil na produção Veiguiana. Ao rever como o sertão é narrado na literatura brasileira, a autora evidencia nas obras de Veiga o assombro do sertão diante das mudanças.

A dissertação “Um olhar crítico sobre o nosso tempo: uma leitura da obra de José J. Veiga”, de Agostinho Potênciano de Souza (1987), é provavelmente a primeira pesquisa acadêmica extensa dedicada à obra do autor. Souza cunhou a denominação que se convencionou como “ciclo sombrio” de Veiga, caracterizado pelas obras publicadas entre

⁴ Aqui consideramos sertão não como a denominação de um local, região ou território geográfico específico, mas sim "uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. [...] uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo." (Moraes, 2003).

Nessa perspectiva de leitura, Veiga aborda o sertão, mas nunca como localizado no mundo “real” em uma localidade específica e dessa forma trata de questões gerais, de qualquer sertão e mesmo de outros lugares, pois lida com sentimentos e vivências humanas universais.

1966 e 1982, período da ditadura militar. Nelas, o autor apontou como marca o olhar crítico para a realidade social que o cercava.

Regina Dalcastagnè (1996) inclui o livro *Sombras de Reis Barbudos* entre os romances emblemáticos que expuseram o autoritarismo da ditadura militar. Essas obras⁵ possuem a praça como centro e usam o alegórico, o simbólico, o absurdo e o riso em seus desenvolvimentos. A autora aponta as ambientações em pequenas cidades como "microcosmos talhados para encenar a opressão do homem como um todo" (Dalcastagnè, 1996, p. 78).

A dissertação de Gregório Foganholi Dantas (2002) contribui às pesquisas ao discutir os inúmeros gêneros em que a obra de Veiga foi enquadrada ao longo do tempo conforme a crítica. Ele opta por denominar a literatura do autor como insólita, defendendo a ideia de que as narrativas veiguianas não chegam a se fixar no fantástico, sempre oscilando junto à realidade. No entanto, Dantas constata haver em Veiga uma inegável ligação com o realismo mágico, e as características que permitem esse diálogo fazem parte da historicização do autor.

O realismo mágico é um gênero que, na América Latina, efervesceu com o *boom* literário da década de 1960. Suas características eram a presença de elementos inexplicáveis invadindo o cotidiano e a "normalidade" da narrativa com uso de aspectos das culturas locais. Conforme análises, nessa literatura há um teor de resistência por remeterem contextualmente às problemáticas sociais em países latino-americanos que passaram por regimes ditatoriais no auge do gênero. Autores à exemplo de Miguel Ángel Asturias, Gabriel Garcia Márquez, Juan Rulfo e Júlio Cortázar são expoentes do estilo.

A discussão em torno do gênero é extensa, não apenas quanto ao conceito de fantástico e realismo mágico, como de sua aplicação na obra de José J. Veiga. Os estudos sobre o autor sempre destacam seu distanciamento do realismo, colocam sua obra como expressão da literatura fantástica no país e do realismo mágico em língua portuguesa⁶. Considerando tais aspectos, evidencia-se que, em meio à gama de discussões em torno do tema, o que torna Veiga um objeto de estudo pertinente, do ponto de vista histórico, inclui essa ligação ao realismo mágico latino-americano e aos sentidos de sua manifestação.

Considerando análises históricas, ao que nos consta, a única em torno da obra de Veiga é a do professor da USP, Marcos Silva. O autor possui dois artigos em que ressalta a ficção de Veiga no contexto pós-1964, a partir da concepção de história local. O local, para

⁵ *Incidente em Antares* (1971) de Érico Veríssimo e *Os Tambores Silenciosos* (1977) de Josué Guimarães são exemplos de obras que também se enquadram nessas características conforme Dalcastagnè (1996).

⁶ Veiga e Murilo Rubião são representantes do gênero no Brasil.

Silva (2016), são as cidades em que se passam as histórias veiguianas, estes locais imaginários possibilitam desvelar e compreender o mundo. Seus apontamentos são pertinentes à medida que ampliam possibilidades de leitura e análise em torno das obras.

Pesquisas recentes aprofundam os aspectos da modernidade nos contos e romances do autor. Como exemplo, João Pedro de Carvalho (2021) explica a alegoria nas obras como uma reação ao processo desenvolvimentista ocorrido no Brasil e vivenciado por Veiga ao longo do século XX. Para Carvalho (2021), Veiga narra a aniquilação dessas pequenas cidades e de seu modo de vida e a leitura de suas obras desvenda os vestígios desses processos.

Luís André Nepomuceno (2023) destaca ainda que esse progresso e inovação nas narrativas acompanha a imposição e um poder “representado por fábricas, máquinas ou companhias que se instalam nos arredores da cidade”, que “não apenas proíbe liberdades, mas destina-se a um projeto de mudança de consciências” (Nepomuceno, 2023, p. 6). Para o autor, a literatura de Veiga elabora representações do convencimento de uma população em prol da instauração da arbitrariedade política, como colaboradores na construção de regimes totalitários e ditaduras.

Os apontamentos aqui destacados quanto às obras do escritor são apenas recortes que constata as contribuições de Veiga para pensar as transformações no Brasil do século XX, especialmente no contexto da ditadura militar. Assim, essa dissertação tem o objetivo de aprofundar a perspectiva histórica sobre as obras em torno dessas temáticas e estender sua reflexão e pertinência para o ensino de história.

A possibilidade de inclusão de produções culturais, como a literatura, em análises históricas faz parte das mudanças de paradigmas e inclusão de novas fontes nas pesquisas, frutos de discussões ocorridas ao longo do século XX. Na perspectiva da História Cultural, a fonte literária possibilita “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990, p.16). Assim, como produção humana, os escritos ficcionais evocam percepções de como os autores concebem o mundo que habitam, ocorrendo o entrelaçamento entre literatura e história, já que ambas são narrativas que se reportam à realidade.

Nesse sentido, conforme a noção de representação, abordada por Roger Chartier (1991, 2010), uma produção cultural faz referência à realidade social e com esta se comunica. Há, no conceito de representação, a dimensão transitiva - em que toda representação significa algo -, e a reflexiva, em que se apresenta e quer ser lida de certa maneira. Um texto, então, se

refere à realidade social e o faz por meio das estratégias que usa, dos símbolos e escolhas de construção.

O conceito de representação dialoga com a teoria de campo⁷ de Pierre Bourdieu (2004), em que um grupo de indivíduos compõem um lugar social a partir de regras e relações próprias. Nessa perspectiva, um texto é elaborado por um indivíduo que faz, por sua vez, parte de determinado grupo social com concepções de mundo que influenciam sua escrita e o identificam como parte de um campo literário. Em Bourdieu, portanto, “o autor faz a obra e é ao mesmo tempo feito pelo campo literário” (Coutinho, 2003, p. 57).

Conforme essa perspectiva, o objeto de estudo aqui proposto busca acrescentar as leituras da relação entre a literatura produzida por José J. Veiga e seu contexto histórico. O contexto é a ditadura militar ocorrida após o golpe de 1964, que ocorreu em meio a uma conjuntura de transformações sociais, políticas e econômicas, cujas consequências incidem na estrutura do Brasil recente. A modernização, desenvolvimento e autoritarismo são aspectos que fazem parte desse conjunto, todos essenciais na compreensão daquele contexto ditatorial (Ridenti, 2014).

Nesse sentido, a literatura de ditadura, ou seja, a produzida naquelas circunstâncias, refletiu diversos aspectos das mudanças na realidade vivenciada. Nas palavras de Tânia Pellegrini (2014, p. 169):

[...] pode-se dizer que o período da ditadura militar teve força e densidade suficientes para, por meio de seu aparato político e jurídico autoritário e totalizador, constituir aspectos circunstanciais nacionais combinados com a conjuntura internacional de desenvolvimento da cultura, os quais, incidindo sobre a literatura, possibilitaram o ressurgimento de matrizes temáticas e expressivas modificadas, que foram sendo retomadas, revisitadas e adaptadas nas décadas subsequentes, num processo contínuo de continuidades e rupturas, mais ou menos intensas.

Assim, a literatura ficcional, por meio de diversas temáticas e gêneros, dialogou com as transformações políticas e sociais do país naquele momento, estabelecendo certa relação entre as produções literárias e a compreensão histórica do Brasil durante o período. A investigação em torno da literatura de Veiga contribui, assim, no estudo de obras que faziam uso da alegoria como recurso para leitura da realidade autoritária.

Historicizar essa literatura seria não apenas interpretá-la, mas analisá-la como produção de sentido, por parte do autor, sobre o mundo em que se vivia, por meio dos

⁷ Isto porque a elaboração literária inclui a experiência e individualidade do autor. Além do grupo literário com quem dialoga, com quem constrói redes de significado e tem publicações em comum. Tais conexões podem ser relacionadas a estilo, a temas, linguagem e envolvem as trocas intelectuais dentro desse grupo (Bourdieu, 2004, p.177).

aspectos sociais que constroem seu sentido. Ampliando essa atribuição de significados ao potencial de seu uso no ensino de história, se torna necessário, ao longo da pesquisa, uma concepção de diálogo entre diversos saberes.

A ideia de interdisciplinaridade é aplicada à diferentes práticas e, ainda que haja a pretensão de uma pesquisa *pluri*, *multi* ou transdisciplinar, muitas vezes ocorre a manutenção dos princípios de cada uma das disciplinas isoladamente. Isso se dá, pois, como parte das limitações e restrições de cada campo de pesquisa que dificulta transpor “princípios discursivos, as perspectivas teóricas e os modos de funcionamento em que fomos treinados, formados, educados” (Pombo, 2005, p. 5).

Olga Pombo (2005) discute tal configuração em diversos níveis da relação entre disciplinas, e aponta na interdisciplinaridade a necessidade de uma disposição para realizar uma relação recíproca, de diálogo entre áreas em direção a um conhecimento conjunto. Levando em conta, assim, que certas investigações precisam de conhecimentos de diversas disciplinas para análises detalhadas.

É, portanto, um pressuposto básico desse trabalho a ideia de que diversas áreas e saberes são contribuintes na construção do conhecimento histórico. Logo, a relação entre história e literatura, a partir da História Cultural, é referencial dessa pesquisa, especialmente os estudos de Roger Chartier (1990, 2000) sobre produções culturais e literatura.

Além disso, a história acadêmica e a ensinada são campos distintos de investigação. Os conhecimentos acadêmicos e os saberes escolares vêm sendo discutidos e aproximados a partir da educação histórica. Considerando o conhecimento do contexto ditatorial, há a necessidade de trazer para as gerações mais novas a compreensão do período, que como conteúdo tem seus próprios desafios, desde a ordem curricular em que o tema é ensinado (normalmente no fim do ano), até a restrição temática a determinadas séries (9º ano do ensino fundamental). Ademais,

[...] um dos fatores que incidem sobre a atuação dos professores é justamente o fato de que esse passado está definitivamente presente; e não está conformado enquanto um discurso “coeso” ou “oficial”. Ao contrário, é matizado por constantes reelaborações, e a abordagem do professor, ao aproximar-se de tal temática, não passa apenas pelo contato com a historiografia, mas com a memória social elaborada por diferentes grupos, que trazem à tona dores, lembranças, traumas e controvérsias (Gasparotto; Padrós; 2010, p. 187).

Essa memória envolve o momento da abertura e transição política, ao fim da ditadura.

O caso brasileiro foi marcado pela Lei de Anistia⁸ de 1979, que é exemplar no apagamento e esquecimento do passado ditatorial:

A Lei de Anistia teve um caráter amplo e irrestrito, ou seja, serviu para acomodar os interesses das forças esquerdistas e direitistas na transição para a democratização do país. O preço disso foi a operacionalização de um silêncio institucional sobre os crimes contra os direitos humanos ocorridos no Brasil durante os anos de chumbo do regime militar (Silva; Durão, 2023, p. 5).

Assim, as informações sobre o período pós-1964 têm origem não apenas no ambiente acadêmico e escolar, mas em meios midiáticos variados e na convivência social com o tema. Desde os cinquenta anos do golpe, em 2014, junto a uma crise política e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, foram divulgados atos públicos e discursos, entre civis e políticos, onde há apologia às práticas do regime autoritário, não raro havendo alusão a seu retorno. Ascende negacionismos e revisionismos, e um cenário de perpetuação do esquecimento quanto ao período.

Tais manifestações são demonstrações do embate entre discursos, memórias e projetos políticos⁹ que ainda estão em disputa, sendo evocadas a partir de questões do presente. Esse histórico interliga a temática com questões sociais e políticas da atualidade e sua presença em debates, nos âmbitos privado e público, inflama discussões e evidencia a persistente problemática da memória e do esquecimento entre as novas gerações. Diante desse cenário, cabe questionar o papel do ensino escolar de história em torno do tema (Peres, 2014).

As fragilidades na compreensão desse passado pelas gerações mais novas demonstram a necessidade de um conhecimento consistente do período para a leitura do estado de coisas na sociedade brasileira atual. Diante do desafio desse ensino escolar têm sido elaboradas perspectivas que expõem o terror de Estado, a repressão durante o período e buscam honrar a memória de suas vítimas, especialmente após os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁰. A comissão finalizou seus trabalhos em 2014 e seus esforços se voltaram para apuração dos crimes contra os direitos humanos durante a ditadura, por meio da investigação

⁸ A lei nº 6.683, assinada no governo de João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, visava o perdão dos perseguidos políticos, considerados subversivos pela ditadura, e não versava sobre os crimes cometidos pelo Estado brasileiro.

⁹ Sobre a problemática na última década e sua reflexão no ensino, consultar: ALVES, Alison S. de S.; SILVA, F. V. da. Tendências negacionistas sobre a ditadura militar no bolsonarismo: um debate necessário para o ensino de história contemporânea. In: SILVA, Francisco Vieira da; MAYER, Leandro (orgs). **Michel Foucault na educação**: propostas investigativas. Itapiranga: Schreibern, 2021.

¹⁰ Frutos de décadas de debates, a comissão foi instaurada durante o governo Dilma Rousseff. Conforme Tenaglia e Rodrigues (2023, p. 247): “Vários países que passaram por ditaduras militares ou regimes ditatoriais criaram comissões da verdade ainda no final dos anos 1980 e 1990. No Brasil, isso ocorreu somente em 2012, com a vigência da CNV. Portanto, o Brasil foi o último país latino-americano a implementar uma comissão da verdade nacional.”.

e busca de abertura de arquivos por todo o país, já que estes são essenciais para se cumpra, de fato, a justiça de transição e "o direito de acesso à informação, à memória e à verdade." (Tenaglia; Rodrigues, 2023, p. 247).

O ensino de história da área deve, portanto, ter como objetivo a construção da consciência histórica do período. Conforme Jörn Rüsen (2011a) a consciência histórica não é apenas conhecimento do passado, mas uma estruturação desse conhecimento como parte da compreensão do presente e da perspectiva de um futuro. O desenvolvimento dessa consciência possibilita ao aluno a compreensão do mundo que habita e de sua identidade diante desse mundo.

Entre as demandas para esse ensino na atualidade estão a escolha das temáticas e fontes utilizadas para estabelecer conexão com esse passado autoritário. Propomos discutir, diante do objeto de pesquisa, como a literatura é uma boa fonte e linguagem para contemplar as complexidades daquele momento. Para tal, a culminância da pesquisa é também a elaboração de um produtor educacional a partir das discussões da dissertação.

O produto educacional tem a proposta de explorar o potencial literário de José J. Veiga na expansão de temas e conteúdos sobre a atuação da ditadura em contexto diversos, enfocando aspectos sociais e econômicos. Sua construção considera questões pungentes no tempo presente para o ensino do tema, buscando conferir ao aluno instrumentos para conhecer aspectos ditatoriais e reconhecer elos deste com a sociedade brasileira atual.

Desse modo, apresenta-se as questões norteadoras e que estruturam a dissertação. Primeiramente, as problemáticas que orbitam entorno da pesquisa são as seguintes: Qual relação pode se estabelecer entre a literatura de José J. Veiga e um discurso histórico em narrativas no contexto pós-1964 no Brasil? Como as obras se comunicam tematicamente a conceitos históricos relacionados a esse período ditatorial? Como elaborar abordagens dessa literatura ficcional como recurso para o ensino básico de história?

Metodologicamente, faz relações com os teóricos da literatura com os quais pode-se estabelecer diálogos, com os conteúdos e conceitos históricos, possíveis associações a partir de trechos das obras e com as metodologias para o uso da literatura no ensino de história. Dessa forma, a exposição será feita em três capítulos.

O **Capítulo 1** delinea o objeto em seu campo de estudo, discutindo as relações entre literatura, história e ensino. Retoma, assim, brevemente aspectos teóricos do diálogo entre as áreas, aponta a concepção de literatura como fonte histórica da pesquisa e discute o uso da linguagem literária no ensino de história. Em seguida discorre acerca da literatura produzida

na ditadura militar, pensando possíveis relações históricas e culturais às manifestações do gênero realismo mágico naquele contexto e as possibilidades de investigação em torno desta.

O **Capítulo 2** analisa as produções literárias de José J. Veiga. As relações entre o contexto em que viveu e sua ficção são considerados a partir da biografia do autor. A biografia de Moacir Amâncio, entrevistas como a concedida à Edvla Van Steen (1981)¹¹ e transcrições de eventos - como ocorre no livro “Atrás do mágico relance: uma conversa com JJ Veiga”¹² (1989) -, além de palestras do autor, são fontes que provém aspectos biográficos de Veiga.

Desse modo, buscamos traçar sua trajetória de vida e literária, além de elencar categorias de análise (ditadura, repressão e modernização) com base em temas e conceitos históricos que podem ser trabalhados a partir das obras.

A representação que as narrativas fazem desses temas ocorrerá a partir da Análise de Conteúdo. Conforme Bardin (2016), as técnicas dessa metodologia permitem a análise das comunicações, sejam orais, escritas ou imagéticas. Por meio dela, podemos descrever, comparar informações e inferir interpretações. Para tal, elencamos para análise os contos *O galo impertinente* (1967) e *A máquina extraviada* (1967) e o romance *Sombras de reis barbudos* (1972) de José J. Veiga.

Por fim, o **Capítulo 3** discorrerá sobre a elaboração do material didático. Este se dedicará a conectar as discussões da dissertação ao ensino de História sobre o período da ditadura militar. Ademais, discutirá o tema a partir dos aparatos normativos vigentes, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM). O resultado será um produto educacional que contribua para o ensino da temática da ditadura militar no tempo presente, a partir da utilização da linguagem literária.

¹¹ São uma série de entrevistas realizadas da década de 1970 e 1980, com diversos autores do período.

¹² Livro fruto da participação de Veiga em um evento na Unicamp na ocasião da defesa da dissertação de Agostinho Potenciano sobre sua obra. Conta com um relato de Veiga sobre sua trajetória de vida e a transcrição de um debate com acadêmicos, uma tradutora da obra de Veiga para o polonês e o autor.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA, LITERATURA E ENSINO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO SOBRE A DITADURA MILITAR

Esse capítulo propõe o estudo da ditadura militar após 1964 a partir do diálogo entre literatura e história. A literatura tem seu próprio histórico em meio à variedade de fontes que reconstruem memórias do contexto ditatorial e, tendo em perspectiva as relações entre pesquisa e ensino, analisamos também o potencial de utilização da linguagem literária no ensino sobre a temática.

De forma geral, a história produzida academicamente e sua disciplina escolar têm sido vistos de maneira dicotômica, uma vez que no ensino o conhecimento do passado seria vulgarizado e simplificado por meio da transposição didática. As problemáticas quanto a essa relação expõem a necessidade de pensar a história para além da teoria, restrita a um círculo fechado de historiadores, colocando-a em sua função social na formação de sujeitos capazes de ler e interpretar a sociedade em que vivem.

Assim como a produção historiográfica, o ensino de história passou por mudanças epistemológicas do século XX. As reflexões geradas em meio a essas transformações direcionam à questões sobre que tipo de história pretendemos produzir, e ainda, como as linguagens e fontes utilizadas no processo de pesquisa e ensino podem trazer contribuições para esse conhecimento.

O capítulo aborda em primeiro plano as aproximações e distanciamentos entre literatura e história, retomando o percurso que possibilitou a abertura para novos enfoques e fontes nas pesquisas históricas. Dentro dessa relação discute, então, as implicações dessas mudanças epistemológicas para o ensino de história. Sendo o diálogo entre as áreas já amplamente debatido, nos preocupamos apenas em discutir algumas percepções úteis à pesquisa.

Em seguida, o capítulo retoma a perspectiva da crítica literária e das pesquisas históricas recentes que abordam a literatura em confluência com o período da ditadura militar brasileira. Pretendemos levantar, dessa maneira, as possibilidades de leituras e associações entre as áreas para a compreensão daquele momento histórico. Apontando as problemáticas pesquisadas, os potenciais da linguagem literária que podem ser explorados e indicando, assim, possibilidades para agregar e expandir os estudos da área. É uma reflexão que se justifica, como ponto de partida, para avaliar que memória da ditadura tem sobrevivido na literatura e qual se pretende construir.

Por fim, ao discutir a literatura da ditadura destacamos o realismo mágico, em que enquadrámos a obra de José J. Veiga, buscando relacionar histórica e culturalmente esse gênero ao contexto ditatorial, destacando seus atributos e contribuições para o conhecimento desse passado.

1.1 Literatura e história: uma breve retomada

Literatura e história são campos distintos de estudo, com enfoques diferentes, ainda que o resultado, de ambas, seja um texto. Na mitologia grega, Clio e Calíope eram musas, ambas filhas da memória. À primeira, cabia a preservação da memória do passado e de seu sentido, à outra, a força criadora, a inspiração. As conexões entre as duas áreas têm sido observadas sob diversos prismas, considerando como se aproximam ou se diferenciam.

Em sua gênese, a literatura é fruto da atividade imaginativa. Esse traço humano, a necessidade de confabular, de ficcionalizar e criar histórias que se demonstram nos mitos e narrativas, de forma oral ou escrita, é parte de todas as sociedades ao longo do tempo, como aponta Antônio Candido (2004). A literatura é, antes de tudo, uma produção humana por meio da qual um autor propõe e organiza argumentos em palavras e expressa suas ideias e conhecimentos.

A literatura é objeto de pesquisas históricas na busca de sensibilidades e reinterpretções de certos períodos. Um livro pode ser associado a dado contexto por meio de seus temas e das representações nele contidas, a partir da compreensão de que no literário narram-se indagações à realidade vivida.

A história, por outro lado, nas palavras de Marc Bloch (1997, p. 55) se dedicaria a ser a “ciência dos homens, no tempo”. A investigação histórica, assim, acessa o passado por meio de fontes, buscando a compreensão de aspectos que nos levem a entender o próprio presente. Tal como alude a mitologia, ambas, literatura e história, são guardiãs do passado em certa medida, ainda que cada qual à sua maneira. A *Poética* de Aristóteles já evidenciava a cerne dessa distinção: “enquanto o poeta representa o verossímil, o historiador narra os acontecimentos que realmente sucederam” (Matias, 2017, p. 29).

Considerando a escrita da história, sua consolidação enquanto disciplina científica se deu ao longo dos séculos XIX e XX, período em que passou pelo processo de distanciamento de outras ciências sociais, e sistematizou-se. Especialmente no período denominado de historicismo, encabeçado por Leopold Von Ranke (1795-1886), havia a pretensão da história

como ciência exata. Desta forma, narrativas históricas e ficcionais estavam completamente separadas, havia a impossibilidade de intersecção entre elas.

Ao longo do século XX, juntamente com mudanças epistemológicas nas concepções de história, quanto ao que poderia ser fonte e quais métodos podiam ser usados, houve o retorno das pesquisas para análise de aspectos sociais. Conforme Burke (1992b) aponta, as explicações históricas passaram a ocorrer a partir do diálogo com outras áreas, de forma interdisciplinar. Dessa maneira, cada vez mais historiadores se utilizaram da teoria de outras áreas para ler a realidade a partir de seus trabalhos ou para encontrar problemáticas no social, processo que evidenciou o diálogo entre os saberes como mais frutífero quando estes são considerados complementares, ao invés de compartimentados.

Posteriormente, ocorreu o retorno à narrativa que reacendeu as relações entre literatura e história. Perspectivas como as de Hayden White (1973) em *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX* aproximariam as fronteiras entre as áreas, equiparando-as como narrativas e ressaltando o aspecto “ficcional” da história, enquanto construção linguística. Tais ideias não se tornaram consenso, apesar de serem demonstrativas de novas compreensões, historiadores prosseguiram ressaltando o diferencial entre as áreas. Paul Veyne (1982, p. 18), por exemplo, discute que “A história é uma narrativa de eventos”, mas que se pretende narrativa verídica, e, portanto, “é, em essência, conhecimento por meio de documentos.”. Dessa forma, a despeito das aproximações possíveis, que são diversas, para o historiador “a beleza não lhe interessa, a raridade tampouco. Só a verdade.” (Veyne, 1982, p. 23).

Nesse sentido, a produção da história constitui-se de diversos aspectos em relação à sua escrita e ao ofício do historiador, processo que Michel de Certeau (1975) denomina como operação historiográfica. Nesta operação, Certeau (1975) corrobora com a ideia do texto como forma final da pesquisa histórica, mas considera como pressupostos para sua construção aspectos como o lugar social de onde se produz o discurso histórico e os instrumentos de análise da disciplina histórica, que embasam as decisões quanto ao tratamento dado a fonte etc.

Portanto, a análise histórica que resulta no texto é socialmente marcada por seu momento de produção, pelos valores vigentes e o foco de estudos dos historiadores. A partir dessa compreensão, ao discutir novas formas de fazer história, para além do movimento

francês disseminado pela *Escola dos Annales*¹³, falar de nova história é também considerar a percepção da história que se faz no presente:

Nem por ser tão genial e nova sua história está menos marcada, socialmente, do que aquelas que rejeita, mas se ele pode superá-las é porque elas correspondem a situações passadas, e porque um outro “hábito” lhe foi imposto, de confecção, pelo lugar que ocupa nos conflitos do seu presente (Certeau, p.75, p. 66).

Peter Burke (1992a) introduz reflexões sobre como essa nova história, ao mesmo tempo que amplia possibilidades de abordagens e de fontes, faz emergir novas problemáticas. Surgem assim, com os novos objetos, questões acerca de problemas de definição e conceituação, do como tratar metodologicamente as novas fontes considerando suas especificidades, além de problemas de explicação e síntese nas análises.

Diante de tal cenário, Burke (1992a) propõe que a postura do historiador seja de buscar delimitar bem os objetos sem separá-los do seu contexto histórico, manter o rigor ao tratamento das fontes e considerar sua real contribuição para reflexões e para o conhecimento histórico em si. Cabe, então, a questão de até que ponto a história que se produz hoje é de fato uma nova história e qual seu impacto e relevância social quando se pensa em sua influência na educação histórica feita no ambiente escolar.

Considerando a fonte literária nesse processo, os apontamentos que diferenciam os objetivos de cada área, feitos aqui inicialmente, são necessários. Essas diferenciações evidenciam que, ao contrário da narrativa literária, a pesquisa histórica busca por um conhecimento sobre o passado. Então,

As narrativas históricas contemporâneas não podem perder de vista uma certa busca pelo verdadeiro. Não aquela verdade absoluta defendida por muitos durante o século XIX, mas uma verdade passível de alterações. Afinal, a da historiografia pode ser concebida como um movimento constante de releituras do passado, o que não significa que haja um acúmulo ou progresso do saber histórico; há sim uma seqüência (*sic*) de reinterpretações narrativas do passado que são passíveis de perdas, equívocos e revisões (Oliveira, 2006).

Ainda assim, os frutos profícuos de um diálogo entre literatura e história devem ser reconhecidos. Agregando a tais debates, Henrique Borralho (2014) discute os aspectos sociais da relação entre literatura e história, evidenciando que “ambas se lançam sobre o fundo comum da condição humana; a história enquanto discurso do realizado, da experiência do vivido; a literatura enquanto a fala daquilo que ainda quer viver, e já viveu.”. Borralho (2014)

¹³ Foi um movimento historiográfico francês do século XX, com marco a partir da publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*. É chamado comumente de a “revolução francesa da historiografia” o movimento integrou as discussões em torno de fontes, abordagens e métodos que constituiriam a nova história.

usa o que chama de metáfora da farinha d'água para explicar que as áreas dizem coisas diferentes, para questões diferentes, mas com um ponto em comum: a “necessidade de explicação sobre o que é o ser e suas tergiversações. A história é a farinha ensacada, a literatura é a farinha esparramada” (Borrvalho, 2014).

Sua metáfora aponta que as áreas se agregam,

Quando ambas entendem que a história é a farinha ensacada porque sua estrutura não comporta um processo tão subjetivo, a história é a preceituação do vivido em sentido da passividade, do real vivido. Então cabe à literatura, dentre outros discursos “provocá-la”, posto que a vida não é unidimensional, ao mesmo tempo que a história evidencia para a literatura que a concretude da existência por vezes é o resultado do processo subjetivo, já encapsulado nas relações sociais, quer dizer, o somatório das múltiplas subjetividades. [...] O desafio da história é libertar-se dos esquemas reducionistas de interpretação da vida, tal como fazem a literatura e a teoria literária (Borrvalho, 2014).

Essa “provocação”, possível na literatura, possibilita olhares para o passado de forma não determinista. Cada área, então, integra a realidade e expressa seus sentidos e porquês. Nesse momento de novas fontes e perspectivas ao longo do século XX, a literatura passou a ser pensada em meio à diversas outras fontes em sua contribuição para a construção do pensamento histórico, a partir das possibilidades que proporciona. Qual seria o desafio proposto pela literatura para a história?

1.2 Fonte e linguagem: a literatura e o conhecimento histórico

Tomando a literatura e seu uso como fonte, seja na pesquisa ou no ensino, alguns questionamentos destacam suas contribuições em relação à outras fontes. A escolha de fontes,

Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação” e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente [...] Um trabalho é “científico” quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo “estabelecimento das fontes” – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras (Certeau, 1975, p. 81).

Desse modo, o tratamento dado à uma fonte histórica é científico, não apenas ao empregar técnicas prontas na análise, mas por conseguir extrair dessa fonte algo novo. Igualmente, a escolha de linguagens não usuais como fonte ou recurso não deve ocorrer somente pela ideia de inovação. Se o propósito é construirmos um conhecimento histórico, é necessário explicitar quais novas nuances se ganham a partir dessa fonte e em como pode agregar a leitura da realidade e ao conhecimento do passado.

Assim, tomando o texto literário e ficcional como fontes, deve-se construir uma reflexão a partir das questões e problemas que a literatura sucinta para o conhecimento da história. Conforme as ideias já mencionadas de Candido (2004), há, na criação literária, traços puramente humanos:

Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. [...] E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco (Candido, 2004, p. 174).

Examinando-a, então, como marca da humanidade, as discussões relacionando história e literatura não devem girar em torno apenas do uso da fonte literária como ilustração de um período. Na perspectiva da história cultural:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico (Borges, 2010, p. 98).

Essa possibilidade de questionamentos sobre a realidade faz com que a escolha do tipo de literatura utilizada como fonte na pesquisa histórica seja pensada, e justificada, pela problemática pesquisada. Como Pesavento (2003, p. 39) ressalta:

[...] se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se torna uma fonte muito especial para o seu trabalho.

Além disso, o que está contido na literatura não se restringe à criação ficcional. A narrativa e discurso advindos da literatura não surgem de maneira natural, mas são construídas a partir de seu contexto social, do indivíduo que a elabora e das ideias com que dialoga. Nicolau Sevcenko (2003) compara a produção literária a uma árvore, que não existe de forma independente, tem raízes e frutos. De igual maneira, uma obra não existe apenas em sua construção linguística, mas está intrinsecamente ligada à realidade material que proporciona sua existência.

Partindo da concepção de literatura como uma produção criativa humana, composta de escolhas estéticas e construções narrativas, ela é um rastro humano. Nessa perspectiva, não é

apenas uma produção de discurso e, em sua historicização, a relação entre diversos aspectos deve ser considerada. Nas palavras de Chartier (2000, p. 197):

Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão.

Dessa forma, um livro e suas ideias não surgem isoladas e, sua composição, além de linguística e temática, se relaciona as demais produções de seu tempo, já que as perspectivas do autor também são pensadas a partir do seu lugar social. O significado dos textos é, assim, constituído tanto pela criação artístico-literária do escritor como pelos modos de interpretar e compreender a realidade, de maneira que a literatura é também uma forma de entender o mundo em sociedade.

Conforme a perspectiva de Roger Chartier (2000), a literatura é parte da sociedade e, por isso mesmo, representa diversos aspectos desta, projetando a realidade conhecida, seus problemas, questões ou divagações, muitas vezes sendo um espelho da realidade, das sociabilidades e vivências. Além disso, embora criação de um autor, não está isolada, dialoga com outras obras e ideias. Circula, é lida, percebida e interpretada.

Um autor cria, então, representações em um texto, desenha suas perspectivas e significados no mundo social. Assim, os passos indicados para análise por Chartier (2010) permitem analisar a narrativa em relação a seu sentido e particularidade, sem ignorar a sua intertextualidade.

A integração entre as noções de representação e campo literário¹⁴, conforme Bourdieu (2004) permitem uma análise não simplificada, que considera diversos fatores na criação literária. Isto posto, um texto não se refere a um assunto imediatamente, antes considera-se a constituição interna da obra em sua lógica e construção além de questões de vivência e biografismos do autor, do contexto e comunicação entre uma obra e outras.

É papel do historiador, em sua leitura, questionar a literatura e investigar o seu entorno, para então “perceber as especificidades e rever leituras consagradas e consolidadas, que formam camadas sedimentares de cultura sobre um tema, autor e obra, não raro, marcadas por lacunas, distorções, subversões e reducionismos” (Borges, 2010, p. 107). Percebesse e desvendasse, assim, aspectos da própria sociedade que a produziu.

¹⁴ A partir dessa noção de campo literário a análise de um escrito leva em conta, simultaneamente, as vivências do autor, aspectos internos da obra e sua intertextualidade (Bourdieu, 2004, p. 177).

As problemáticas que perpassam a produção da história acadêmica se refletem, também, no ensino. Anteriormente marcado pela perspectiva historicista produzida academicamente, o ensino de história refletiu da mesma forma os novos enfoques, abordagens, fontes e metodologias. Ao fim do século XX, essas mudanças trouxeram para o ensino a intenção de análises e compreensões da história sob múltiplas perspectivas.

Desde então, pesquisas acadêmicas da área do ensino de história¹⁵ apontam a necessidade de diálogo com a ciência de referência em relação à lógica escolar. Longe de uma simplificação, os conhecimentos produzidos no cotidiano escolar têm, além de validade, uma importância social, já que a escola é um local privilegiado para o ensino de história, onde se mobilizam questões relacionadas à memória social, questões de identidade e de saberes legítimos (Caimi, 2015, p. 27). Nesse sentido, no ensino formal, de maneira intencional, ocorre a compreensão histórica do aluno, a partir da análise e interpretação das experiências do passado que servem, então, de orientação (para o cotidiano) da vida por meio do tempo.

Portanto, faz parte do ensino de história pensar soluções metodológicas e formas de aprendizagem que tenham impacto sobre o processo de ensino. Um caminho é a inserção de fontes históricas e de como trabalhar a investigação dessas fontes, assim,

[...] há um claro movimento no sentido de reconhecer que a história pode ser tratada na escola a partir de evidências (objetos, relatos, paisagens, imagens etc.), bem como de valorizar determinadas operações cognitivas, como a capacidade de extrair e correlacionar informações a partir dessas evidências, concedendo uma perspectiva mais científica ao tratamento histórico escolar (Caimi, 2015, p. 29).

Dessa maneira, os suportes culturais em suas diversas linguagens devem ser utilizados não apenas como ilustração de conteúdo, mas conduzindo para o ensino um olhar de análise complexa sobre a fonte. Trazendo noções de como se dá o trabalho de pesquisa histórica, dando instrumentos para que esse caminho seja refeito, aproximando o contexto do ensino escolar às metodologias próprias do ofício do historiador.

No Brasil, a influência da nova história e a demanda das novas fontes esteve junto ao agravante do contexto ditatorial, em que ocorria a intervenção direta do Estado autoritário no

¹⁵ A educação histórica, desde o fim do século XX, se dedica a investigar como se aprende história, propondo também o resgate da relação pesquisa e ensino na área. Assim, o conhecimento do passado é posto como abrangente, pois se aprende no contato com a ação humana, no convívio cotidiano com narrativas sobre o passado, e através do conhecimento escolar. Conforme o historiador alemão Jorn Rüsen o objetivo do ensino escolar de história deve ser a construção de uma consciência histórica através da aprendizagem. Sendo este “um meio imprescindível para as crianças e jovens exprimirem as suas compreensões do passado histórico e consciencializarem progressivamente a sua orientação temporal de forma historicamente fundamentada” (Schmidt; Barca; Martins, 2011, p. 12).

ensino básico das ciências humanas e sua conseqüente descaracterização. Esses problemas passaram a ser contestados a partir da década de 1980, expressando a necessidade de reformas curriculares educacionais que fossem frutos de debates de profissionais da história sobre o que ensinar e como (Azevedo; Lima, 2011, p. 57).

No que se refere às linguagens e sua relação com os conteúdos históricos, a inclusão destas no ensino surge das discussões ao longo dos anos 1990. Docentes propunham críticas às aulas meramente expositivas e buscavam uma maneira de trazer o aluno para uma ação no processo de ensino, diante dos objetos propostos (Rocha, 2015).

Esses debates se expressaram na forma de lei com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que entraram em vigor ao fim dos anos 1990. Os PCNs se propunham a ser um documento de apoio aos professores, com a sugestão de abordagens e metodologias que pudessem auxiliar a prática de ensino, o planejamento, a escolha dos materiais didáticos, recursos e formas de avaliar.

Na área de história, os parâmetros demonstravam as mudanças nas pesquisas em torno do ensino e, assim, previam o uso de diferentes linguagens entre os objetivos para o ensino fundamental. No documento, as linguagens são propostas como recursos para a aprendizagem e são definidas como produções de sentido e ideias que podem ser fontes de informação (Brasil, 1997, p. 7).

Por linguagens, se compreende comumente as produções culturais e de meios de massa.

Em uma primeira possibilidade, a linguagem ou sua expressão é usada como documento histórico. Em uma segunda, como recurso didático para o trabalho com determinados temas e, finalmente, seu uso se justifica pelo possível aumento do interesse dos alunos (Rocha, 2015, p. 101).

Trabalhar com linguagens enquanto recurso no ensino de história permite inserir na aprendizagem o fazer da pesquisa histórica: a contextualização e questionamento de fontes e seu uso para compreender continuidades e mudanças entre o passado e o presente. Nas propostas que se seguiram à nova legislação, a articulação entre a academia e o ensino se tornou mais estreita, com um ensino pensado para a realidade do aluno. Também se discutiu o uso de conceitos e suas historicidades, a reflexão e comparação do presente com o passado e a prática de investigação e pesquisa na sala de aula. Evidencia-se, no entanto, que no ensino básico o objetivo dessas mudanças não seria para formar pesquisadores, mas

[...] desenvolver no aluno o olhar investigativo, a dúvida, que o levará, se bem conduzido, à elaboração de hipóteses e a possíveis explicações, até mesmo

conclusões para determinados eventos históricos. Além disso, ao expor suas opiniões, mesmo que em frases curtas apenas, o aluno estará pouco a pouco se desenvolvendo e criando condições de ser um cidadão social, capaz de refletir sobre sua própria vida inserida em diferentes contextos (Azevedo; Lima, 2011, p. 58).

Outra contribuição do uso de diferentes linguagens e fontes é a retirada do livro didático como única possibilidade de informação no ensino, contribuindo assim “para que o aluno desabsolutize informações, e, em decorrência disso, reflita sobre o que está estudando em sala de aula, perquirindo os meios informativos com as quais se depara” (Azevedo; Lima, 2011, p. 58).

Nesse sentido, os textos literários têm uma breve menção nos PCN’s como possibilidade de documento histórico.

As mais diversas obras humanas produzidas nos mais diferentes contextos sociais e com objetivos variados podem ser chamadas de documentos históricos. É o caso, por exemplo, de obras de arte, textos de jornais, utensílios, ferramentas de trabalho, **textos literários**, diários, relatos de viagem, leis, mapas, depoimentos e lembranças, programas de televisão, filmes, vestimentas, edificações etc. (Brasil, 1997, p. 83, grifos nossos).

Documento mais recente é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que atende às questões previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDB). A BNCC dá continuidade a propostas para a composição dos currículos da educação básica e prevê aprendizagens fundamentais que devem ser desenvolvidas pelos alunos no ensino de história. Apesar dos debates em torno de sua elaboração, desde sua publicação em 2017 a BNCC funciona como documento normativo para os currículos do ensino básico.

Nesse documento, a introdução ao componente curricular de história não menciona o uso específico de linguagens, destacando apenas que a “interpretação – de um texto, de um objeto, de uma obra literária” faz parte da construção de um pensamento crítico (Brasil, 2018, p. 399). Mais adiante, fontes e documentos são definidos como o ponto primordial para o conhecimento histórico e, no ensino, os alunos devem aprender a selecioná-los e estudá-los por meio de uma ou mais linguagens para “desvendar” a sociedade que os produziu (Brasil, 2018, p. 418).

Para além do exposto, a utilização da literatura no ensino de história se associa também ao exercício da leitura e interpretação. Ainda que o desenvolvimento da leitura em si não seja atribuição do ensino de história, seu desenvolvimento é parte do aprendizado da disciplina, já que a

[...] narrativa da aula recorre à leitura e escrita de textos orais e escritos, de documentos como fontes e de atividades, de representações gráficas do tempo e de informações. E ainda na leitura crítica de tais textos, com uma função que será muito importante, em especial no desenvolvimento do trabalho e como contribuição para a formação do aluno como leitor no mundo contemporâneo, por propiciar a análise dos discursos presentes em todos os textos que serão lidos e analisados na aula de História (Rocha, 2021, p. 290).

Assim, recorrer a textos literários, além de exercitar aspectos da pesquisa histórica na aprendizagem, contribui para a leitura, interpretação e análise pelo aluno do mundo que o cerca e para a compreensão de que o passado pode ser acessado por meio das mais diversas produções e sujeitos.

O uso de fontes e linguagens requer, no entanto, cuidados teórico-metodológicos: “é preciso definir claramente as intenções didáticas a serem atingidas e considerar a especificidade da temática histórica estudada” (Azevedo; Lima, 2011, p. 59). Além disso deve estar claro que a prioridade ao utilizar o discurso literário não é a realidade dos fatos, mas a possibilidade interpretativa destes.

É necessário também certa noção básica e domínio teórico quanto à fonte e linguagem utilizadas. Caso essa escolha não se baseie nos objetivos de aprendizagem pretendidas, o material faz a vez apenas de ilustração de um conteúdo, sem a reflexão necessária para a análise. É essencial ao professor de história que, ao fazer uso desses recursos, conheça o básico exigido para análises para, só então, utilizá-los em uma aula.

Em uma perspectiva interdisciplinar, a literatura não precisa ser diluída no ensino de história, mas pode ser apresentada, explorada em suas temáticas e possibilidades.

A leitura literária é capaz de provocar sensações, sentidos, entendimento, experimentações que são essenciais à formação humana. Podemos conhecer-nos e conhecer os outros pela utilização na literatura, conhecer a cultura de onde moramos e, também, as histórias, mitos e lendas de povos ancestrais (Gomes; Pereira, p. 60, 2022).

Desse modo, o potencial da literatura no ensino de história reside em seu atributo de possibilitar o exercício das capacidades de questionar, refletir e investigar o passado. Conseqüentemente, pode-se realizar essa leitura como fonte, propiciar o questionamento de sua produção e ainda acrescentar ao imaginário, às interpretações e à leitura crítica do mundo.

Em suma, a prática da pesquisa e as reflexões sobre o ensino de história devem manter um diálogo constante. As pesquisas históricas mais recentes, junto às inovações dos métodos, técnicas, abordagens e olhares sobre o passado, devem alcançar a prática de ensino e estar

expressas na inclusão e no uso que se faz das fontes elencadas para reflexões e análises em sala.

Pensar que tipo de história queremos produzir, é, pois, uma reflexão sempre necessária e faz parte do movimento das questões que nossos tempos colocam. A história que almejamos produzir tem apenas vestes e aparência de novidade ou, de fato, é uma resposta para as problemáticas e questões sociais, com impacto transformador na sociedade, dialogando com a realidade que nos rodeia?

Por isso, pensar o conhecimento histórico em sua produção não é suficiente. É necessário considerar esse conhecimento da história em sua relação com a sociedade, o que formalmente se dá com o ensino de história por meio da disciplina escolar. Objetivando ensinar história de forma relevante, dando ao aluno ferramentas para interpretar a sua realidade, se perceber como parte do todo social e como sujeito que também faz parte da história, são então, questões que guiam a prática de ensino.

Assim, a literatura no sentido de representação do real, como recurso educacional proporciona uma experiência para além da teoria, possibilitando a identificação e empatia, além de exemplificar e promover interpretações de situações e contextos, tão necessárias na educação histórica.

Em torno da temática que delimitamos nosso trabalho, a ditadura militar, convém ainda pensarmos a literatura de ditadura conforme suas particularidades históricas.

1.3 Memória e embates: a literatura como fonte para o pós-1964

Literatura da ditadura refere-se àquela produzida e publicada durante os anos da ditadura militar ou em um período posterior, como uma referência àquele momento. Sendo um tema já vastamente pesquisado, esse tópico faz alguns apontamentos acerca das características dessas narrativas e de seu potencial como fonte histórica.

As denominações “espaço de dor”, "alegorias da derrota", “arquivo da ditadura” são alguns dos termos utilizados para caracterizar a literatura pós-1964. Nela, estão presentes os temas da memória, do testemunho de desaparecidos políticos e da luta armada, muitas vezes na forma de alegorias. Há ainda nas obras a presença da violência, repressão e resistência em setores variados.

A crítica literária, já no fim da década de 1970, tecia análises dessas produções. Silviano Santiago (1982)¹⁶ analisou a literatura moderna brasileira do século XX, gerada em

¹⁶ No conjunto de artigos de *Vale quanto pesa*, o crítico e autor lança análise entre outras coisas sobre temas relevantes para pensar a literatura brasileira do século XX.

meio às mudanças sociais, traduzindo-a em diferentes enfoques, perspectivas, narrativas, ambientações e temáticas. Entre os gêneros predominantes destacou o realismo mágico e os romances-reportagens. O primeiro, com suas metáforas, era uma expressão textual típica da modernidade, com seu auge na forma do conto. Já o romance-reportagem se afastava da ficção, relacionando-se estreitamente com o contexto político (Santiago, 1982, p. 47-55).

Junto a Santiago, Flora Süssekind, em publicação de 1985, realiza um balanço crítico quanto à essas expressões. Destaca, quanto ao período, o sucesso da literatura-verdade, da prosa alegórica, fábulas, depoimentos político-biográficos e aponta a convergência desses gêneros em um referente biográfico. Considera então, em concordância com Santiago (1982), a confluência dos gêneros, do mais realista ao mais alegórico ou poético, na experiência pessoal diante do contexto, a qual os autores passam a transpor para as obras (Süssekind, 2004, p. 19).

As análises de Santiago e Süssekind, elaboradas enquanto o regime ditatorial ainda estava em vigor, mesmo que já em um período de abertura política, parecem imprimir um pesar sobre a literatura da época. Não apenas pelas temáticas e linguagens, que pareciam enxarcadas do momento, mas também porque o contexto as limitava por meio da censura.

Posteriormente, Regina Dalcastagnè (1996) delimita sua análise ao espaço da dor na literatura ditatorial, especialmente em romances que esmiuçam a vida sob a opressão, seus caminhos possíveis e seus desvios. Em meio às diferenciações estilísticas e estéticas entre esses textos, a autora aponta os romances jornalísticos ou memorialístico como tendo o mesmo peso e importância de romances que considera simbólicos e alegóricos. Conforme Dalcastagnè,

[...] é justamente a partir do diálogo que essas vozes se expandem, atravessam as fronteiras do universo ficcional e vão questionar o tempo em que se inscrevem, a sociedade a qual pertencem, o homem que representam em seu drama coletivo, em suas pequenas misérias cotidianas (Dalcastagnè, 1996, p. 18).

Dessa forma, cada obra, à sua maneira, dialoga com parte do passado ditatorial que não foi integralmente compreendido, integrando a diversidade de discursos que questionam, revivem, estilizam e parodiam a ditadura no contexto ficcional. Os romances analisados por Dalcastagnè teriam, então, poder social, já que por meio deles inúmeras vozes aparecem e nelas incertezas e verdades dialogam.

Ainda sobre o período, Paloma Vidal (2003) debate a relação entre literatura e sociedade, condensando as reflexões já realizadas anteriormente. A autora avalia que a

[...] produção literária dos anos 70 nos faz refletir sobre os meios que a literatura tem de intervir na realidade. Ela pode informar, como fazem os jornais ou a televisão, pondo-se do lado da referência e tornando-se um documento da realidade censurada, mas ela pode também ir além da informação, contestando inclusive os princípios de objetividade e neutralidade que a regem. Ao deslocar o foco da literatura para a informação, tende-se a abrir mão da pluralidade de sentidos em nome de um quadro unificador da realidade (Vidal, 2003).

Assim, Vidal considera que aquela fase literária, de fato, tinha expressões que faziam referência ao período, ao mesmo tempo que questionava as certezas do momento, sendo plural e diversa. Características como o tipo de narrador tem destaque na compreensão do sentido das obras:

Diante de determinadas situações traumáticas – como foram as grandes guerras ou as ditaduras nos países latino-americanos – os escritores se confrontam com o silêncio, desconfiados da linguagem como meio de comunicar a experiência. O narrador autobiográfico, pelo contrário, acredita na possibilidade de comunicar uma experiência que sirva de lição para gerações futuras, mas seu relato acaba transmitindo ao leitor uma redução do trauma à vivência privada do narrador (Vidal, 2003).

No entanto, a análise não deve se restringir à construção narrativa ou enredo. Vidal contesta que seja unilateral a relação literatura e sociedade, no sentido de ser apenas uma mensagem do escritor para o leitor receptor. Assim que seja comum que os fatos escritos sejam superanalisados em detrimento da linguagem e da recepção que o leitor faz desta, a autora aponta que “O sentido do texto é desdobrável e se dissemina na leitura” (Vidal, 2003).

Portanto, é justamente na leitura e recepção que o sentido do texto se amplia. A literatura e sua função são construídas junto à sociedade e à leitura realizada. É essencial que não apenas o escritor de dado contexto expresse a realidade por meio da linguagem, mas também que o leitor, naquelas mesmas condições - ou em outras -, leia aquela literatura e consiga a ressignificar de alguma maneira.

Análises como as de Dalcastagnè e Vidal compõem, assim, um novo momento de inspeção da literatura ditatorial. Às consternações das primeiras análises se acrescem a amplitude das significações literárias, dos usos da linguagem e recepção destas como demonstração de uma arte que se reinventou e extraiu o máximo de sua realidade.

As análises, de ambos os momentos, propõem um olhar amplo para a literatura, que não a simplifique nem diminua sua existência como concepção linguística da realidade. O balanço analítico dos críticos, aponta caminhos que considerem as diferentes periodizações e sentidos das escolhas de gênero, tipos de narrativa, narrador, personagens, situações narradas e de como estas são lidas. Além disso, situa a literatura em meio as diferentes estratégias que o Estado ditatorial adotou em relação a cultura.

Nesse sentido, Letícia Malard (2012) comenta aspectos da censura à arte que se mostrava dúbia quando, na caçada aos opositores ou em nome dos bons costumes, muitas vezes recolhia obras imputando-as de ligação ao comunismo pela menção à uma cor ou termo. Cita o caso da *Civilização Brasileira* que, em 1965, além de terem recolhidas obras de Marx e Engels, também tiveram apreendidas

[...] um romance do ex-secretário da embaixada de Israel no Brasil, Pinchas Lapide, cujo tema é o conflito entre árabes e judeus na Palestina. Nada de esquerdismo, muito menos comunismo. Título: O canhão e a foice. Ilustração de capa: uma foice. A falta do martelo seria despiste, tal como no aeroporto de Brasília? [...] um livro da jornalista Leda Barreto – reportagem sociológica sobre questões nordestinas. Com a infelicidade de trazer no título o nome de um dos mais caçados, arquiteto das Ligas Camponesas: Julião, Nordeste e Revolução (Malard, 2012, p. 124).

Ocorridos como esses demonstravam que a censura do período visava uma “caça às bruxas” por meio da atribuição dos significados que desejassem, não aplicáveis de fato, com fins de perseguição política. Em contraponto a esses casos Malard (2012), então, reúne romances que de fato aludiam a aspectos sociopolíticos da ditadura, mas não foram censurados por utilizarem recursos de linguagem em suas construções, contornando a repressão com o uso do fantástico, da alegoria ou com a dramatização de situações.

Adiante, no cinquentenário do golpe, Tânia Pellegrini (2014) reavalia o contexto literário daquele período, discorrendo associações entre as ações do regime e as mudanças na produção cultural. Quanto à censura, a autora comenta,

a truculência de seu aparato, incidindo diretamente sobre a produção simbólica, inspirou um sem-número de investigações posteriores a sua vigência, que procuraram esmiuçar, na filigrana de cada criação artística, suas marcas reais ou imaginárias. O que parece ter ficado um pouco de lado ou, melhor dizendo, o que chamou pouco a atenção dos pesquisadores de literatura foi seu arcabouço institucional, enquanto pedra angular de toda a estruturação do campo cultural no período. Operada com eficiência e agilidade, sobretudo nos anos mais duros do regime, a censura forneceu a camuflagem necessária para a firme ancoragem de um novo modo de produção cultural no Brasil, interligado ao que se passava internacionalmente, sendo que, no nível da criação, com o amparo de políticas recém-criadas, incentivou direta ou indiretamente uma série de soluções temáticas e formais novas ou mesmo antigas, então revisitadas, em todas as áreas culturais. (Pellegrini, 2014, p. 152).

Deste modo, o aparato repressor por meio da censura não esteve apenas no recolhimento de obras e impedimento de publicações. Atuou também como contexto e circunstância em que as obras foram escritas, nas novas formas de comunicar que foram elaboradas e na comercialização das obras.

Pellegrini discorre que a censura foi uma parte do quadro cultural em um período em que a própria cultura tomava formas de uma indústria cultural, ou seja, se desenvolvia enquanto mercado naquele momento. A ascensão desse mercado fazia parte um plano de desenvolvimento do país, de sua inserção como economia capitalista frente a outros países do mundo. Assim sendo, o controle estatal para além da censura, atuou a partir do incentivo econômico sobre as diversas produções culturais, buscando nivelamento e padronização de uma cultura nacional, que se tornou projeto econômico, e passou a funcionar a partir de exigências de mercado (Pellegrini, 2014, p. 161-163).

Conforme Nadine Habert (1992, p. 74-76), de fato a expansão capitalista expressa por meio da indústria cultural, impulsionada pelo Estado, não apenas atuou em termos de censura e coerção, mas também procurou controlar, direcionar e intermediar a produção cultural através de seus órgãos. E essas experiências culturais diversificadas em filmes, peças, músicas ou escritos, evidenciavam as transformações sociais do período.

Marcos Napolitano (2014) lança um olhar histórico para essa problemática na análise que faz em *1964: história do regime militar brasileiro*. O historiador se preocupou em construir um panorama das elaborações artísticas naquele desenrolar histórico que, dado os inúmeros fatores que o compõe, se mostra multifacetado. Nas publicações literárias apontou a subjetividade das vivências, as transformações políticas que influenciaram artistas e intelectuais, além da ocorrência durante aqueles anos da formalização de técnicas, aperfeiçoamento profissional e de fatores mercadológicos.

O quadro que se constrói é complexo. Para além do escritor - que muitas vezes também produzia intelectualmente como jornalista-, das suas relações e atuação social; do produto literário escrito, com escolhas temáticas e usos de linguagem; havia também o âmbito mercadológico em expansão. A influência das ideologias presentes em um globo, de vivência na Guerra Fria, do qual o Brasil não se aparta, incluía o antagonismo entre o capitalismo e o comunismo, e tais ideias perpassavam discursos de regimes autoritários sendo, também, parte do panorama.

Em meio à essas transformações na literatura, que eram acompanhadas de novas linguagens e gêneros, houve, mais uma vez, a politização do campo das artes e da cultura (Ridenti, 2007). Essas características colocam o setor artístico em um lugar de oposição à ditadura, ao mesmo tempo em que a área era enfocada pelo Estado para investimento e desenvolvimento, já que havia a tentativa de construção de uma unidade cultural nacional por meio do setor.

Nesse cenário a ficção literária expressaria, através de suas narrativas, as complexas vivências do momento. Napolitano (2016) aponta a literatura como parte do campo da resistência cultural, ainda que esteja entre as fontes menos lembradas com relação ao tema. Destaca ainda que o período

[...] propiciou uma gama de “consciências literárias” sobre a experiência histórica não porque imitou a realidade nos livros, mas porque, em muitos casos, só a reflexão propiciada pela ficção, pela imaginação ou pela memória poderia dar conta de compreender uma realidade política, cultural e social tão multifacetada e complexa (Napolitano, 2014, p. 223).

A partir de 2014, pesquisas históricas que utilizam como fonte essa literatura de ditadura e temas relacionados integram reflexões de um novo momento. Decorridos 50 anos do golpe e concluídos os trabalhos das comissões da verdade, o contexto por si já evocava rememorações em torno do período. Acrescentou-se ao cenário embates contemporâneos em torno da democracia vigente, traduzidos na crise política que mais tarde culminaria no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Vejamos algumas abordagens e investigações da literatura da ditadura, em pesquisas históricas realizadas a partir de 2014.

Lucas Kölln (2015) procurou em seu artigo “Os tempos ditatoriais na literatura brasileira: ficção, história e historiografia” entender as intenções e concepções de diversos autores¹⁷, destacando seu engajamento político e como cumprem por meio de sua escrita a missão de testemunhar o período. Na sua análise, a ficção expressaria a autoanálise e autorreflexão, as narrativas seriam “soluções literárias” de reflexões elaboradas pela esquerda sobre ela mesma. Produções de diversos autores participantes da luta armada chegam a ser descritas por Kölln (2015) como certas “obsessões autobiográficas”, evidenciando que, por meio da literatura da temática, há reflexões sobre a experiência desses grupos.

Na dissertação de Luis Filipe Brandão de Souza (2015) são analisadas obras de Ignácio de Loyola Brandão, explorando os significados e sensibilidades produzidos nessas ficções do período. Na leitura de Souza, *Zero* (1974) e *Não verás país nenhum* (1981) representam, respectivamente, a implantação de um governo ditatorial e seu aprofundamento, sendo produtos culturais que dão acesso aos sentimentos de sua época, como resistência às consequências sociais do projeto e discurso do regime militar.

Ambos os livros concedem vislumbres subjetivos de marcas das transformações sociais e política, evidenciando os sentimentos vivenciados no período ditatorial: o luto, o

¹⁷ Toma para análise autores como Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca, Alfredo Sirkis, Chico Buarque, Fernando Gabeira, Antônio Callado etc.

pessimismo, a derrota de um projeto de país. O pessimismo, característico da literatura ocidental do século XX, reflete a consolidação de processos econômicos e critica a modernidade e as ideias que a acompanham de progresso e desenvolvimentismo, oferecendo, em contraponto, a decadência urbana (Souza, 2015, p. 23).

Nesse sentido, Souza (2015) associa o livro *Zero* como uma forma de saúde¹⁸, onde a literatura atua como um tratamento contra as doenças e neuroses sociais, expressando o que, por convenção, não é permitido. Em que o ato de escrever equivale a um processamento da realidade. *Zero* é, então, uma saúde para o escritor e o leitor, no sentido de proporcionar o extravasamento da revolta e indignação, manifestando a voz do autor no seu tempo (Souza, 2015, p. 61).

Não verás país de nenhum, por outro lado, simbolizaria a derrota, do ponto de vista ecológico e político, como legado da ditadura. Na obra, o futuro se projeta em ruínas, em desesperança, questionando que Brasil haveria após os anos autoritários (Souza, 2015, p. 72). O trabalho de Souza (2015) aponta a importância da escrita ficcional, e leitura, sobre aquele momento, enfatizando, ainda, as alegorias e metáforas frente à ditadura e suas consequências sociais.

A tese de Raquel Ferreira (2015) toma como fonte 430 crônicas de Rachel de Queiroz, publicadas na revista *O cruzeiro*, entre os anos de 1964 e 1975 da ditadura militar. A análise destaca as contradições na trajetória de Raquel de Queiroz: na juventude uma das fundadoras do Partido Comunista no Ceará, enfrentou prisão no Estado Novo de Getúlio Vargas sob acusação de comunismo e, posteriormente, foi apoiadora da ditadura militar e atuante no Conselho Federal de Cultura (CFC) durante esse regime.

A pesquisa buscou explorar a trajetória biográfica, literária e política da autora para explicar suas posições. Desse modo, reconstituiu essa explicação a partir da origem conservadora da autora, da desilusão com o comunismo e do seu antigetulismo. Nessa reconstrução, Ferreira (2015) situou a escritora Rachel de Queiroz em seu tempo, no turbilhão de suas experiências pessoais que são perpassadas pelo contexto político do país.

No estudo as crônicas de Rachel de Queiroz expressam a comparação entre ideias e escritos ao longo dos anos culminando em contradições: a censura anos antes no governo Getúlio Vargas era criticada, enquanto no auge dos anos de chumbo é diminuída a algo pouco limitador da atividade artística. Ao mesmo tempo, Rachel demonstrava seu parecer diante de discordâncias com o regime. A escrita da autora demonstra paradoxos próprios daquele

¹⁸ Se reporta ao sentido filosófico do termo atribuído por Gilles Deleuze.

momento no Brasil, a exemplo do governo Médici, em que a repressão estava no ápice e, no entanto, na economia se tinha os melhores números e resultados dos últimos anos (Ferreira, 2015, p. 156).

A tese de Ferreira (2015) explicita ideias antagonistas em seu contexto, expostas em contradições desde o lugar em que a autora Raquel de Queiroz construía sua intelectualidade e escrita. Assim, Ferreira demonstra que as opiniões, ideias e pensamentos à época não eram uniformes, e mesmo as opiniões a favor do regime não eram unidimensionais.

As crônicas, que são um gênero literário, entram como uma elaboração que expressam uma opinião mais direta e informal do autor, ao contrário de outras ficções. A literatura, assim, concede também um vislumbre de concepções opostas, concedendo acesso a certas construções de discursos daquele período que também precisam ser problematizados.

Sobre enfoques temáticos memorialísticos nessa literatura, o historiador e sociólogo Fernando Perlatto (2017) examina obras com publicação recente, no quinquentenário de 2014. Destaca, nessas elaborações literárias, seu “testemunho histórico”, com potencial de expressar certas vivências e explicitar sentimentos e o imaginário do período, aspectos que nem sempre são alcançados por meio da teoria.

Dessa maneira, Perlatto (2017) comenta as publicações, em diálogo com a historiografia e a partir das temáticas da luta armada, exílio e cotidiano durante o regime. A literatura, para o autor, encena as complexidades, os antagonismos, de maneira a perceber atores e setores de forma não homogênea, considerando particularidades. A linguagem literária, assim, é um instrumento útil para a necessidade de sensibilização com relação ao período, além de tornar a memória da época acessível, especialmente para as novas gerações.

Nessa direção, no artigo de Rafael Silva (2018) o tema dos desaparecimentos políticos na ditadura civil-militar é tomado com base no livro *K - relato de uma busca* de Bernardo Kucinski como uma escrita da memória coletiva dos desaparecidos políticos. Sua perspectiva destaca a importância da literatura ficcional como forma de abordar um passado não processado, especialmente no que diz respeito à redemocratização, que não honrou a memória dos mortos e desaparecidos, e das relações entre civis e militares (Silva, 2018).

Na dimensão do ensino sobre o tema, Cláudia Helena da Cruz (2019) propõe a utilização do conto *O Homem Cordial* (1967) de Antonio Callado no ensino de história para debater sobre os impasses dos atores sociais naquele momento. Discute que, com o devido alinhamento entre a obra escolhida e o quadro temático que proporciona o debate, a literatura

insere no ensino de história a possibilidade de discussão e aprofundamento de temáticas partindo do ficcional.

Marcos Vinícios Ferreira Trindade (2021) discute em sua dissertação a utilização da literatura no ensino focalizando as obras autobiográficas *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós e *O que é isso, companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira. O pesquisador destaca o aspecto da resistência e define as obras como fontes frutíferas no resgate e reescrita da memória do período, especialmente da luta armada e guerrilha.

Nessa perspectiva, as variadas formas da literatura de testemunho, seja a ficcional ou autoficcional, mantém viva as lembranças das vítimas da violência de Estado, especialmente dos desaparecidos e suas famílias. Além de também servirem como uma representação do passado, uma vez que o testemunho pelo meio literário tem o papel de reconstruir a dor de uma época, por meio da exposição dos ocorridos que contribuem para a memória coletiva do tema.

Tais ideias têm relação com a perspectiva que destaca a importância da literatura como forma de abordar um passado não processado, especialmente no que diz respeito à redemocratização que não honrou a memória dos mortos e desaparecidos, e das relações entre civis e militares. É possível também apontar, nas produções literárias recentes, as reflexões sobre essa memória e a constatação do esquecimento das violências infringidas que veio com a anistia.

Nessa pequena amostra de pesquisas recentes sobre o tema comentadas observa-se, portanto, temáticas, enfoques e abordagens distintas, mas que dialogam entre si. Primeiramente, quanto à questão da literatura como fonte - que apontam para o livro como produto cultural -, a maior parte das análises enfatizam a relação política e literatura; seja na trajetória intelectual do autor, que se traduz em seu engajamento por meio de sua escrita; seja em casos em que o autor testemunha sobre sua participação política de resistência no período. São considerados, assim, a biografia dos escritores, sua atuação e escritos jornalísticos, quando é o caso, sua influência no meio literário, entre outros aspectos.

As temáticas analisadas nas pesquisas apontam na direção evidenciada por Marcos Napolitano (2016) de narrativas que, no momento inicial pós-golpe, encenam as ilusões perdidas e luta armada da esquerda, em que personagens se despem da roupa de intelectual, adentrando a resistência do período. Nessas, há a relação entre ideologia, resistência política e intelectualidade.

Após 1970, já em um contexto de decretos que determinavam a censura de livros, se destaca como a linguagem das obras passou a expressar uma resposta ao impasse estético, ocorrendo que a “matéria realista é temperada pelo tom fantástico” (Napolitano, 2016, p. 236). Nesse sentido, a literatura é a expressão na forma de linguagem dessa experiência histórica, e nisso reside sua particularidade, em capturar tais mudanças, formas de pensar, conceber o momento e direcionar, por meio da reflexão literária, os sentimentos e percepções do social.

Dentro das pesquisas, a discussão quanto ao projeto econômico e o “milagre econômico” expressos nas narrativas literárias aparecem pontualmente. Em algumas pesquisas, o discurso pessimista que permeia tantas narrativas literárias durante a ditadura foi gerado como uma reação, uma forma de combater, entre outras coisas, o projeto econômico e social da ditadura, que na prática se demonstraria na miséria, na pobreza, no aumento da violência de centros urbanos e no cotidiano de exploração dos trabalhadores de fábricas¹⁹.

Sobre a questão da censura, diretamente ligada à regimes ditatoriais, há um consenso nessas pesquisas históricas de que, diante da possibilidade do veto de obras e do aparato repressor com amplos poderes de censura, houve maior presença da linguagem alegórica na literatura.

Se sobressaem ainda, nas pesquisas, a alusão a acontecimentos contemporâneos e fatos do tempo presente. A questão da democracia no Brasil, e sua não consolidação por consequência da formação autoritária e elitista do país, é discutida, por exemplo, em Cruz (2019). A autora parte da crise política eclodida em 2013, que conduziu ao *impeachment* em 2016 da presidente Dilma Roussef, para questionar: “qual democracia nós construímos?” (Cruz, 2019, p.207). Tais questões apontam para o fato de que mesmo que o evento ditadura militar tenha se encerrado, não foi socialmente processado.

Pensando a continuidade de processos, quando o estado democrático é questionado, o evento ditadura militar é chave para reflexão do presente, para tentativas de elaborar significações e explicações. Essa discussão a partir da ficção literária atesta uma característica da própria literatura de proporcionar reflexões amplas sobre a sociedade que a produziu.

Considerando o uso da literatura no ensino do tema, se o sentido do texto se aprofunda à medida que este é lido e relido (Vidal, 2003) a leitura desses textos em sala, no ensino de história, faz mais do que trazer ao conhecimento dos alunos significados, símbolos e alegorias presentes na literatura. A leitura dessas obras acrescenta, então, as interpretações em torno do

¹⁹ Perspectiva presente especialmente no trabalho de Souza (2015).

período, à reflexão e a própria construção do conhecimento histórico do contexto ditatorial em suas múltiplas facetas.

Dessa maneira, a literatura pós-1964 é marcada por temas como memória, dilema intelectual e exposição da violência e mudanças sociais, e as análises ao longo desse capítulo refletem a complexidade e os inúmeros fatores necessários para compreender suas relações com o contexto ditatorial. Contradições e embates ideológicos aparecem não apenas na figura do escritor intelectual, mas também no mercado literário e na recepção e leitura das obras.

A literatura pode, dessa maneira, ser uma ferramenta para aprofundar o entendimento sobre os temas ditadura, repressão e modernização, o que é relevante para a compreensão histórica desse período do país. Além disso, os questionamentos sobre as razões pelas quais um autor escolheu abordar determinados temas ou utilizar determinadas formas narrativas e escolhas estéticas, desvelam as circunstâncias históricas e sociais de produção da escrita.

As associações à trajetória política e intelectual dos escritores é parte importante em qualquer análise literária, e especialmente para o estudo histórico das ideias de determinados grupos, como a resistência das esquerdas. Mas há de se considerar também autores que abordaram temas que conversam com a ditadura, ainda que não estivessem participando de grupos organizados de oposição.

Consonante com o que discute Agamben (2009, p.58), um indivíduo é de fato contemporâneo de seu tempo quando é capaz de fazer interpretações e perceber conexões não restritas a ocorridos recentes. Assim, amplia o seu campo de visão para além das questões imediatas, percebendo a formação de processos, mudanças, rupturas, continuidades para além do isolamento e interpretações do presente. Portanto, o papel dos escritores em sua época não se limita ao espectro político de atuação e, sem esvaziar os atores sociais de suas ideias, a captura e leitura que fazem da realidade, e que circunda a ficção literária, também possui relevância.

Os enfoques atuais que relacionam literatura e ditadura militar são úteis para compreensão histórica daquele momento. Com literaturas diversas em relação aos temas, gêneros e abordagem, há ainda espaço para pensar em outras realidades do período fora da centralização do eixo Sul-Sudeste. Não apenas a partir da escolha de obras com ambientação no interior do Brasil, mas ampliando a discussão dos temas sobre ditadura na perspectiva da diversidade cultural e geográfica do país, pensando assim, sobre como as transformações econômicas e políticas afetaram as diferentes regiões. Desse modo, podendo questionar como

os discursos e ideias de modernização e desenvolvimento foram incorporadas em diferentes contextos do país.

Em um tema sensível e traumático como a ditadura, as questões didáticas buscam elaborar métodos de ensino que pensem formas de abordá-lo em sala de aula. A disciplina de história tem papel social relevante no conhecimento do período, pois é possível apontar a violência e arbitrariedades da ditadura, além de reconhecer e manter viva a memória dos ocorridos. É também preciso entender que para o ensino, além da memória das violências, é fundamental que seja feito o confronto as ideias de "tempos melhores", "avanços" e "milagre econômico", especialmente porque são discursos nesse sentido, ou em nome de um "bem maior", que justificaram a sustentação desses regimes e a apologia a eles na atualidade.

Essas diversas possibilidades de enfoques por meio da literatura indicam que seu uso como fonte pode expressar aspectos como a violência de estado, a repressão e o cotidiano da população civil em meio a tais circunstâncias. É nesse sentido que o uso da literatura pode ser investigado para a utilização em uma educação voltada à defesa de concepções e valores mais democráticos para a sociedade.

1.4 Realismo mágico e ditadura militar

Nesse trabalho enfocamos a obra de José J. Veiga, as quais o realismo mágico e o fantástico foram designações utilizadas desde o princípio para as caracterizar, conduzindo assim a uma relação entre o autor e os movimentos literários da América Latina do século XX. Por vezes a expressão literária é apontada como uma manifestação social do continente e investigá-la direciona à questionamentos de como seu uso pode ser explicado e como as categorias de ditadura e autoritarismo podem ser pensadas a partir dessa literatura na reflexão acerca de aspectos históricos da região.

O fantástico em si é um termo no qual cabe vários sentidos e definições. De categoria a gênero, passando por manifestações do insólito, do sobrenatural, do gótico, da ficção científica, em suma, de tipos literários que não seriam compatíveis com ocorridos da realidade.

Entre as conceituações mais usuais do fantástico, está o conceito delimitado por Todorov (2008, p. 30) que explica o fantástico como gênero, ocorrendo na literatura da seguinte maneira: "Num mundo que é exatamente o nosso [...] produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar [...]". O fantástico se define, portanto, como o estranhamento, a hesitação temporária que ocorre enquanto há a

dúvida entre o que é real e o que é imaginário. Passada a hesitação,²⁰ este deixa de ser fantástico e se ramifica em outros gêneros: o estranho, o maravilhoso etc.

Todorov também problematiza o sentido e as funções que o fantástico tem dentro de uma obra. Inicialmente ele produz um efeito particular no leitor, esse efeito pode ser de medo, horror, curiosidade. Em segundo lugar, o fantástico serve à narração, mantém o suspense e, finalmente, permite descrever um universo que pode não ter qualquer relação à realidade fora da linguagem (Todorov, 2008, p. 100-102).

Críticos dessa definição argumentam, porém, que o fantástico não se reduz a um gênero, já que o termo pode ser aplicado aos mais distintos tipos e formas de literatura, sua marca “é a estética da ruptura, da incerteza e da ausência de explicação universal e satisfatória” (Rodrigues Júnior, 2021, p.18). Seu sentido é, assim, ambíguo, gera hesitação e esteve presente nos mais diversos períodos históricos. No entanto, quanto à fantasia moderna designa uma nova maneira de narrar histórias a partir do início do século XIX.

Examinando uma literatura nesses termos, no espaço latino-americano ela é percebida no contexto das décadas de 1940, 1950 e 1960, integrada a processos históricos, sob a nomenclatura de realismo mágico²¹. O prefácio de *O Reino Deste Mundo* (1949) do cubano Alejo Carpentier (*apud* Dantas, 2002, p. 56) funciona como um manifesto do gênero no continente, em que ele questiona “O que é a História da América senão toda uma crônica da Realidade Maravilhosa?”. Nas ideias do autor, a América Hispânica - no cotidiano, cultura e transformações sociais comuns a seus países-, seria perpassada por esse maravilhoso.

Dessa forma, naquele momento literário da ficção latino-americana, o realismo mágico passou a ser a designação para obras de escritores de diversos países, que passaram a aprofundar temáticas que envolviam

[...] a herança colonial e a violência da realidade histórica e social do continente: independências, revoluções, disputas religiosas, luta pela terra, miséria, explosões do crescimento das cidades. Escritores hispano-americanos [...], ficaram conhecidos por explorar em suas ficções, cada um a sua maneira, o que o crítico brasileiro Davi Arrigucci Junior chamou de “oscilação ambígua entre real e irreal em suas narrativas” (Iegelski, 2021, p. 2).

Antonio Cândido (1989), sobre a relação entre aspectos culturais e históricos na literatura latino-americana, evidencia a ligação que há desta com outras literaturas, no período colonial conectada à literatura da metrópole e, posteriormente, à literatura dos centros

²⁰ O evento em questão, que causa hesitação, pode se tratar tanto de uma ilusão dos sentidos como pode ter ocorrido realmente, tendo uma explicação que funciona com lógica interna da obra (Todorov, 2008).

²¹ Anteriormente o termo foi utilizado para designar expressões artísticas diversas na Europa, como o pós-expressionismo ou pós-futurismo, na Alemanha e Itália.

intelectuais em determinado momento. O autor ressalta que essa dependência só é de fato superada com a produção de obras cuja influência seja primeiramente nacional, com “causalidade interna”, que ocorre em obras modernas e marca a maioria literária do continente (Candido, 1989).

Sob esse prisma, se fala em um fantástico latino-americano, que tem, além de questões culturais, historicidade diferente do fantástico europeu. O realismo mágico “é entendido como um discurso histórico alternativo, resgatando a cultura oral, popular (com suas crenças e costumes particulares) e incorporando-as a um registro letrado, ‘o romance’” (Dantas, 2002, p. 65).

Conforme analisa Francine Iegelski (2021), as diferenças no sentido e no contexto entre o fantástico europeu e o latino-americano permitem analisar o que há de particular nessa forma literária na América Latina. É possível, por meio da expressão latino-americana dessa literatura, comparar realidades históricas “sem ignorar as suas demarcações nacionais, linguísticas, estéticas e as paixões políticas que impulsionaram a escrita de muitos literatos do período” (Iegelski, 2021, p. 8).

Dessa forma, a ficção também é apontada em sua capacidade de investigação do real e das ações humanas, por também descrever e interpretar essa realidade. Na modernidade latino-americana, os escritores de vanguarda do realismo mágico escreviam as temáticas pertinentes ao continente, e à sua maneira, registravam a própria história da América Latina do século XX. Consequentemente, mais do que se diferenciar da produção europeia do período, naquele momento buscavam a interpretação de sua própria realidade e do seu presente (Iegelski, 2021).

No contexto de ditaduras essa literatura também traduzia o autoritarismo e questões sociais da região. Nesse sentido, o realismo mágico é apontado como “um lugar seguro de resistência e preservação da memória de tempos sombrios” (Maia, 2016, p. 372-373). Considerando a literatura brasileira nesse processo, os primeiros estudos relativos ao gênero não incluem obras brasileira nas discussões, porém, considerando o cenário cultural e político como produtor de particularidades, eles não estão tão distantes.

Milton Hermes Rodrigues (2009) toma o estudo do gênero e de seus antecedentes no Brasil, apontando que há pelo menos três formas de análise do fantástico: em relação ao contexto histórico latino-americano, como influência da literatura de Kafka²² e como expressão do elemento primitivo cultural do país. Sua revisão embasada nos estudos de

²² Influência também reconhecida por Dantas (2002, p.65) e chamada de “paradigma kafkiano”, onde a leitura do autor tcheco Franz Kafka (1883-1924) também influenciaria essa literatura brasileira.

literatura comparada aponta a presença de um realismo mágico ligado à vertente cultural no Brasil.

Na crítica, as expressões do fantástico no Brasil aparecem desassociadas, em sua circulação e trocas, do momento de elaboração literária da América Hispânica, ainda que com elementos em comum. De forma que as influências e convergências culturais europeias e latino-americanas do fantástico no Brasil que “foi ‘hoffmânico’ e ‘allanpoesco’ (e que em parte continua sendo assim), passou a ser, quando ‘novo’, kafkiano e hispano-americano. Precisa ser também, e é, em certa medida, brasileiro.” (Rodrigues, 2009, p. 134). Assim, os pontos e contextos similares não tornam essas expressões culturais e literárias uniformes.

Para Silviano Santiago, o realismo mágico no Brasil, ao mesmo tempo que é uma marca da modernidade, alcança seu sucesso entre o público justamente no período ditatorial e se torna um gênero utilizado por novos escritores, assim: “Tanto a forma quanto o estilo são marcadamente jovens e acabam sendo uma das realidades literárias da década, quando o falar aberta e despudoradamente passa a ser um perigo e a saída só pode ser vislumbrada metaforicamente no texto do ‘sufoco’” (Santiago, 1982, p. 53).

Essa forma literária não era inédita no Brasil, obras de Murilo Rubião na década de 1950 já se enquadravam no estilo. Santiago (1982) considera, porém, que essa literatura é mais bem recebida pelo público leitor durante o período ditatorial, simultaneamente ao *boom* do realismo mágico na América Latina, quando então faz sucesso e se torna escolha usual para novos escritores. O ambiente político, de certa maneira, trouxe novas nuances ao gênero, influenciou sob a recepção do público do absurdo literário e deu novos significados à essa forma de escrita.

Dessa maneira, como nos países hispânicos, não há uma literatura puramente brasileira, a princípio, sem influência externa, assim como não há literatura brasileira sem as particularidades nacionais. O Brasil, à sua maneira, produz uma literatura fantástica antes desse contexto e relacionada ao gênero. É possível inferir, dessa forma, que o aspecto cultural e o aspecto global contribuem, para a ascensão do estilo.

Na obra de José J. Veiga, a ambientação convida o olhar para o interior de uma pequena cidade ou comunidade e, daí, se expande a discussão para além do rural e do urbano, com a quebra do realismo criando um maravilhoso tipicamente brasileiro (Brasil *apud* Potenciano, 1987). A partir de então são explorados conflitos de cultura, impactos dos "avanços" e a fiscalização e poder que os invadem em outras instâncias.

Suas narrativas usam, assim, “do estranho e do insólito para expor as pútridas vísceras de uma sociedade cuja realidade precisa ser extrapolada e ressignificada para que não só escape da censura, mas também produzam novas reflexões acerca do mundo em que se vive.” (Ourique; Santos, 2019, p. 13).

Nesse sentido, Tiekō Yamaguchi Miyazaki (1988) avalia a obra do autor, apontando que o realismo mágico é “a própria linguagem literária de Veiga” (Miyazaki, 1988, p. 120). Por meio desse recurso, além usar de aspectos particulares do Brasil em sua construção, Veiga conduz a reflexões sobre a realidade vivida no Brasil de seu tempo, ao pontuar e expandir temas.

Assim sendo, ligar sua expressão literária ao gênero latino-americano seria pensar de forma histórica esse afastamento da realidade pura, para além de conceitos literários, considerando a cultura e contexto de ditaduras da região. O “ciclo sombrio” veiguiano, seja nos contos ou romances, tem destaque, em meio à literatura de sua época, em sua estética e linguagem ligadas ao realismo mágico. Se considerarmos a perspectiva de Iegelski (2021) do realismo mágico como a busca da realidade moderna no continente, o uso do gênero por Veiga descreveria essa modernidade no contexto das transformações profundas no Brasil da segunda metade do século XX.

Há espaço, assim, para investigar quais categorias e conceitos históricos podemos extrair a partir da leitura de José J. Veiga, que efeitos a estilística de suas obras causam e suas relações com o Brasil no contexto da ditadura militar do período de publicação. Abre espaço ainda para apontar as reflexões possíveis na elaboração didática para o ensino de história sobre o período.

CAPÍTULO 2 – A MODERNIZAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL DITATORIAL EM JOSÉ J. VEIGA

Quando eu comecei a escrever para publicar, eu já era um homem maduro, não um escritor maduro [...]. Mas eu já sabia qual era a literatura que queria fazer. Uma literatura indagativa, que se perguntasse sobre o mundo, as pessoas, as crises, discutisse o sentido da vida e do mundo e sobretudo dessa parte dele que nos coube habitar. Seria uma viagem a uma terra ignota. [...]" (José J. Veiga, entrevista concedida para a *Folha de S. Paulo*, 1997).

A literatura de Veiga parece ter alçado seus objetivos. Suas narrativas são apontadas como metáforas do real, símbolos do seu tempo, alegorias do abuso de poder. Em algumas análises, essas produções são lidas como frutos inegáveis do contexto ditatorial e, em outras, são um ponto de partida para discussões amplas, evidenciado o autor como representante do realismo mágico brasileiro e dos sentidos históricos que acompanham o gênero.

Esse capítulo tem como objetivo analisar a literatura de José J. Veiga relacionando-a ao contexto histórico de publicação. A proposição parte da compreensão de que as narrativas do autor refletem as mudanças no Brasil ditatorial, possibilitando enfoques sociais, políticos e econômicos. Para essa análise, são consideradas os pressupostos da História Cultural, já discutidos no Capítulo 1, em que as manifestações culturais se reportam à realidade social.

A literatura nessa perspectiva não é apenas produção de discurso e, em sua historicização, a relação entre diversos aspectos deve ser considerada. A partir de tais discussões tomamos como pressuposto que um texto literário existe em sua dimensão de sentido e significado interno nas situações que cria, nos temas que aborda, na linguagem que comunica. O texto também se reporta à uma realidade externa, representando-a e, ainda, as ideias do autor conversam com outros autores, mantêm ou rompem com uma tradição, um estilo, uma abordagem, se assemelha a outros em sentido e forma.

Selecionamos na análise obras do “ciclo sombrio” de produções do autor: os contos *O Galo Impertinente* e *A Máquina Extraviada* de 1967 e o romance *Sombras de Reis Barbudos* de 1972. Essas narrativas, publicadas no auge da ditadura, contém suas principais características no período. O conto e o romance, além de serem gêneros em ascensão naquele momento, ganham contornos na forma e estéticas do realismo mágico adotado por Veiga em sua escrita. Cabe-nos considerar as características e relações possíveis dessa expressão com a realidade social do momento.

Diante da problemática proposta, a pesquisa busca compreender a relação que pode se estabelecer entre a literatura de José J. Veiga e o contexto histórico pós-1964 no Brasil, no qual vigorou a ditadura militar. Interessa-nos então apontar como as obras se comunicam tematicamente a conceitos históricos de ditadura, repressão e modernização do período. Nesse

sentido, esse capítulo tem dois objetivos: historicizar o autor e sua obra e apontar, nas obras escolhidas, como estas podem se relacionar as temáticas relativas à ditadura militar.

Partimos assim das seguintes indagações: que características constituem a associação do autor e sua obra ao seu contexto histórico? Como os fatos literários elaborados pelo autor fazem referência à realidade social e com esta se comunica? Quais temas históricos podemos identificar em sua obra?

Para compreendermos autor e obra em seu contexto histórico, realizamos uma pesquisa bibliográfica em diálogo com a historiografia sobre o período, com aspectos biográficos e análises histórico-críticas das obras. Além disso, falas do autor, por meio de entrevistas, ensaios e palestras, são levados em conta na interpretação dos sentidos de sua obra.

Quanto ao objetivo de relacionar temáticas e obras, será realizada a análise de conteúdo das narrativas. Utilizamos esse método como um instrumento de análise de dados e informações para melhor responder às perguntas da pesquisa e chegar aos objetivos de forma efetiva, uma vez que ele “se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos.” (Carlomagno; Rocha, 2016, p. 175). O estudo pretende, assim, relacionar o conteúdo das obras às características literárias e seu contexto de publicação.

2.1 O homem do interior do Goiás: a construção do escritor José J. Veiga

José Veiga nasceu em 2 de janeiro de 1915, em um sítio entre as cidades de Pirenópolis e Corumbá, interior do Goiás, onde passou os primeiros anos da infância²³. Era o segundo filho, de cinco irmãos, do pedreiro Luiz Pereira da Veiga e da dona de casa Maria Marciana Jacinto. Aprendeu a ler em casa, ensinado pela mãe e, a partir de então, desenvolveu o gosto pela leitura que seria tão importante em sua trajetória. Ainda na infância, a família mudou-se para Corumbá, e Veiga foi contemporâneo e colega de escola de autores goianos como o poeta Benedito Odilon Rocha e Bernardo Élis.

Aos 10 anos, ele enfrentou a morte da mãe. Com essa perda, o pai, sem condições de criar os filhos, os distribuiu entre os parentes. Em 1927, com 12 anos, José Veiga muda-se para a capital do estado, o Goiás Velho, e passa a viver com tios da mãe que o incentivam a estudar

²³ Os aspectos biográficos foram selecionados a partir da biografia apresentada em: Amâncio (1982), em Prado (1989), Curado (2017) e de trechos de entrevistas concedidas pelo autor em Steen (1982).

além do primário. Ingressa então no Lyceu de Goyaz, colégio estadual tradicional da cidade, onde estudou inglês, francês, filosofia e gramática.

Durante sua infância e juventude vivenciou as transformações que ocorriam na primeira metade do século XX no Brasil. Acompanhou, assim, a chegada do primeiro automóvel, dos primeiros colégios, estações de trem e de usinas hidrelétricas em sua região. Essas inovações e símbolos de modernidade perpassam sua obra, na construção dos enredos e temáticas.

Concluídos os estudos no Lyceu, Veiga foi por dois anos balconista nas Lojas Pernambucanas. O jovem José Veiga foi aconselhado por um conhecido a não ficar em Góias, a cidade era pequena e com poucas oportunidades de emprego, melhor seria ir para a capital, na época o Rio de Janeiro, tentar um concurso público. O conhecido o ajudou com alguns cruzeiros para a viagem e Veiga partiu para o Rio, onde morou com amigos de Corumbá que haviam, também, ido tentar a vida. Sua infância rural se contrasta com sua vida adulta em centros urbanos, a começar com essa mudança para o Rio de Janeiro, em 1934.

O Brasil nesse contexto das décadas de 1920 e 1930 passava por mudanças políticas e culturais, especialmente nos centros urbanos do país com a crescente industrialização e urbanização. Em particular, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder a partir de 1930, se consolidou um projeto desenvolvimentista de modernização.

O governo de Vargas representou um momento especial de transformação da estrutura política, econômica e social no Brasil. Adepto de um Estado forte e centralizado que pudesse funcionar como o propulsor das mudanças sociais que neste momento implicavam no estímulo ao processo de industrialização, única forma de superar o atraso do Brasil que vivia ainda dependente de uma economia agroexportadora. Por outro lado, somente a industrialização seria capaz de impor a presença do Estado a toda população brasileira [...] Vargas em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou presidente eleito, tratou de construir as bases para implantação desse parque industrial ao mesmo tempo em que procurava, também, cuidar do controle social e sindical (Prado, 2008, p. 20).

Em meio a estes processos complexos, que mudavam a organização do espaço rural e urbano brasileiro, Veiga chega ao Rio de Janeiro, onde tenta vários empregos. No primeiro deles, anunciava um laboratório entregando folhetos. Em seguida, passa em um teste como locutor e trabalha por um período na Rádio Guanabara. Nos anos seguintes, após aprovado em um concurso de escriturário, Veiga cursa direito na Faculdade Nacional de Direito e forma-se em 1943, sem, no entanto, exercer a profissão.

No início do ano de 1945 Veiga passa em uma seleção para comentarista e tradutor de programas da BBC de Londres. Aos 30 anos, ele está na Europa pós-Segunda Guerra

Mundial, vivenciando a vida cultural, as ideias, a literatura e discussões em voga no período. Na BBC, ele apresentava programas culturais variados nas transmissões feitas de Londres para o Brasil (Curado, 2017, p. 30)²⁴.

Seu retorno ao Brasil ocorre em 1950. Conforme comentou em entrevista à Steen (1982, p. 134): “As notícias eram boas, o Brasil era outro, não havia mais ditadura, e eu pensei: por que não voltar e dar minha contribuição, por mínima que seja”. Ao voltar, passa, por um curto período, a trabalhar como redator em jornais da imprensa carioca: *O Globo* e *A tribuna da Imprensa*. A partir de 1952, por indicação de Antonio Callado, que havia conhecido em Londres, trabalha como redator na revista *Seleções do Reader's Digest*, traduzindo e adaptando livros.

Sobre a *Seleções do Reader's Digest*, Mary Anne Junqueira (1999, p. 44) comenta que “Nos anos 50 e 60, a revista atingia picos de 600 mil exemplares” e que “foi durante os anos 50, a segunda mais lida do Brasil, logo atrás de *O cruzeiro*”. O trabalho de redator compunha-se de selecionar artigos da edição norte-americana, sobre temas diversos e enviar para os tradutores, nos quais mudanças não eram permitidas. Fazia parte também da revista a Biblioteca de Seleções, com livros traduzidos por diversos autores brasileiros.

Conforme Bourdieu (2006) não é possível compreender a trajetória²⁵ de um indivíduo sem compreender os estados do campo com o qual se relacionou. Nesse sentido, antes de ser escritor, José Veiga circulou e trabalhou em meios de comunicação, especialmente no rádio, com a tradução de programas e com uma curta passagem em redação de jornais. Porém, na *Seleções*, onde permaneceu por cerca de vinte anos, seu trabalho era direcionado para a seleção e tradução de textos.

Ponderando especialmente suas manifestações em entrevistas sobre seu curso por essas profissões, Veiga descreve sua vida “como a de milhões de brasileiros, foi uma vida *uneventful*, concentrada nas preocupações com a sobrevivência” (Steen, 2008, p. 143). Se considerarmos as entrevistas concedidas ao longo dos anos por Veiga como relatos

²⁴ Os programas apresentados por Veiga eram: O cinema na Grã-Bretanha, Pensadores britânicos, Nota russas, Rádio panorama e A imprensa em revista (Curado, 2017).

²⁵ Bourdieu (2006) teoriza sobre a relação entre biografia, trajetória e a vida de uma pessoa. O que faz com que possamos avaliar um sentido coerente quanto à existência de um indivíduo? Bourdieu situa a existência e a história de vida do indivíduo no ambiente de seu *habitus*, sua ação, situada historicamente, na relação de suas práticas e representações, na realidade social. Nesse sentido, o nome próprio se relaciona e identifica um indivíduo, com vida biológica única, que transita em distintos espaços sociais e campos: familiar, trabalho (tradutor, jornalista, escritor etc.).

autobiográficos, elas são dotadas da busca por sentido²⁶ para sua trajetória. Nelas, sua escrita literária parece ser o ápice de sua contribuição e expressão de pensamentos.

Curioso que, seguindo a linha de Bourdieu (1986), o nome próprio identifica a existência de um indivíduo no mundo. Nessa perspectiva, é possível apontar que existe um Veiga antes e um depois de ser escritor. O menino nasceu José Veiga, ao que consta nos documentos. Depois, existe o José Veiga, homem do interior de Goiás que foi locutor, tradutor de programas e redator. Na construção dele como escritor, toma emprestado o Jacinto da mãe, foi J. J. Veiga até se consolidar como José J. Veiga, nome sugerido milimetricamente por Guimarães Rosa, considerando a numerologia. Assim nascia o escritor.

Focando então em sua escrita, o planejamento e escritura de seus primeiros contos, conforme Veiga relata, só ocorrem após começar a trabalhar na revista *Seleções do Reader's Digest*, traduzindo e adaptando livros. Sua estreia como escritor ocorre então com *Os Cavalinhos de Platiplanto* (1959), que é publicado com indicação editorial do amigo Guimarães Rosa, e agraciado com o “Prêmio Fabio Prado”, além do 2º lugar no “Prêmio Monteiro Lobato”²⁷. Apreciado pela crítica, a primeira edição desses contos teve pouca circulação, devido à falência da editora *Nítida*, que o publicara.

Sobre essa estreia, Veiga comenta:

A crítica o elogiou de uma maneira que me deixou intrigado, mas nas livrarias só apareceu a primeira remessa de uns poucos exemplares, de modo que quem lia a crítica não encontrava o livro para conferir. Por alguns anos *Os Cavalinhos* ficou sendo um livro muito comentado e pouquíssimo lido (Steen, 2008, p. 137).

Nesse primeiro livro, se demonstravam temas e repetições que já apontavam para preferências estilísticas do autor. A maioria dos contos em primeira pessoa, muitas vezes partindo da perspectiva infantil e com localização incerta, com certa inspiração no Goiás da infância²⁸, mas que remetem a um interior, que pode ser qualquer região Brasil afora. Além de haver uma intertextualidade em suas obras, iniciando-se na constante temática da violência e opressão presentes nos contos e obras posteriores.

²⁶ Conforme Bourdieu (2006, p. 184): “cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário”.

²⁷ O Prêmio Fabio Prado foi um prêmio dado pela associação de escritores paulistas, enquanto o Prêmio Monteiro Lobato era conferido pelo Governo Federal e direcionado a obras infantis ou infanto juvenis.

²⁸ Na biografia “José J. Veiga. O Fantástico Realismo de um Goiano”, Ramir Curado (2017) estabelece relações entre a obra de Veiga, inclusive esses primeiros contos, e lugares de vivência na sua infância em Corumbá. Essas associações são feitas a partir de entrevistas concedidas por Veiga à imprensa do Goiás ao longo dos anos.

No romance *A Hora dos Ruminantes* (1966) há invasão e domínio de homens estranhos à cidade de Manairema. Nos contos de *A Máquina Extraviada* (1967), com ambientação em fazendas ou lugarejos do interior, há opressão e terror diante de algum acontecimento. Em *Sombras de Reis Barbudos* (1972), há a figura de uma Companhia que vai progressivamente ganhando mais poder na cidade de Taitara e regendo de forma autoritária e repressiva a vida dos habitantes. Em *Os Pecados da Tribo* (1976) o poder é tomado dos humanos por um animal e, fechando seu “ciclo sombrio”, em *Aquele Mundo de Vasabarro* (1982) um regime perdura a sete séculos nas mãos da mesma família.

Agostinho Potenciano (*apud* Prado, 1989, p.18) comenta como “essa série de obras sobre o mesmo tema cria uma intertextualidade que joga uma leitura à outra, completando-as, acrescentando significados, explicitando melhor o universo veiguiano”. Tais repetições temáticas são referências também às percepções do autor quanto à conjuntura social em que vivia. Questionado sobre a angústia presente nos escritos ser parte de sua visão do futuro, Veiga comenta:

De certa forma, faz, já que lido com sentimentos infantis, com os primeiros choques, com a realidade do mundo. As pessoas têm medo quando começam a descobrir o mundo. Mas a angústia existente nos meus livros também é resultado do clima político e social que sempre enfrentei depois de adulto. Na minha geração nunca houve uma época prolongada de liberdade, de euforia para realizar as coisas, a não ser ao tempo de Juscelino Kubitschek, que foi um período muito curto. O resto foi sempre ditadura (Vargas, 1982).

Essa constância do autoritarismo na dimensão política brasileira é sublinhada por Carlos Fico (2014, p. 8), ao discorrer acerca do golpe militar de 1964 e da ditadura que se seguiu como “a expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro, que já se manifestou em tantas outras ocasiões [...]”. Esse autoritarismo presente, especialmente nos governos de Getúlio Vargas e durante a ditadura militar, é ponto de debate quanto à suas origens históricas no Brasil.

Entendemos esse autoritarismo para além da interpretação de um Brasil politicamente atrasado, onde a autocracia está ligada tão somente à tradição colonial e dissociada da modernidade política, que seria a democrática. As manifestações políticas do autoritarismo brasileiro são, além de específicas à realidade do país, também parte de um contexto moderno composto por contradições, podendo ser analisadas quanto às problemáticas políticas modernas e não apenas como resquício de um atraso (Dutra; Ribeiro, 2021, p. 258-260).

Em uma discussão sociológica, Dutra e Ribeiro (2021) consideram a ideia de um autoritarismo puramente brasileiro parte da idealização política quanto aos países

politicamente “avançados”. A ideia dos autores se contrapõe às explicações de Tavares Bastos, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman para a frequência do autoritarismo no Brasil explicada a partir da herança colonial. Dutra e Ribeiro, em contrapartida, explicam “que fenômenos autoritários não devem ser vistos como elementos de tradições autoritárias do passado que sobrevivem no presente”. Assim a concepção de que partem

[...] não hierarquiza no tempo (moderno/atrasado) e na região (regiões modernas/regiões atrasadas) a diferença entre democracia e autocracia, mas a considera como uma diferença moderna, que assume configuração bipolar na modernidade política global. Nesse contexto teórico, variantes locais e regionais podem ser comparadas para além dos obstáculos epistemológicos do nacionalismo, da teleologia e da idealização. A política moderna não pode ser reduzida à democracia. O chamado ‘recesso da democracia’ não é um corpo estranho à modernidade política (Dutra; Ribeiro, 2021, p. 266-268).

A ideia não é de que as crises democráticas brasileiras tenham sido geradas por questões externas, mas que sejam comparadas e se relacionem com formas políticas autoritárias no século XX, por exemplo, nos países da América Latina que passaram por ditaduras.

Quanto à expressão dessas temáticas de forma frequente nas obras de Veiga, o que poderiam exprimir? Seria uma indicação de engajamento ou resistência a esses processos? Conforme as ideias de Antonio Candido (2006), em uma obra literária, o contexto não é apenas causa, nem significado, mas tem papel na constituição interna da obra. A estética, assim, assimila a dimensão social como fator de arte e soma-se a outros aspectos da sociedade seja na dimensão psicológica, linguística ou qualquer outra parte da estrutura da obra.

Esses fatores ditam como, socialmente, se recebe uma obra, “o fator social é invocado para explicar a estrutura da obra e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós” (Candido, 2006, p. 25). Nesse sentido, as características que insurgem e são vigentes como estéticas de uma época, e as preferências dos autores por essas, fazem parte também do ambiente social que as gestou.

A seguir, analisamos as obras selecionadas do “ciclo sombrio” veiguiano em uma leitura a partir de seu contexto.

2.2 Representações da modernização e autoritarismo em *O Galo Impertinente* (1967), *A Máquina Extraviada* (1967) e *Sombras de Reis Barbudos* (1972)

Em 1967, José J. Veiga publicava o livro *A Estranha Máquina Extraviada*, composto por um conjunto de contos escritos ao longo da década de 1960 e publicados no suplemento dominical do *Jornal do Brasil*. Os contos desse livro eram distintos dos primeiros escritos do autor, especialmente quanto ao aspecto do insólito, que se associariam "agora perigosamente com os elementos do realismo para obter a atmosfera de fantástico em que novas dimensões se acrescentam ao mundo visualmente perceptível" (Martins, 1968). Nesse sentido, a crítica apontou que o aspecto do estranho e absurdo, característico do realismo mágico do autor, estaria mais diluído nas narrativas desses contos do que nas suas primeiras publicações.

O Brasil vivenciava em 1967, quando o livro foi publicado, o período da ditadura militar. Em uma conjuntura de projetos, propostas de reformas e movimentos sociais, o golpe de 1964 e a ditadura militar foram construídos e sustentados por bases tanto jurídicas, quanto sociais e econômicas, que se justificavam no discurso em torno da necessidade da defesa da nação.

O Galo Impertinente (1967)²⁹ é um conto sobre a construção grandiosa de uma estrada no interior do país que, mesmo após inaugurada, não pode ser usada pela população graças a aparição insólita de um galo gigante. O conto inicia com o narrador, que é parte da população que vivencia e espera a conclusão da obra, comentando a intensa mobilização de trabalhadores para a construção, junto às promessas dos engenheiros sobre técnicas e um conhecimento novo sendo aplicado ali.

Todo mundo sabia que se andava construindo uma estrada naquela região, pessoas que se aventuravam por lá viam trabalhadores empurrando carrinhos, manobrando máquinas ou sentados à sombra, cochilando com o chapéu no joelho ou comendo de umas latas que a empresa fornecia (Veiga, 2008, p. 79).

A ideia de modernização está no conto como uma novidade ligada ao progresso, seja econômico ou de desenvolvimento em algum aspecto para aquela localidade. O narrador aponta, porém, para a demora na construção da estrada: "Mas a obra estava demorando tanto que nos habituamos a não esperar o fim dela". Assim, mais do que facilitar a comunicação daquele local a outros ou a melhoria na locomoção - como se espera de uma estrada-, parece haver a intenção daqueles que a mandaram construir de "mostrar uma nova técnica rodoviária" que esteja "à altura de sua reputação" (Veiga, 2008, p. 79).

Sobre o momento de publicação do conto, Danielle Heberle Viegas (2020) comenta que a ditadura dava continuidade às propostas de desenvolvimento nacional já presentes desde

²⁹ Ambos os contos pertencem ao livro *A Estranha Máquina extraviada*, a edição utilizada nessa pesquisa é a 13ª edição da obra publicada pela Bertand Brasil, em 2008.

o período Vargas. Estes atingiram, após 1964, seu ápice, por meio do planejamento urbano e social que se irradiou em projetos de industrialização com base na regionalização. O processo de regionalização do espaço geográfico brasileiro foi efetivado no período a partir da

caracterização de regiões unicamente a partir de critérios econômicos, nos privilégios legislativos concedidos à instalação de fábricas fora das grandes capitais, em planos e projetos de remoção de bairros residenciais em prol de indústrias e, finalmente, na associação da ideia do conceito de regionalização ao de desenvolvimento (Viegas, 2020, p.18).

As regiões deveriam servir a integração nacional, conforme suas características e assim

a regionalização do território emerge como uma das categorias no qual o autoritarismo e o desenvolvimentismo vão se locupletar: colonização, desbravamento de matas, construção de estradas e diminuição de distâncias foram os principais tópicos da agenda nacional de planejamento no período em tela (Viegas, 2020, p. 17).

O modelo de regionalização adotado na ditadura não foi arquitetado por ela, nem deixou de ser utilizado após o período, porém, “assumiu uma configuração particular durante as décadas de 1960 e 1970, induzindo desigualdades territoriais em todas as escalas” (Viegas, 2020, p. 18). A produção dos contos comentados aqui se encontra nesse momento de tensão.

Em *O Galo Impertinente*, o discurso em torno da construção da estrada, ao mesmo tempo que parece exagero, expõe em tom satírico a realidade de certas obras faraônicas no Brasil. Nesse contexto, havia muitas promessas em torno de construções que nunca chegavam a ser entregues, ou se entregues, não estavam à altura do prometido e não davam o retorno esperado.

O absurdo na história está inicialmente na postura das autoridades que dizem não ter informações da estrada, como se o projeto nunca tivesse existido. Assim, no conto, a comunidade vivencia as promessas estagnadas de uma modernização, a não efetividade de um projeto político e os efeitos psicológicos envolvidos nesse processo. A partir do absurdo, o conto propicia a leitura de uma situação acompanhada desde o início, em sua expectativa e desenrolar pelo leitor e narrador, e expressa, de forma muito aproximada, o que foi vivenciar ocorridos semelhantes no auge da ditadura. A literatura alcança, aqui, uma verossimilhança com a realidade brasileira com a qual conversa e se interliga.

O insólito alcança outras proporções no conto quando, de forma inesperada, a inauguração da estrada é anunciada:

Um dia — as preocupações eram outras, ninguém pensava mais no assunto — anunciaram que a estrada afinal estava pronta e ia ser inaugurada. Depois de uma inspeção preliminar feita altas horas da noite à luz de archotes (com certeza para evitar entusiasmos prematuros), marcou-se o dia da inauguração com a passagem de uma caravana oficial. O povo não pôde ver a estrada de perto nesse dia, tivemos que ficar nas colinas das imediações, havia guardas por toda parte com ordem de não deixar ninguém pisar nem apalpar. Muita gente levou binóculos e telescópios; (Veiga, 2008, p. 80).

A promessa havia sido entregue, a estrada parecia não apenas grandiosa, era bonita, bem estruturada, com espaços para pedestres e ciclistas.

Mesmo de longe via-se que a estrada era uma obra magnífica. Havia espaço arborizado entre as pistas, as árvores ainda pequenas, mas prometendo crescer com vigor; trilhas para ciclistas, caminhos para pedestres. As pontes eram um espetáculo, e tantas que se podia pensar que tinham sido feitas mais para mostrar competência do que para resolver problemas de comunicação; em todo caso, lá estavam bonitas e sólidas, pelo menos de longe (Veiga, 2008, p. 80).

De longe, a estrada era exatamente como o discurso prometeu, e por isso podia ser usada para integrar o status e a propaganda de competência do projeto que havia sido proposto. Perante a aparente grandiosidade e utilidade da construção, os moradores não lembram do tempo de espera, esquecem o passado em prol do presente de propaganda e discursos em torno do aparente sucesso da construção.

Diante da imponência da estrada, com suas pontes, túneis e trevos, o povo esqueceu a longa espera, herança de pais a filhos, esqueceu os parentes e amigos que haviam morrido sem ver aquele dia, esqueceu as voltas que teve de dar, e agora só cuidava de elogiar o trabalho dos engenheiros, o escrúpulo de não entregarem uma obra feita a três pancadas (Veiga, 2008, p. 81).

A narrativa, no entanto, não se encerra com o sucesso da construção.

Logo depois da inauguração, certas coisas começaram a acontecer, parece mesmo que já no dia seguinte. [...] Os viajantes contavam que iam indo muito bem pela estrada, embalados pela lisura do asfalto, quando de repente, saído não se sabe de onde, um galo enorme aparecia diante do carro (Veiga, 2008, p. 81).

Diante disso, quem tentava usar a estrada voltava aterrorizado pois os carros eram atacados por um galo. Um galo que mudava de tamanho de acordo com os relatos e que, mesmo após expedições populares e até a intervenção do Ministério da Guerra para o capturar, permanecia lá. Mais do que respostas, o conto levanta perguntas: a natureza, na figura do galo, estaria impedindo a estrada de efetivamente ser usada, ou seja, impedindo o progresso da região? Seria a aparição do galo real?

No *Dicionário de Símbolos* de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2015), a figura do galo aparece com muitas significações: símbolo de altivez, anúncio do amanhecer e ainda como emblema de virtudes: coragem, bom desempenho de combate etc. Em outro extremo de significação, o galo pode simbolizar agouro e ser atributo de algo sinistro “símbolo da cólera, explosão de um desejo desmesurado — e contrariado” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 558-559).

Esse último sentido parece ser o que mais se aproxima do galo do conto, que aterroriza os transeuntes da estrada e toma formas variadas a depender do momento. O galo, como animal e elemento da natureza, talvez esteja habitando um lugar que é seu por direito.

Pavla Lidmilová, tradutora de José J. Veiga para o tcheco, comenta o aspecto da força da natureza nas obras. Ela aponta como, na República Tcheca, essa característica promovia um encanto na leitura das narrativas: “Porque, para nós, por exemplo, a invasão de bois, os cavalos, as chuvas torrenciais, isso fica um pouco à parte. Aqui é uma realidade que pode acontecer. Então, na obra do Kafka não podia acontecer uma coisa assim, essa espécie de fantástico rural, regional.” (Prado, 1989).

O comentário da tradutora destaca que a invasão da natureza em Veiga é particularidade do fantástico brasileiro representado no autor. No conto analisado aqui, o galo invencível assusta e destrói o que dele se aproxima. Mas, ironicamente, é a construção de estradas, em meio à uma densa selva, que configura em si um processo que invade um espaço antes intocado. Não à toa, exemplos como a transamazônica são considerados como desastres ambientais.

O galo, nesse sentido, funciona como uma alegoria da natureza, e o desenrolar da história representa, à sua maneira, não apenas projetos frustrados de desenvolvimento pelo Brasil daquele período, mas também a invasão de espaços no interior do país, com consequentes mudanças nas dinâmicas locais.

O discurso técnico e progressista, que no conto aparece por meio da estrada grandiosa, foi utilizado durante a ditadura militar, no contexto da Doutrina de Segurança Nacional. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), no período de Guerra Fria, desenvolveu uma série de ações empreendidas pelos Estados Unidos na América Latina para o combate ao comunismo, que também eram acompanhadas de um discurso de progresso, como a Aliança para o Progresso (1961) e se traduziram no aumento do controle estrangeiro na região³⁰.

³⁰ Conforme Padrós (2005, p. 44) “Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser

Presente em países da América Latina, as ditaduras impactaram fortemente a economia, conforme Padrós (2005).

Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do FMI e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força de trabalho) (Padrós, 2005, p. 44).

No Brasil, o autoritarismo manifesto no decorrer da ditadura se desenrolou em um projeto em que a violência de Estado teve seu ápice com a outorga dos poderes do AI-5. Vivenciou-se, assim, a cassação de mandatos, suspensão de direitos de cidadãos, a presença da censura à imprensa e aos meios de comunicação, além da repressão a opositores, fossem estudantes ou trabalhadores. Tal processo foi simultâneo ao crescimento econômico, acompanhado do desenvolvimento das cidades, da construção civil, de estradas, hidrelétricas e do consumismo da classe média (Habert, 1992, p. 10).

A legislação criada cerceava direitos civis e considerava ações diversas como um ataque ao país. Reportagens, por exemplo, que questionassem esses projetos econômicos do governo podiam ser classificadas como crimes à segurança nacional (Aquino, 2015, p. 680).

É nesse cenário que ocorre o conhecido “milagre econômico” e seu discurso se utilizava de elementos diversos, inclusive grandes obras e construções, para atestar um progresso brasileiro e a conquista de um “Brasil Grande”. Esse ideário versava sobre um país que se ampliava em modernização e tinha seus recursos naturais, também alcançados e explorados pelo governo, à exemplo do projeto de desbravamento empreendido na Amazônia para integrá-la à economia nacional (Santos, 2019).

Assim, o enredo da narrativa de Veiga se contraponto ao “Brasil Grande”, expõe um Brasil isolado do resto do país e dos avanços. A promessa de construção da estrada evoca às construções faraônicas como a Transamazônica, Angra dos Reis e Itaipu. Essas construções são expressão de um Brasil que não viu as promessas de modernização se cumprir, de obras gigantescas que, além de custarem muito aos cofres públicos, não cumpriram sua função de melhoria, nem ao país, nem às comunidades.

No conto, a despeito da propaganda em torno da estrada, o projeto não gerou mudanças reais nem ajudou na comunicação, já que a estrada não podia ser usada. Assim, ao mesmo tempo que o conto pode ser relacionado às grandes obras inconclusas pelo Brasil do

vivo”, “objetivos nacionais”, etc.) foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural).”

período, é também possível pensar no embate entre esse interior do país e os projetos propostos pela ditadura. Essas comunidades e povos que tiveram seu modo de vida e o ambiente em que viviam vilipendiados, e que não necessariamente resistiu ao “progresso”, mas que certamente não contou com um projeto de desenvolvimento, de fato, para sua realidade.

Dentro desse mesmo panorama, o conto *A Máquina Extraviada* (1967) inicia-se com a chegada de uma máquina como uma grande novidade no sertão onde a comunidade se localiza. A máquina se impõe nesse sertão e é também símbolo de poder. Logo no primeiro parágrafo, é explicitado que há uma disputa política em torno dela.

Você sempre pergunta pelas novidades daqui deste sertão, e finalmente posso lhe contar uma importante. Fique o compadre sabendo que agora temos aqui uma máquina imponente, que está entusiasmando todo o mundo. [...] é de admirar que ninguém tenha brigado ainda por causa dela, a não ser os políticos (Veiga, 2008, p. 90).

A palavra máquina pode ser compreendida como "qualquer equipamento que empregue força mecânica, composto de peças interligadas com funções específicas, e em que o trabalho humano é substituído pela ação do mecanismo."³¹ Portanto, o termo remete a uma utilidade, a algo que em tese facilita uma atividade, e assim deveria trazer avanço em algum aspecto que evitaria o esforço humano.

Quanto à máquina do conto, esta é descarregada em frente à prefeitura, não se tem remetente, as pessoas que a trazem não explicam para que ela serve, e a população sabe apenas que a enorme máquina foi transportada em vários caminhões, que homens desconhecidos a montaram e depois foram embora. Sobre os desconhecidos que a montam o narrador comenta:

Como geralmente acontece nessas ocasiões, os homens estavam mal-humorados e não quiseram dar explicações, esbarravam propositalmente nos curiosos, pisavam-lhes os pés e não pediam desculpa, jogavam pontas de cordas sujas de graxa por cima deles, quem não quisesse se sujar ou se machucar que saísse do caminho (Veiga, 2008, p. 90).

Há, nesse trecho, uma tensão entre os locais e os homens que vão montar a máquina, que pode ser percebida como uma tensão do rural *versus* urbano e do moderno *versus* primitivo. Especialmente com a marca de um sentimento de superioridade por parte dos de fora. A partir daí, o narrador começa a contar como as pessoas inventavam teorias sobre o que

³¹ Definição do dicionário Houaiss (*online*).

seria e para que serviria aquela máquina e, assim, começa a crescer um senso de respeito pelo objeto mesmo sem saber o que ele pode fazer.

A máquina ficou ao relento, sem que ninguém soubesse quem a encomendou nem para que servia. [...] Ninguém passa pelo largo sem ainda parar diante da máquina, e de cada vez há um detalhe novo a notar. [...] Até as velhinhas de igreja, que passam de madrugada e de noitinha, tossindo e rezando, viram o rosto para o lado da máquina e fazem uma curvatura discreta. [...] Homens abrutalhados, [...] tratam a máquina com respeito (Veiga, 2008, p. 91).

O prefeito diz não ter encomendado nem saber quem a mandou, mas, ainda assim, designa alguém para zelar pela máquina, para limpá-la e deixá-la sempre nova. Dessa maneira, o objeto se traduz em uma novidade desejada, apreciada e símbolo do orgulho daquela cidade, embora este seja um orgulho vazio, já que seu uso nunca foi efetivado. Ela é fonte, além disso, de disputas.

Estamos tão habituados com a presença da máquina ali no largo, que se um dia ela desabasse, ou se alguém de outra cidade viesse buscá-la, provando com documentos que tinha direito, eu nem sei o que aconteceria, nem quero pensar. Ela é o nosso orgulho, e não pense que exagero. Ainda não sabemos para que ela serve, mas isso já não tem maior importância. Fique sabendo que temos recebido delegações de outras cidades, do estado e de fora, que vêm aqui para ver se conseguem comprá-la. Chegam como quem não quer nada, visitam o prefeito, elogiam a cidade, rodeiam, negaceiam, abrem o jogo: por quanto cederíamos a máquina (Veiga, 2008, p. 92).

A máquina passa, assim, a fazer parte das datas cívicas e festividades da comunidade. Em tempo de eleição, todos os candidatos querem fazer seus comícios à sombra dela, prestam-lhe homenagens e honrarias. O nível de respeito em torno da máquina atinge um nível maior, passa a ser incluso no imaginário de solenidade, se relaciona à disputa política e, dessa forma, a máquina é associada a algo bom:

Você se lembra que antigamente os feriados eram comemorados no coreto ou no campo de futebol, mas hoje tudo se passa ao pé da máquina. Em tempo de eleição todos os candidatos querem fazer seus comícios à sombra dela, e como isso não é possível, alguém tem de sobrar, nem todos se conformam e sempre surgem conflitos (Veiga, 2008, p. 93).

O narrador, nesse conto, observa os acontecimentos com certa distância, mas, como no conto anterior, é também parte da comunidade, se portando como representante da comunidade ao narrar seus ocorridos. É um dos narradores típicos dos escritos de Veiga, que fornece ao leitor acesso ao seu mundo ao mesmo tempo que não dá maiores explicações para os ocorridos, expressando a inexistência de “uma instância superior que esteja disposta a explicar a realidade descrita de forma unânime” (Gemés, 2022, p. 127).

Outro ocorrido narrado é um acidente em que um caixeiro prendeu a perna nas engrenagens da máquina e após o ocorrido não podia mais trabalhar. Assim, ele passa a ajudar na conservação da máquina cuidando das “partes baixas” do objeto. Esse episódio do conto aponta para a relação homem-máquina e para o trabalho. A máquina mesmo sem utilidade faz com que o homem perca a sua perna, ainda que a culpa seja “inteiramente” dele.

Dessa forma a situação que é simples, a chegada de uma máquina, tem desenrolares absurdos, com a devoção à um objeto cuja utilidade é um mistério. O conto descreve algo também factível, a substituição do homem pela máquina e as perdas possíveis nessa relação. O acidente de trabalho em um contexto de novas tecnologias, o homem a serviço da moderna máquina enquanto esta não melhora sua vida e contexto.

Pâmela Leão Freire (2023) situa esse escrito entre a literatura que discorre sobre a relação homem e máquina no Brasil, a temática alude para além da ditadura na “ascensão de uma sociedade industrial avançada, do liberalismo globalizado sob os moldes do capitalismo desenfreado como norma para o progresso e bem-estar dos cidadãos” (Freire, 2023, p. 16). Analisa que a produção literária brasileira do século XX representa a máquina como “moedora de gentes”, como poder supremo e símbolo da modernidade. Em Veiga, essa modernidade invade e instala-se em uma cidade antes calma, causa ruído, tumulto e assim “Uma comunidade nos moldes conservadores é arrebatada pelo progresso, sem ser consultada ou avisada.” (Freire, 2023, p. 39).

O conto encerra com a expressão da idealização da máquina pelo narrador:

Dizem que a máquina já tem feito até milagre, mas isso — aqui para nós — eu acho que é exagero de gente supersticiosa, e prefiro não ficar falando no assunto. Eu — e creio que também a grande maioria dos munícipes — não espero dela nada em particular; para mim basta que ela fique onde está, nos alegrando, nos inspirando, nos consolando (Veiga, 2008, p. 93).

Para a população, então, basta que ela represente algo grandioso para a cidade, inspirando, consolando e alegrando. A efetividade dessa utilidade não é experimentada, a ideia basta. No conto, o absurdo é a própria passividade da população encantada pela máquina, que a reverencia enquanto assiste o declínio de seus modos de vida.

A exemplo do que ocorre em *O Galo Impertinente*, o processo de modernização ocorrido ao longo do século XX, com ápice nos anos ditatoriais, é tematizado. O escrito dialoga então com o modelo de industrialização empreendidos com objetivos de superar o subdesenvolvimento brasileiro (Viegas, 2020, p. 17). Em ambos os contos as comunidades

que ali habitam não são parte do projeto ou alvo de seus benefícios, são algo no meio dos recursos desejados.

As ligações possíveis do contexto da ditadura militar e esse conto são especialmente relacionados aos discursos de modernização e desenvolvimento que não se estenderam a todo o território nacional e não viabilizaram, como ficou conhecido popularmente, um “milagre econômico” de fato. Isso porque ignoraram problemáticas regionais e trouxeram consequências sociais em seu processo. O conto conversa, assim, com o discurso desenvolvimentista brasileiro e com sua versão modernizante do regime militar que não trazia consigo efetividade. Havia propaganda, mas nem sempre a entrega de benefício real.

Potenciano (1987, p. 80-81) considera ainda que há “uma amostra do extravio desta relação entre o homem e a máquina. A máquina é posta na praça como um monumento. Não funciona, mas embevece e atrai misteriosamente”. Assim, tanto o galo que ataca os carros do primeiro conto, como a estranha máquina de origem e utilidades desconhecidas que vira figura central em uma cidade, são exemplos do realismo mágico nos contos.

Em ambos os contos se “prefere o encanto de um objeto que deveria, por sua natureza, funcionar, e que conserva o encanto porque não funciona.” (Potenciano, 1987, p. 117-118). O encanto, nesse caso, funciona no sentido de algo mágico, que seduz e causa o efeito de atração da população sobre a construção ou objeto, e acaba por tornar a comunidade passiva diante dos acontecimentos.

Por fim, o livro *Sombras de Reis Barbudos* (1972)³² é um romance narrado em tom memorialístico pelo adolescente Lucas, que recorda as mudanças ocorridas na cidade fictícia de Taitara. Iniciasse com a chegada do tio Baltazar, um engenheiro muito admirado por todos com o sonho de levar melhorias à cidade, seu empreendimento se concretiza na Companhia de Melhoramentos de Taitara. A empresa chega com promessas de crescimento e empregos até o momento da expulsão de tio Baltazar e da ação da companhia como um órgão autoritário que passa a impor regras absurdas e medo sob a população.

A história contada é uma rememoração, do prenúncio de um futuro temeroso, com fiscalizações, uma cidade destroçada e um passado onde tudo isso começou com uma ideia de progresso, esperança e melhorias:

Está bem, mãe. Vou fazer a sua vontade. Vou escrever a história do que aconteceu aqui desde a chegada de tio Baltazar. Sei que esse pedido insistente é um truque para me prender em casa, a senhora acha perigoso eu ficar andando por aí mesmo hoje, quando os fiscais já não fiscalizam com tanto rigor. Talvez seja mesmo uma boa

³² Para esta pesquisa foi utilizada a 17ª edição, publicada pela Bertand Brasil, de 1989.

maneira de passar, o tempo, já estou cansado de bater pernas pelos lugares de sempre e só ver essa tristeza de casas vazias, janelas e portas batendo ao vento [...] (Veiga, 1989, p. 3).

A narrativa aponta alguns exemplos do encontro entre o urbano e o rural com a chegada tanto do tio Baltazar, quanto da companhia, seja em alguns objetos novos como câmera, o automóvel, o ferro elétrico, seja na postura dos homens que vinham de fora da cidade assessorar a implantação dessa Companhia, como aponta Lucas:

[...] tratavam a gente como se fossem índios ou matutos (meu pai vivia encrespando com eles por causa disso) e reclamavam dos quartos, da comida, da poeira, como se fossem reis acostumados com o bom e o melhor (Veiga, 1989, p. 10).

O projeto para a construção da Companhia é concluído com 1 ano e 9 meses, depois há a inauguração, a comemoração e a promessa de dias bons para aquela comunidade. Inicialmente, ocorrem diversas melhorias na qualidade de vida de Lucas, sobrinho do fundador da companhia e filho de alguém que trabalha lá.

Nesse sentido, dentro do seguimento temático nas obras de José J. Veiga, que se apontam a abordagem sobre lógicas de trabalho no interior ou os avanços das técnicas e interesse pelo desconhecido, em *Sombra de Reis Barbudos* "se evidencia um olhar crítico em relação às desventuras da modernidade e alguma nostalgia pela comunidade perdida, questões também pertinentes à crítica da ditadura" (Silva, 2016, p. 86).

A tranquilidade de Taitara é abalada por um plano contra tio Baltazar. Na narrativa há uma movimentação e mesmo sem clareza de que fatos ocorreram, o resultado é um golpe à autoridade de Baltazar. Dessa forma, ele e a mulher abandonam a cidade deixando tudo para trás. No capítulo 4 "Muros, muros, muros" temos o desenrolar pós-golpe com demissões:

Sem tio Baltazar a Companhia deixou de existir para nós. Meu pai continuava trabalhando lá, mas nem eu nem mamãe esperávamos que fosse por muito tempo. Logo nos primeiros dias do golpe muita gente ligada a tio Baltazar foi demitida em duas ou três penadas, e não havia motivo para meu pai ser poupado. (Veiga, 1989, p. 25).

Além disso, de forma repentina, muros apareceram dividindo as ruas, impossibilitando a comunicação de vizinhos, dificultando a locomoção dos passantes. Os muros provocam confusão mental e isolamento, aumentando as dificuldades e materializando na narrativa a obstrução do ir e vir e da liberdade dos personagens. Mais adiante, Lucas comenta que, com o tempo, todos decoram os caminhos como se os muros ali não estivessem, o que sugere um aprender a viver com as limitações impostas, se reinventando.

De repente os muros, esses muros. Da noite para o dia eles brotaram assim retos, curvos, quebrados, descendo, subindo, dividindo as ruas ao meio conforme o traçado, separando amigos, tapando vistas, escurecendo, abafando. Até hoje não sabemos se eles foram construídos aí mesmo nos lugares ou trazidos de longe já prontos e fincados aí. No princípio quebrávamos a cabeça para achar o caminho de uma rua à rua seguinte, e pensávamos que não íamos nos acostumar; hoje podemos transitar por toda parte até de olhos fechados, como se os muros não existissem. Com tanto muro para encarar quando estávamos parados e rodear quando tínhamos de andar, a vida estava ficando cada dia mais difícil para todos [...] (Veiga, 1989, p. 27).

Os muros impediam a interação, já que com eles não se sabe o que as pessoas estão fazendo, não há comunicação e, assim, ocorre o silenciamento da comunidade. Essa aparição súbita é parte do insólito da obra, que se inicia com o golpe e regras arbitrárias que não fazem sentido vindo de uma empresa. Em meio a esses acontecimentos, o pai de Lucas é promovido ao cargo de fiscal e passa a usar uma farda que impõe respeito:

Agora ele andava para cima e para baixo vestido com uma farda azul que mamãe penava para manter impecável, se descobrisse nela uma ruga ou mancha meu pai não a vestia enquanto o defeito não fosse corrigido, ele até arranhou uma lente grande para examinar a farda. A lembrança que tenho de mamãe naquele tempo é a de um fantasma despenteado em pé ao lado da mesa de passar, esfregando, esticando, engomando, e suspirando (Veiga, 1989, p. 28).

O respeito imposto pela farda não era genuíno, de admiração por algo que foi realizado, mas uma bajulação baseada no temor e no medo. Além disso, o que a Companhia fiscalizava também é um mistério no livro, mas o resultado dessa fiscalização eram os pais desaparecidos, e mulheres e crianças chorando às portas dos fiscais reclamando o paradeiro deles.

Foi nessa época que nossa casa passou a ser procurada por bandos de mulheres chorosas com crianças nos braços, chegavam e ficavam amontoadas aí em frente esperando meu pai entrar ou sair. [...] Quando meu pai aparecia as mulheres corriam para ele e o cercavam implorando o que não sei, a algazarra que faziam não deixava entender; ele ia abrindo caminho com brutalidade, empurrando, dando tapas que às vezes acertavam de mau jeito em uma criança, e gritando que saíssem da frente, que não tocassem na farda.

Perguntei a meu pai o que era que elas queriam, e por que o tanto choro. Ele deu de ombros e respondeu:

— Querem que eu faça o impossível. Por que não aconselharam os maridos a andarem na linha? Agora agüentem [*sic*] (Veiga, 1989, p. 32).

Além disso há punição e tortura para quem descumpra a regra de estar sobre a limitação dos muros:

[...] apesar de todos os perigos algumas pessoas tentaram pular muro e foram agarradas antes mesmo de porém os pés do outro lado. Um menino gaguinho que sentava perto de mim na escola teve os dedos da mão direita costurados um no outro no hospital da Companhia e passava o tempo todo olhando para a mão como

abobalhado. (Quem pensar que isso não incomoda experiente agüentar (*sic*) meia hora que seja com os dedos colados ou amarrados.) Outros voltaram do hospital com um aparelho de ferro atarraxado nas pernas para impedi-las de se dobrarem, outros voltaram com a mão metida numa espécie de sacola de couro presa no punho com um peso de muitos quilos dentro. Ainda bem que eu acreditei na proibição (Veiga, 1989, p. 46).

A configuração no romance é, então, de um poder arbitrário que não apenas poda, mas pune e tortura a oposição aos seus atos. Nesse sentido, *Sombra de Reis Barbudos*, publicado em 1972, guarda semelhanças com seu momento de publicação durante a ditadura militar, em que o AI-5 estava em pleno vigor.

No romance a inauguração de uma empresa que traria desenvolvimento a Taitara culmina em um duro golpe a seu fundador e na tomada do poder local, que é assumido por homens da empresa. Ao instaurar regras, que passam a vigorar como leis, a empresa atua como parte de um aparato político, que em uma sociedade democrática ocorre pelo sistema político, na representação popular por meio do voto, de partidos etc. No livro, enquanto os acontecimentos se desenrolam não há a presença de outros órgãos governamentais ou de segurança, como um prefeito ou a polícia. A Companhia cria, aplica as leis e pune quem não as cumpre.

Comparando aos ocorridos da ditadura militar após o golpe de 1964, este foi um exemplo de militarismo, em que as Forças Armadas assumiram o governo político de cargos civis na sociedade (Silva; Silva, 2009).

Analisando esse contexto histórico de publicação da obra, Marcos Silva (2016) destaca que, além da semelhança no discurso de desenvolvimento, modernidade e tecnologia, o enredo também coincide com outros aspectos daquele período como a “extrema violência repressiva contra grupos de oposição ao regime, o que incluía prática e tortura e assassinato de oponentes, associada a arrocho salarial, intensa propaganda do regime e alguns agrados sedutores para a classe média, como o financiamento de imóveis.” (Silva, 2016, p. 87).

No “local imaginário” ficcional criado em *Sombra de Reis Barbudos* há um nível de controle expresso nas simplicidades cotidianas, o poder atinge diversas instâncias da vida da população, que demonstra em sua estranheza os absurdos da arbitrariedade e aumenta assim a percepção da vivência no autoritarismo, onde leis não protegem os direitos políticos e sociais dos habitantes.

O poder e violência da Companhia leva a população a trabalhar junto a ela, os conduzindo a acreditar nos projetos absurdos e de origem incerta. Na análise de Nepomuceno³³ (2000, p.104):

O indivíduo e a violência são cúmplices de um mesmo poder que rege a vida de todos, de forma a modificar a consciência de cada um. Nesse sentido, é preciso definir que a violência retratada nos romances de Veiga, por ser consentida e modificadora de consciências, é também e fundamentalmente totalitária.

Esse poder é exemplificado na figura dos fiscais intimados, cargo que surge no enredo com o recrutamento aleatório de pessoas nas ruas para vigiar e reportar ações suspeitas dos habitantes, que passam a trabalhar de bom grado para a Companhia. Já o pai do protagonista, após o apoio as ideias da Companhia, se desilude e sai do cargo de fiscal, tentando iniciar seu próprio negócio, mas acaba preso sob acusação de um crime que a Companhia não especifica.

A situação da cidade chega a um ponto de virada no capítulo 9 “Das profundezas do céu” onde o insólito alcança proporções surreais e a população começa a voar:

Hoje ninguém estranha, todo mundo está voando apesar da proibição, só não voa quem não quer ou não pode ou tem medo. Mas naqueles primeiros dias foi um deus-nos-acuda, parecia o fim do mundo. O povo corria de um lado para outro desatinado, as igrejas se encheram, pessoas que nunca se lembraram de rezar na vida disputavam violentamente uma vaga ao pé dos altares, e dizem que morreu gente de susto e de acidentes. Não vi muito o que se passou na cidade porque mamãe me proibiu de sair, e eu também não tive coragem de deixá-la sozinha.

A Companhia tentou fazer alguma coisa para conter a situação mas acabou se encolhendo. Dizem que muitos fiscais desertaram para o mato com medo de vinganças, e que os diretores também deixaram suas casas com toda a família, alguns para os terrenos cercados da Companhia, outros para lugares ignorados (Veiga, 1989, p. 131).

O ato de voar, elemento no total oposto da verossimilhança com a realidade, toma outros sentidos com a explicação de um professor ao final do livro, que afirma ser o voo a demonstração de uma alucinação coletiva, essa seria justamente a fuga daquela realidade³⁴. Para além de escape, o voo simboliza uma atitude onde “ampliam-se os horizontes dos moradores, possibilitando-lhes visualizar outras realidades, e, conseqüentemente, superar os bloqueios políticos, sociais e econômicos” (Santos; Bellini, 2020, p. 100).

³³ A análise de Nepomuceno (2000, 2023) lê nas obras de Veiga uma expressão do totalitarismo conforme Hannah Arendt, dependente assim do controle das massas e de sua adesão as ideias do sistema.

³⁴ O elemento do voo aparece também na teledramaturgia brasileira do período, na novela *Saramandaia* (1976) de Dias Gomes, também no sentido alegórico de liberdade e fuga da opressão.

O golpe dentro da Companhia modernizante desencadeia o autoritarismo irradiado pela instituição se demonstrando na repressão (leis absurdas, fiscalização, tortura, desaparecidos políticos, punições e prisões) e na força dos símbolos (farda, muros, voo). Nesse sentido *Sombra de Reis Barbudos* é “uma importante voz que comenta tal universo de poder, confrontando-o com seus recursos próprios da linguagem” (Silva, 2016, p. 101).

O romance, assim, toma o tema da modernização e da recepção desta nesse ambiente interiorano, já abordados nos contos analisados e expande a situação para a tomada opressora de um poder. O desenrolar da narrativa, além de trazer ecos do contexto histórico vivido na década de 1970, no auge da repressão dos “anos de chumbo”, traz, por meio de seus símbolos, elementos que permitem discutir o funcionamento de um estado de exceção, da ditadura e da repressão que dela faz parte.

Como fragmento do “ciclo sombrio” do autor, essas obras representariam o despedaçamento desses pequenos locais. Segundo a tese de Márton Tamás Gémes (2022) essas obras de Veiga contestam:

[...] a perspectiva geral histórica do descobrimento, da industrialização e da modernização de um Brasil “atrasado”, quando lhe contrapõem a perspectiva interna do mundo pequeno prestes a desaparecer por causa da modernização. Não se trata aqui de uma tentativa de descrever “a verdade”, mesmo que já a escolha da perspectiva denote uma simpatia pelo pequeno mundo do sertão. Parece que se trata antes de constatar que esta perspectiva da modernização do Brasil também existiu, e de dar uma voz própria a esta perspectiva (Gémes, 2022, p. 194).

Dessa forma, faziam parte das obras iniciais de Veiga a apresentação de cidadezinhas como um pequeno mundo invadido com “chegadas”, que levantavam curiosidade diante do desconhecido, prometendo modernidade e progresso, muitas vezes em processos violentos. Durante a ditadura militar essas temáticas tornam-se mais frequentes, se intensificam e ganham contornos mais sufocantes.

Considerando a conjuntura das artes produzidas no período ditatorial, as obras de José J. Veiga não se separam dessa realidade, sendo parte da vivência do autoritarismo, integram diversas transformações. Nesse contexto, a produção literária teve suas particularidades. Como apontado por Marcos Napolitano (2016), ela foi “matriz” e “vetor” para a compreensão da complexidade da realidade, expressando formas de pensar e discutir o momento.

As mudanças sociais e econômicas que vinham acontecendo desde o início do século XX, foram organizadas como projeto ao longo dos governos de Getúlio Vargas, aprofundados e acelerados na década de 1950 e atingem, na ditadura militar, seu auge. Investigar esses aspectos a partir da literatura é lançar um olhar de maior minúcia, que amplie visões sobre o

período para além do enquadramento a eventos, buscando, assim, o intercruzamento da realidade histórica brasileira com tais obras.

A cronologia proposta por Napolitano (2016) para as publicações literárias do período ditatorial sistematiza três fases gerais para essas ficções: aquelas dos anos iniciais do golpe, as dos “anos de chumbo” e a literatura do final dos anos 1970. Em relação às análises da literatura do período (tópico discutido no Capítulo 1), Napolitano corrobora com a leitura que coloca as produções culturais “lidando” com seu contexto a partir das transformações da linguagem, expressas com destaque por meio dos contos, poesias e prosa do período.

Inicialmente, havia obras que demonstrariam as utopias dos anos 1960, em seguida a dura realidade dos anos de chumbo e, por fim, as autobiografias típicas e importantes retratos da abertura política. Certamente esta é uma classificação geral onde a totalidade de obras nem sempre poderá estar identificada com certa característica, já que a arte não obedece a critérios fixos “e não cabe em esquemas interpretativos e periodizações históricas rígidas” (Napolitano, 2016, p. 243).

Quanto às obras de José J. Veiga, após sua estreia no fim da década de 1950 como escritor, teve suas publicações do período de 1966 e 1984 classificadas enquanto seu “ciclo sombrio” pelas narrativas de opressão e violência. Dentro dessa cronologia, a maior parte de suas narrativas estariam dentro da segunda fase, pós-1970, compreendendo a fase mais dura da ditadura e correspondendo ao momento em que narrativas fantásticas tornam-se mais frequentes.

No auge da ascensão do conto e do romance, Veiga toma essas formas literárias para construir narrativas que conjecturavam sobre o Brasil. Nestas, o realismo mágico foi a linguagem que tomou como forma de construir seus enredos. O uso do realismo mágico em Veiga (comentado no Capítulo 1) leva a abordagem dos temas de poder e modernização a outro nível, os aprofundando. Tanto pela condução dos acontecimentos insólitos nas narrativas, como pela experiência proporcionada ao leitor, levando a um olhar crítico e a reflexão sobre as situações ali criadas em reverberação a realidade.

2.3 Leitura e releitura da ditadura militar em José J. Veiga

Em 1997, Veiga recebia da Academia Brasileira de Letras o *Prêmio Machado de Assis* pelo conjunto de sua obra. Naquele momento, já havia publicado 14 títulos desde sua estreia, vendido mais de 500 mil exemplares e seus livros foram traduzidos e publicados em uma dezena de países (Castello, 1997).

É fato, como demonstrou-se aqui, que o considerado “ciclo sombrio”³⁵ do autor está compreendido durante o cenário político ditatorial, sendo esse conjunto de obras tão parte desses desenrolares como a leitura de sua obra o foi. As narrativas que se repetem de invasões e poderes insólitos que dominam cidades pequenas, que já faziam parte do quadro temático do autor desde as primeiras publicações, no final da década de 1950, passaram a ser principalmente relacionadas a uma leitura alegórica e política também característica daquele momento.

Tal associação se aprofunda quando Veiga publica *A Hora dos Ruminantes* em 1966 pela *Civilização Brasileira*, editora que, encabeçada pelo proprietário Ênio Silveira, representava uma oposição ao regime naquele momento, além de ser parte da indústria cultural em ascensão no período. Muito da leitura que relaciona a obra de Veiga à ditadura tem origem nesse momento, que, já em um contexto pós-golpe militar, tem seus temas literários articulados aos sentidos históricos e sociais da conjuntura vivenciada no Brasil.

Comparando as temática e recepções da primeira obra de Veiga publicada em 1959, *Os Cavalinhos de Platiplanto*, com *A Hora dos Ruminantes* publicada pela Civilização em 1966,

[...] embora partilhem semelhanças e pontos de aproximação, as recepções de uma e outra obra se revelam muito diversas: enquanto comumente se associa *Os Cavalinhos* ao que conhecemos como fantástico ou absurdo, leu-se *Ruminantes* como uma crítica à ditadura militar instaurada em 1964. Trata-se de dois vetores interpretativos distintos que, de uma forma ou de outra, reverberam em praticamente todas as leituras feitas das produções de Veiga desde sua estreia no final dos anos 1950 até a contemporaneidade (Corrêa; Salla, 2022, p. 3).

Nesse sentido apontar a literatura de Veiga como um referencial simplista da ditadura se distancia, não apenas da postura do autor como, também, da realidade de suas obras. É ignorar que em *Os Cavalinhos de Platiplanto* em 1958, o autor já escrevia sob o mesmo gênero, com a mesma linguagem, e temas semelhantes, e que as temáticas seguem conversando ao longo de suas publicações. Além disso, *A hora dos Ruminantes* (1966), a despeito das inúmeras correlações feitas, foi escrito anteriormente ao golpe.

Tais observações são importantes ao considerarmos as análises históricas da obra de Veiga, pois apontam para o fato de que uma obra não se constrói do dia para a noite, Veiga não era um panfletário e o Brasil que ele descrevia não era apenas local e autoritário, mas complexo e em transformação.

³⁵ A delimitação que aparece inicialmente em análises clássicas na fortuna crítica de Veiga como Souza (1987) e Dantas (2002), segue sendo discutido em trabalhos recentes como o de Carvalho (2021).

É importante destacar, no entanto, que assim como houve um “ciclo sombrio” do autor, amplamente pesquisado, a crítica aponta posteriormente para o retorno da escrita de Veiga aos temas mais infantis e leves, sem grandes conflitos, que é chamado de “ciclo da esperança renovada”³⁶. Desse novo momento fazem parte os livros *Torvelinho dia e noite* (1985), *A Casca da Serpente* (1989), *O Risonho Cavalo do Príncipe* (1993), *O Relógio Belisário* (1995) e *Objetos turbulentos* (1997).

Contrastando o “ciclo sombrio” e o “ciclo da esperança renovada”, aponta-se para uma frequência de temas relacionados a influência do momento social de escrita especialmente nas obras do período ditatorial e um momento posterior, de maior esperança, após o fim desta. Esse é mais um indicativo que contribui para a leitura da influência do contexto brasileiro sobre suas obras.

Se considerarmos uma percepção histórica e política da escrita literária do período, conforme Marcos Napolitano (2014),

[...] era, historicamente, a área de atuação do intelectual engajado por excelência, que se utilizava de várias formas de escrita (ensaio, crônica, contos, romance) para transmitir ideias e intervir no debate sobre a sociedade e as liberdades públicas. Não foi diferente no Brasil do regime militar, apesar de outras áreas artísticas, como o teatro, o cinema e a música popular, terem maior destaque junto ao grande público. Na verdade, um dos apelos dessas artes ditas “de espetáculo” é que elas se tornaram mais literárias, incorporando de maneira criativa em suas obras mais sofisticadas a tradição da literatura culta da prosa e da poesia (Napolitano, 2014, p. 218).

Seguindo essa linha, a oposição à ditadura tinha forte presença na literatura e, nesta, era também uma forma de oposição política e engajamento de contra o regime. Nesse sentido a posição máxima de Veiga diante da ditadura e sua resposta a ela é sua literatura, seria por meio dela que demonstraria seu engajamento.

Em entrevista, ao expressar opinião sobre o papel político de sua escrita, Veiga comenta:

Qual será a atitude verdadeiramente revolucionária de um escritor: mostrar ficcionalmente uma população oprimida reagindo e acabando com a opressão (uma mentira), ou mostrá-la sofrendo resignadamente? Esses livros foram escritos para desassossegar, e achei que se mostrasse os oprimidos derrubando as bastilhas, o leitor fecharia o livro aliviado, e não desassossegado. Um livro pouco pode fazer para corrigir injustiças: se conseguir causar desassossego, já conseguiu alguma coisa. Não acredito que a massa humana esteja condenada a submissão eterna. [...] É uma lição da História. Toda melhoria no plano político-social tem que ser tomada (Souza, 1986, p. 165-166).

³⁶ A discussão está presente em Dantas (2002) e a expressão é utilizada em: ROCHA, Wagner dos Santos. **Sob um céu à beira da queda: considerações sobre o processo de distopia no romance Sombras de Reis Barbudos, de J. J. Veiga**. 2021. (Dissertação). Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2021.

Portanto, José J. Veiga não era um escritor ou jornalista envolvido em movimentos políticos. Não se organizou ou fez parte de manifestações explícitas contra o regime. Sua própria trajetória intelectual e política é um campo em aberto para pesquisa. As poucas informações em torno do tema provêm de posições expressas em entrevistas, ou seja, de uma memória e construção pessoal de Veiga sobre ele mesmo e da leitura feita em torno de sua obra.

Se, no entanto, tomarmos a escrita literária como forma de opor-se ao regime, sua obra consiste em sua maior expressão e legado de oposição. Esta constrói uma leitura sobre o seu tempo, capta a contemporaneidade e os “sepultamentos” daquelas formas de vida em comunidade, advindos da própria modernidade. Além disso, o autor descreve as consequências e as problemáticas que acompanhavam esse processo. Testemunhou, por meio do seu realismo mágico, a percepção social, a desesperança, a incerteza, o medo e o absurdo ditatorial.

Esse capítulo buscou, a partir das problemáticas de pesquisa, apontar a relação dos escritos pós-1964 de José J. Veiga com a ditadura militar. Assim, se entrelaçam a vivência e literatura do autor com as transformações históricas e literárias do período. Sua obra acessa e discute tópicos da realidade a partir de sua linguagem e construção temática. Discute ainda questões quanto ao poder e modernização, traduzindo o contexto ditatorial, evidenciando e maximizando o efeito por meio do recurso do realismo mágico. Portanto, por meio dessas obras, é possível discutir a instauração da ditadura militar no Brasil, a repressão, vivências e aspectos do discurso de modernização do regime.

CAPÍTULO 3 - CONVITE À LEITURA: A CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL PARA O ENSINO DA TEMÁTICA DITADURA MILITAR A PARTIR DAS OBRAS DE JOSÉ J. VEIGA

Esse capítulo utiliza as reflexões e discussões produzidas nos tópicos anteriores como base para discutir a elaboração de um material didático para as aulas sobre o tema ditadura militar. A dissertação e o produto se relacionam estreitamente, já que os debates realizados ao longo da pesquisa são fundamentais na elaboração do material didático, dentre os quais destacamos: a relação interdisciplinar entre história e literatura, a literatura como fonte para a história e as representações da ditadura militar nas obras de José J. Veiga. Essas discussões estarão no produto, com adequações de linguagem para o público-alvo conforme o objetivo buscado.

O produto proposto terá o formato de *e-book* e intitula-se “*Convite à leitura: galo, máquina e a ditadura militar brasileira no realismo mágico de José J. Veiga*”, seu objetivo é apontar possibilidades de aplicação da literatura de José J. Veiga no ensino sobre a ditadura militar, em uma perspectiva interdisciplinar.

Sendo a ditadura militar uma temática trabalhada nas aulas de história do 9º ano do ensino fundamental, o público-alvo são professores de história da educação básica. O material está, assim, alinhado ao objetivo específico do projeto: desenvolver modos de trabalhar as fontes literárias de forma interdisciplinar no ensino básico de história. Definimos como base para seu desenvolvimento os aspectos a seguir.

Problemática: inserção da literatura nas aulas de história sobre ditadura militar no 9º ano do Ensino Fundamental.

Objetivos do produto educacional:

- 1) Introduzir potenciais da linguagem literária como fonte para a história;
- 2) Apontar formas de relacionar um texto literário à história;
- 3) Apresentar formas de trabalhar, a partir do uso de literatura, conceitos de ditadura, repressão e temas ligados à modernização e “milagre econômico”.

Pretendemos, com o produto, proporcionar perspectivas diferenciadas de ensino acerca do contexto e das temáticas da ditadura militar. Além disso, intencionamos contribuir para um maior uso de literatura como fonte de análise e reflexão sobre o passado em sala de aula. Tais objetivos partem da ideia de que essa relação interdisciplinar no ensino direciona a uma compreensão mais ampla e crítica do mundo real (Fazenda, 1998, p. 117 *apud* Azevedo; Lima, 2013).

Foram levados em conta, na elaboração do capítulo, as necessidades para o ensino do tema ditadura, conforme previsto nos aparatos legais e a partir de apontamentos de pesquisas recentes. Comentamos tais pontos a seguir e descrevemos o produto e suas sessões.

3.1 Demandas no ensino sobre ditadura militar e o uso da literatura da ditadura

O ensino da temática ditadura militar está envolto em disputas de memórias sociais e acompanha a problemática de fazer justiça as violações de direitos cometidas pelo estado brasileiro no período. Nesse ensino deve haver o compromisso de opor-se ao esquecimento dos ocorridos que caracteriza

[...] a omissão e o desrespeito à história, à memória e à justiça é também uma forma de agressão indireta contra as gerações mais novas, pois, como já foi evidenciado, a estas lhes é sonogado o conhecimento e a experiência das gerações anteriores, experiência que constitui história e que pertence a um passado comum que deve ser reconhecido pela História. A persistência institucionalizada do silêncio oficial apresenta-se como fator de desconexão entre gerações, ao nível da História e da experiência da identidade política (Gasparotto; Padrós, 2010, p. 199-200).

Dessa maneira, o ensino escolar é um importante meio de acesso a esse passado e resgate dessa memória. A seleção dos conteúdos, de métodos de ensino e das fontes utilizadas são parte do planejamento e direcionamento da temática em sala de aula. Enquanto conhecimento histórico, a elaboração de maneiras de ensinar sobre esse passado deve ser preocupação do ensino de história, de forma que o aluno possa, por exemplo, identificar elementos que constituem uma ditadura, tendo instrumentos para comparação e especulação. Além de tudo, são pontos essenciais para a construção de um ensino que busque contribuir na promoção de valores democráticos.

Nesse sentido Gasparotto e Padrós (2010, p. 196) destacam que:

[...] a grande contribuição que o docente escolar poder realizar é a criação de estratégias didáticas para o tratamento dessa temática na escola. Ninguém melhor do que ele para ter a sensibilidade do que pode ou não ser dito ou mostrado, aferir de que forma podem ser construídas pontes entre o conteúdo e seus alunos, gerar atração e reflexão sobre o que é proposto, potencializar espaços e metodologias interativas que extrapolem os materiais disponibilizados, estimulando uma produção textual autônoma e própria dos discentes (Gasparotto; Padrós, 2010, p. 196).

Isto posto, o conhecimento escolar passa, antes de tudo, por uma série de formalizações curriculares, leis, formação de professores, e seus objetivos são sobretudo guiadas por estes. A despeito das reformas na atualidade que visam sanar problemas ao incluir discussões étnicas, de gênero e territoriais, alguns vícios do ensino de história persistem em

sala e os motivos para que isso ocorra são diversos. Alguns problemas apontados em pesquisas são a defasagem na formação e aperfeiçoamento de profissionais e o livro didático como guia curricular exclusivo, já que por vezes é o único propiciado como recurso a ser seguido (Abud, 2007, p. 113).

Há ainda as questões das ausências dos conteúdos ou temas que são primordiais para analisar nossa formação histórica como sociedade. Como Antoni (2021) aborda, enfocando o tema América Latina, não apenas o que é ensinado, mas a forma como se ensina constrói a ideia de uma sociedade sobre si mesma, e das percepções da sua própria identidade. Assim, se coloca em defesa de

[...] uma perspectiva a partir da qual os materiais didáticos possam refletir uma forma de pensar e produzir conhecimento com base nas experiências que nos são próximas, a partir de coletivos sociais, artistas e intelectuais da América Latina, que promovam a (re)escrita de uma história que nos será própria, podendo contribuir, de forma bastante contundente, para o processo de formação de uma nova identidade latino-americana (Antoni, 2021, p.90).

Trabalhar tais fragilidades, trata-se na verdade de questionar como de fato mudar a perspectiva do que é ensinado. Exige um exercício de perceber olhares condicionados e de questionar primeiramente, enquanto pesquisadores e professores, como virar a narrativa de forma que o conhecimento histórico produzido e ensinado seja de fato relevante (Cibotti, 2016, p. 27).

Dessa forma, pensando nas demandas atuais, Roberta da Silva Morais (2021) revisa dissertações do ProfHistória entre o período de 2016 e 2021 em torno do ensino do conteúdo de ditadura militar. Examinando as problemáticas e percursos desse ensino, aponta diversas tendências nas pesquisas que se reportam a questões do tempo presente, indicam a preocupação com valores democráticos e com os direitos humanos e inserem cada vez mais o método historiográfico como parte do ensino do tema.

Conforme a revisão realizada por Morais (2021), algumas questões são pungentes: o desconhecimento e esquecimento sobre esse passado, interligado a isso a memória quanto aos crimes do estado e suas vítimas e, na última década, a crescente de um maniqueísmo, uma disputa e uso político desse passado em meio às crises de governo e econômicas. Destaca ainda, na dimensão da história local, o diagnóstico de um distanciamento entre essas pesquisas acadêmicas e sua abordagem na educação básica.

No ensino sobre ditadura consideramos, portanto, como fragilidades e problemáticas: o saudosismo em relação ao período, o esquecimento das violências aos direitos humanos e a ignorância da dimensão do alcance desse período nos diversos âmbitos sociais. Aspectos

econômicos, por exemplo, foram usados para sustentar uma base de apoio popular, especialmente no que foi chamado "milagre econômico" brasileiro. Nesse processo, além das consequências para a população trabalhadora, não alcançada pelo "milagre", se escondia a face mais violenta de combate à oposição do regime. Essas são questões que envolvem a pesquisa e são pensadas na construção do produto.

Verificando os aparatos normativos em torno do tema, as diretrizes para o estudo sobre ditadura militar no ensino fundamental são direcionadas para o 9º ano. A escolha dos conteúdos essenciais e abordagens estão previstas na recentemente implantada Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e constam ainda no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM).

O tema contempla, assim, a Unidade Temática: *“Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.”*. As habilidades esperadas dos alunos são:

(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura (Brasil, 2018, p. 431).

A unidade temática indica a possibilidade de explorar o contexto de modernização em seus aspectos econômicos e sociais especialmente a partir da habilidade: *“(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964, e na produção das desigualdades regionais e sociais.”* (Brasil, 2018, p. 431).

Já no DCTM (Maranhão, 2019, p. 457), são incluídos como objeto do conhecimento *“A Oligarquia Sarney”* e *“Projeto Grande Carajás e expansão agrícola no Sul do Maranhão”*. Além disso, aborda nas atividades sugeridas outros aspectos:

Debate regrado

O professor escolhe, juntamente com a turma, um mediador das discussões, um redator e um relator. Após essa etapa, a turma será dividida em dois grupos para o início das discussões acerca da modernização versus ditadura militar, com enfoque no estado do Maranhão diante desse processo (os grupos terão direito à réplica e tréplica).

Linha do tempo

Solicitar aos estudantes que construam uma linha do tempo da ditadura militar, por período de governos, explicitando as principais áreas de atuação: social e econômica (Maranhão, 2019, p. 457-458).

Dessa forma, na BNCC, a abordagem da ditadura militar enfoca como essenciais para o ensino aspectos de resistência cultural e política, preconizando, a partir disso, habilidades voltadas para essa temática. O DCTM propõe aprofundamento do contexto local de questões sociais e econômicas.

Conforme demonstrado ao longo da dissertação, a literatura de José J. Veiga interpreta sua contemporaneidade, lançando reflexões diversas que podem ser ponto de partida para avaliar a atuação do autoritarismo ditatorial no âmbito econômico e social. Seu enfoque narrativo no interior do país leva às questões sobre esse Brasil fora dos eixos sul-sudeste. Trazendo para o debate as regiões para além dos grandes centros, que também vivenciaram os processos do período e suas repercussões.

Sobre o uso da literatura no ensino de história, Joan Pagès Blanch (2013) destaca que as áreas não devem competir pelo acesso ao passado, a aproximação interdisciplinar é uma forma de capturar o interesse do aluno e ter acesso a uma “pintura” do social. Conforme Blanch (2013, p. 36): “A literatura é uma forma de expressar relações entre a realidade, as representações subjetivas, qualitativas, que dela se pode ter. Esta visão qualitativa da realidade é uma das principais contribuições educativas das fontes literárias ao ensino da história”.

Dessa forma, algumas das vantagens do seu uso são os efeitos do realismo provocado pela literatura que diminui a distância entre o aluno e o passado. Há ainda a acessibilidade da linguagem e a existência de uma trama como facilitador do interesse, com possibilidade de ampliar os problemas históricos a partir da leitura. Assim compreende-se que a leitura de literatura “tem como objetivo desenvolver no aluno a compreensão do contexto em que o texto foi escrito, criticá-lo utilizando métodos adequados, relacioná-lo com seu cotidiano entre outros objetivos identificados no caso concreto” (Gomes; Pereira, 2022, p. 62).

A escolha de obras produzida durante a ditadura, em uma linguagem metafórica e permeada de temas como tomada de poder, repressão, modernização no meio rural, medo, memória e esquecimento, trazem percepções sobre tais temas. Ainda que a obra não discorra sobre sujeitos ou fatos específicos da ditadura, quando tomada como fonte, essa literatura permite pensar, reconhecer e discutir circunstâncias autoritárias e temas a elas relacionadas. Essas são questões que, quando aplicadas no ensino, possibilitam a criação de um ambiente educacional que exercite um olhar crítico sobre o passado.

Tendo em consideração as ideias de Jorn Rüsen (2001), a origem do conhecimento que chamamos de histórico parte da necessidade humana de organização das “ações” dos homens no tempo, sendo este um conhecimento inerente ao ser humano. Rüsen chama de consciência histórica essa capacidade cognitiva e as operações básicas mentais envolvidas nesse conhecimento do passado.

Nesse sentido, o ensino de história a partir do conceito de consciência histórica, deve considerar que o ensino escolar busca o aprendizado formal e a crítica desse conhecimento do passado. Ou seja, a consciência histórica, em torno de certos processos e temas, deve ser objetivo do ensino de história. Dialogam no aprendizado histórico o ato de ler este passado, interpretá-lo e tomá-lo como orientação para a vida prática (Rüsen, 2011b, p. 114).

A elaboração de um material didático é pensada, portanto, no sentido de desenvolver uma consciência histórica sobre o período ditatorial, que guia a ação e objetivos da aprendizagem histórica. Esse aspecto promove um ensino de história transformativo:

A história tem um lugar na educação porque desenvolve a consciência histórica dos alunos, localizando-os no mundo, de forma a incentivá-los a pensar sobre as relações temporais. Essas relações, de uma maneira ou de outra, com ou sem consciência dos alunos, criam restrições e oportunidades (estabelecem o contexto) em que seus pensamentos e ações podem operar no presente e futuro. E a história faz isso de uma maneira particular, um modo que, para a maioria dos estudantes, é improvável que seja oferecido a eles fora da escola ou fora do contexto da educação formal (Lee, 2016, p. 139-140).

Dessa maneira, a história é transformativa quando dá instrumento ao aluno para elaborar interpretações, analisar fatos e compreender que a atualidade não é o estado natural das coisas e que o presente como está hoje foi construído ao longo do tempo, a partir de uma sucessão de mudanças e permanências.

Além disso, deve fazer parte desse processo de ensino o domínio e mobilização de vocábulos que os alunos possam aplicar em situações cotidianas. Os conceitos históricos são definidos por Schmidt (1999, p. 149) como “um corpo de conhecimentos, gerais ou específicos, abstratos ou concretos, que possuem relação intrínseca com objetos, acontecimentos, pessoas, ações, etc.”. Esses conceitos são auxiliares na observação e compreensão da realidade.

O estudo dos conteúdos previstos nos documentos curriculares analisados a partir da ficção propiciam a identificação e aplicação dos conceitos trabalhados a outros cenários. Nesse processo, o aluno desenvolve a capacidade de fazer associação de forma oral ou escrita desses elementos. Para tal, as experiências de aprendizado propostas para o produto incluem a

leitura dos trechos de forma individual e coletiva, a comparação entre os fatos narrativos, tanto às fontes quanto aos fatos históricos e a descrição de suas similaridades.

Diante da constatação de que a ditadura militar brasileira é amplamente pesquisada academicamente, mas desconhecida em suas questões básicas por grande parte da população, propomos o estudo desse contexto a partir da literatura. De acordo com Fernando Perlatto (2017), o emprego da literatura, nesse sentido, proporcionaria uma sensibilização e evocaria a memória do período. Certas vivências referenciadas na ficção dão conta de explicitar sentimentos e o imaginário do momento, que nem sempre são alcançados por meio da teoria. Assim, como fonte, a literatura levanta questões que dão acesso a compreensões da realidade:

[...] não restam dúvidas de que as narrativas ficcionais possibilitam lançar, via imaginação, novos olhares, perspectivas e interpretações sobre terrenos e territórios, sobretudo subjetivos, de uma forma como a produção acadêmica *stricto sensu* e até mesmo a memorialística não têm condições de fazer (Perlatto, 2017, p. 727).

A leitura dirigida da literatura do período pode proporcionar reflexões sobre como reconhecer e conceituar o autoritarismo, a ditadura, a repressão e ainda fazer pensar os papéis sociais nesses contextos. Tais discussões são essenciais para o conhecimento e ensino de história do período.

Com base nos debates expostos até aqui, o produto foi elaborado a partir da concepção de interdisciplinaridade, tendo como central a proposta didática do uso dos contos “*O Galo Impertinente*”, “*A Máquina Extraviada*” e do romance “*Sombras de Reis Barbudos*” nas aulas de história sobre ditadura militar.

3.2 O produto e suas sessões

A organização do produto se deu então da seguinte maneira: o item “Apresentação” visa fornecer um preâmbulo do que se trata o produto, seu público-alvo e funcionalidades. Em seguida “Por que usar literatura nas aulas de história?” fornece uma breve discussão a partir do arcabouço teórico e bibliográfico utilizado ao longo da dissertação, demonstrando a perspectiva interdisciplinar abordada. A seção “Literatura & ditadura militar” oferece possibilidades de uso de diversos gêneros literários para a reflexão em torno da temática.

O item “Sugestões de uso da literatura no ensino sobre ditadura militar” discute possibilidades de trabalho a partir da literatura no ensino de história. Sem a pretensão de ser um manual estático e rígido, o item faz apontamentos sobre pontos relevantes ao usar

literatura nas aulas de história. Assim justifica, de certa forma, a maneira como foram construídas as sequências didáticas que vêm em seguida.

Uma das propostas é o uso de atividade ativa de leitura e interpretação, e por conseguinte de estudo, a partir da elaboração de perguntas e provocações que guiem a reflexão que se pretende fazer (Buarque, 2021). A ideia desse item é sugerir ao professor de história que, ao usar literatura, elabore questões que conduzam a leitura ao tema e conteúdo proposto, proporcionando um exercício interpretativo essencial para o aluno.

A seção “Propostas de Sequências Didáticas” é composta pelas propostas didáticas a partir da obra de José J. Veiga. Esse item é subdividido primeiramente nos tópicos “O realismo mágico”, “O autor” e “As obras”, em que estão a síntese biográfica, informações sobre o realismo mágico e o contexto de publicação das obras. Esses são aspectos importantes na compreensão da conjuntura histórica dos escritos e de seu autor, etapa essencial no trabalho com fontes literárias em sala de aula.

Como os aprendizados almejados nas propostas didáticas são que os alunos consigam associar elementos dos trechos lidos, tanto dos contos quanto do romance, ao contexto da ditadura militar brasileira há uma relação próxima com conceitos históricos relativos ao período. Por isso trazemos antes das sequências didáticas, no item “De olho nos conceitos”, a definição e construção de conceitos úteis no aprendizado dos conteúdos, tais como ditadura, repressão e modernização. Adaptadas a partir das definições do *Dicionário de conceitos históricos* (2009) de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, as definições são postas para consulta e auxílio dos professores na discussão dos conceitos e termos no processo de ensino.

Para além disso, consideramos uma relação das narrativas com conceitos úteis à reflexão e conhecimento sobre a ditadura militar. Nesse sentido, elencamos para diálogo, a partir dos enredos os conceitos de modernização, ditadura, repressão e as ideias de progresso e milagre econômico, todos pensados em uma perspectiva histórica.

Finalizando a seção são apresentadas as Sequências Didáticas³⁷ com propostas de aulas a partir dos contos e do livro conforme análises desenvolvidas na presente pesquisa. As sequências foram elaboradas considerando os conteúdos, objetos do conhecimento e habilidades previstas na BNCC, bem como os apontamentos de pesquisas da área.

³⁷ A metodologia da sequência didática consiste em desenvolver uma ordem de atividades conectadas a partir de um tema e dos objetivos de aprendizagem, determinando os materiais utilizados, o tempo previsto, as atividades desenvolvidas etc. (Ugalde; Roweder, 2020, p. 4). É, assim, uma metodologia que organiza o desenvolvimento de um tema e da aula, de maneira dinâmica e intencional.

A organização de cada sequência dispõe inicialmente de uma página para a visualização dos objetivos, temas trabalhados, duração previstas e descrição das etapas da sequência. O professor poderá adaptar as sugestões conforme sua realidade escolar, seu público e tempo disponível. As sequências sugerem o encaminhamento para desenvolvimento dos temas propostos, o momento de utilização da obra literária varia conforme o objetivo. As propostas incluem a comparação das narrativas com outras fontes documentais e imagens. Ao fim de cada sequência, há a proposição de atividades para o aprofundamento da temática.

Os conteúdos e temas escolhidos para compor a sequências são para a 1ª sequência a modernização e desenvolvimentismo durante a ditadura a partir do conto *O Galo impertinente*. Para a 2ª sequência a leitura de trechos de *Sombras de Reis Barbudos* são propostos para discutir os conceitos de ditadura, golpe de Estado, características da repressão ditatorial e da importância da memória sobre o período. Por fim, a 3ª sequência debate as ideias de progresso e desenvolvimento vigentes na ditadura militar por meio do conto *A Máquina Extraviada*.

Cada sequência é composta por questões que podem ser utilizadas de guia para a aplicação e discussão das obras em sala. São disponibilizadas ao longo das aulas outras fontes para discussão como imagens, documentos do período, sites e reportagens que podem ser acessados através de links ou *QRcodes*. Além disso, ao fim das aulas há sugestões de bibliografia para embasar os temas.

À medida que as narrativas possibilitam o exercício da imaginação e a reflexão sobre aspectos sociais do presente e desse passado ditatorial, correlacionar os enredos a esses conceitos históricos permite, e dá aos alunos, instrumentos para que possam reconhecer as questões do autoritarismo, ditadura e da democracia. A escolha, então, opta por uma proposta não linear ou factual dos eventos da ditadura, mas sim discutir aspectos sociais, de forma integrada e dinâmica, dando instrumentos de discussão e apreensão do mundo social.

O produto, dessa forma, além de sugerir as sequências de ensino e usos didáticos para as fontes literárias, se propõe a fornecer ideias para os professores nas elaborações de suas aulas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigamos nessa pesquisa obras do “ciclo sombrio” do autor goiano José J. Veiga (1915-1999), publicadas ao longo da ditadura militar brasileira e que, desde suas publicações iniciais, vêm sendo interpretadas à luz dessa ditadura. Sendo um objeto já vastamente pesquisado na área literária, o objetivo central aqui consistiu em analisar historicamente essas obras pensando sua relevância para o conhecimento histórico e para seu ensino.

Retomando as problemáticas que nortearam a pesquisa, buscamos responder as questões: qual relação pode se estabelecer entre a literatura de José J. Veiga e um discurso histórico sobre o contexto pós-1964 no Brasil? Como as obras se comunicam tematicamente a conceitos históricos relacionados a esse período ditatorial? Como elaborar abordagens dessa literatura ficcional como recurso para o ensino básico de história?

A partir dos “locais imaginários”, que são os pequenos vilarejos fictícios de suas histórias, sobressaiu-se ao longo da pesquisa que a obra de Veiga concede acesso as experiências de modernizações, transformações desde o ambiente rural, desenvolvimentismo e autoritarismo. Esses são aspectos já discutidos nas análises literárias, no entanto nota-se que as leituras em torno dos escritos de Veiga tendem a isolar elementos, seja do autor ou da obra, que resultam em um sentido único, mesmo quando se quer apontar sua universalidade.

Assim, em pesquisas José J. Veiga é ora um autor da modernidade do século XX, ora apenas um regionalista; algumas vezes um escritor do fantástico acima de tudo e, na maior parte das análises, um escritor que se rebelou contra a ditadura por meio de seus contos e romances. Primeiramente, esses apontamentos indicam as múltiplas leituras possíveis a partir do autor, mas também reduzem a leitura e sobretudo se empenham em ligar suas narrativas a fatos específicos no tempo e espaço.

À exemplo, obras escritas após longo período distante do Goiás, são analisadas como restritas à episódios específicos ocorridos naquele estado. A obra *A hora dos ruminantes* (1966) é apontada, muitas vezes, como uma alegoria definitiva do golpe militar. De fato, José J. Veiga poderia estar acompanhando a distância as notícias de seu estado, são possibilidades. É também inegável a ligação de suas temáticas com inúmeros fatos ocorridos ao longo do século XX. No entanto, restrições muito específicas, como essas comentadas, limitam a leitura e alcance do autor.

Também aqui nessa pesquisa restringimos a análise, que se pretendeu histórica, à um período específico, a ditadura militar e o pós-1964, e buscamos em torno disso contribuições em interpretações e leituras desse momento em particular. No entanto, ao analisar seu “ciclo

sombrio”, que sim, é apenas uma parte de sua obra, buscamos conectar aspectos anteriores e posteriores a esse momento, almejando tal qual pretende a História, a compreensão de sua literatura como um processo, com continuidades e rupturas. Esperamos dessa forma contribuir a fortuna crítica do autor.

Para responder a essas questões colocadas, inicialmente, ao longo do Capítulo 1, se demonstrou a ligação frutífera entre literatura, história e ensino, com amplo espectro de possibilidade para estudo pela história. Por meio da investigação bibliográfica e da historiografia a pesquisa apontou a literatura como fonte e linguagem fecundos na investigação do contexto ditatorial pós-1964 no Brasil.

A perspectiva da História Cultural contribuiu na compreensão da literatura como fruto de seu tempo e intrinsecamente relacionada com a sociedade que a produziu. Por meio das ficções pode-se acessar universos literários, cidades imaginárias, com personagens elaborados por autores que, de certa forma, com estes partilhavam o cenário político e social ditatorial em que foram escritos.

De fato, a literatura produzida após 1964 refletiu problemáticas de seu momento histórico, transcendeu barreiras da repressão e por meio de seus gêneros, linguagens e temáticas possibilitou a discussão e aprofundamento em torno de questões do período. A fonte literária, nesse sentido, lança olhares para essas questões sendo um espaço em que as memórias ditatoriais estão escritas e a partir dos quais podem ser evocadas.

A partir da literatura expressam-se, portanto, contradições, conflitos e nuances do autoritarismo nos diversos âmbitos sociais. Por representar aspectos da realidade, de forma subjetiva, essa literatura sobre a ditadura agrega ao ensino como discussões teóricas não são capazes de fazer, amplia a gama de temas a serem explorados e proporciona reflexões que contribuem para a educação histórica, sendo sua inclusão no ensino socialmente relevante para o ensino do tema.

Da mesma forma que são considerados aspectos pessoais do autor, elementos do contexto históricos e da construção interna das obras em pesquisa acadêmicas, no ensino essas questões podem ser levantadas e tratadas como parte da aplicação da literatura como fonte que permite desvelar o passado. Dentre as produções culturais (músicas, filmes, peças teatrais etc.) já bastante exploradas em torno da temática da ditadura militar, o aprofundamento do potencial da literatura pode direcionar a enfoques que ampliem a percepção do alcance do autoritarismo para questões mais subjetivas.

No Capítulo 2, apontamos como o Brasil em transformação do século XX está na literatura do “ciclo sombrio” de José J. Veiga. Suas obras expressaram as mudanças dessa modernidade ao longo, principalmente, do período da ditadura militar, havendo então a fusão da modernidade com o autoritarismo. Demonstramos aspectos dessa modernidade delimitada ao período da ditadura militar, sem ignorar que fazem parte de uma continuidade de processos e discursos anteriores.

A análise, exemplificada no caso dos contos e romance, estabeleceu que seja em uma máquina que chega ao sertão, no sonho da estrada frustrada pela aparição do galo ou na tirania da Companhia de Melhoramentos de Taitara, as narrativas em suas ambientações e desenvolvimento servem à reflexão sobre o Brasil do século XX.

A partir das categorias ditadura, repressão, modernização, analisadas nas narrativas, foi possível interligar a ficção de Veiga a um Brasil rural em transição. Descrever as ocorrências das temáticas nas obras proporcionou associá-la as representações do discurso modernizante próprio da década de 1960 e da propaganda de progresso empreendida pela ditadura militar para sua manutenção autoritária no poder. Nesse processo a consideração do conjunto de obras de Veiga e sua trajetória como autor foi pertinente.

Se no início de sua jornada como escritor José J. Veiga apresentava preferência pelo distanciamento da realidade e por narrativas absurdas, ao longo de seu “ciclo sombrio” seu estilo se aprofunda. O realismo mágico utilizado pelo autor na construção dessas narrativas expande ainda a sua literatura como expressão moderna da realidade histórica latino-americana, perpassada pelo colonialismo, opressão e por ditaduras militares. A literatura veiguiana interliga-se, então, a um contexto amplo de experiências, e de contestações a elas, na América Latina.

De fato, são inúmeras as possibilidades de estudo em torno da obra de Veiga. Analisar escritos não ficcionais³⁸ disponíveis de José J. Veiga, investigar sua trajetória pela comunicação e outras relações sociais possíveis com a totalidade de sua obra são caminhos ainda a serem percorridos em pesquisas futuras sobre o autor.

Por fim, no Capítulo 3 descrevemos a construção de um produto que possa contribuir para a inclusão dessa literatura no ensino de história básica. Os fundamentos da construção do material consideraram a literatura como fonte importante de acesso ao passado e construção do conhecimento histórico. A obra de José J. Veiga como um acesso ao conhecimento

³⁸ Seu acervo de livros e escritos se encontra no Espaço Literário José J. Veiga, na biblioteca do Sesc Centro, em Goiânia.

histórico e social daquele Brasil pós-1964 é proposta para a reflexão em torno do período sombrio da ditadura e ainda para uma maior compreensão do momento atual. A leitura literária e o exercício de imaginação histórica, a partir desta, é também uma ferramenta útil para o ensino.

Esperamos que o trabalho possa acrescentar as pesquisas sobre o uso da literatura no ensino de história, especialmente na compreensão do período de ditadura militar. Na última década, em meio à crise democrática e a ascensão de alusões de retorno ao período ditatorial o conhecimento desse passado, tão presente, é urgente e de relevância social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. **A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas.** Tradução. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007

ALVES, Alison S. de S.; SILVA, Francisco Vieira da. Tendências negacionistas sobre a ditadura militar no bolsonarismo: um debate necessário para o ensino de história contemporânea. *In: SILVA, Francisco Vieira da; MAYER, Leandro (orgs.). Michel Foucault na educação: propostas investigativas.* Itapiranga: Schreiben, 2021. EISBN: 978-65-994458-0-4 DOI: 10.29327/533181. e-book. Disponível em: https://www.editoraschreiben.com/files/ugd/e7cd6e_955f01ff57214a96bc48003b0a18552f.pdf. Acesso em: 16 de set 2023.

AMÂNCIO, Moacir. **José J. Veiga. Literatura Comentada.** São Paulo: Abril educação, 1982.

ANTONI, Edson. História da América Latina: diálogos possíveis entre a sociologia das ausências e os livros didáticos de História. *Intelléctus*, v. 20 n. 1, 2021. p. 74-91.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, *et al.* **Sociedade Brasileira: uma História através dos Movimentos Sociais (Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo).** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; LIMA, Aline Cristiana Silva. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. *Roteiro*, v. 36, n. 1, p. 55–80, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/791>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BLANCH, Joan Pagès. As fontes literárias no ensino de história. *OPIS*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 33–42, 2013. DOI: 10.5216/o.v13i1.19966.

BLOCH, Marc. **Apologia da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORGES, P. D. V. R. História e Literatura: Algumas Considerações. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94–109, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Onde Clio e Caliope se fundem: A metáfora da farinha d'água. *In: PUCHEU, Alberto; TROCOLI, Flavia; BRANCO, Sonia. Teoria literária e suas fronteiras.* Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2014, 172 p. pp. 25-40. Disponível em: <https://versura.blogspot.com/2014/04/onde-clio-e-caliope-se-fundem-metafora.html>. Acesso em 15 de jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. Usos & abusos da história oral.* 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.169-180.

BRASIL, Assis. Outros contos de Platiplanto. **Correio da manhã**. 4º Caderno. Rio de Janeiro, Domingo, 19 de maio de 1968\Edição 23038. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/92126. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1997. 108 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

BUARQUE, Hosana M. L.. **Trilhas de leituras literárias: propostas de estratégias de leituras de contos e crônica no ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. PROFLETRAS. Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8474>. Acesso em 16 de mar de 2024.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992, p. 7-37.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhart e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 1992. p.11-37.

CAIMI, Flávia Eloisa. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectiva de ensino e pesquisa. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (org). **O ensino de história em questão**. Cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 17-36.

CAMPEDELLI, Samira. Y. **José J. Veiga. Literatura Comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1982.

CAMPOS, Lucas Almeida. **A voz do fantasma: perpetradores de violência na ficção brasileira contemporânea**. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13407?show=full>. Acesso em: 07 set. 2023.

CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia. Tentativa de esclarecimento. *In*: CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO. Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4ed. São Paulo/Rio de Janeiro: 2004. p. 169-191.

CARLOMAGNO, Márcio C; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de**

Ciência Política, v. 7, n. 1, jul. 2016. ISSN 2236-451X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>. Acesso em: 07 set. 2023.

CARNEIRO, Neruney Meira. A configuração do insólito literário em obras de J. J. Veiga. **Revista Alere**, v. 4, n. 1, p. 14, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/546>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CARVALHO, João Pedro de. **Os meninos e as fábricas :fábricas:** A incorporação do social na literatura alegórica de José J. Veiga. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/42038>. Acesso em: 07 set. 2023.

CARVALHO, João Pedro de. Veiga: alegorias da urbanização e industrialização do Brasil central. **Em Tese**, v. 27, n. 1, p. 116-136, 2021.

CASTELLO, José. "José J. Veiga trabalha nos limites da fantasia" *In*: O Estado de São Paulo, 04/10/1997, **Caderno 2**, p.99. (Acervo digital)

CERTEAU, Michel De. (1975) **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (II. A operação historiográfica p. 65-119).

CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 6–30, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>. Acesso em: 07 set. 2023.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL. 2. ed, 1990.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 1, n. 1, p. 197–216, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001006>. Acesso em: 07 set. 2023.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173–191, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em: 07 set. 2023.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras**. 27ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

CHIAMPPI, Irlemar. **El Realismo Maravilloso: forma y ideologia em La novela hispanoamericana**. Caracas: Monte Avila Editores, 1983. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/9730997/El-realismo-maravilloso-de-Irlemar-Chiampi>. Acesso em 26 set. 2018.

CHIAPPINI, Ligia. Ficção, cidade e violência no Brasil pós-64: aspectos da história recente narrada pela ficção. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques (orgs). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

CIBOTTI, Ema. **América Latina en la clase de historia**. Buenos Aires: FDE, 2016.

CORRÊA, Rafael Vinicius C.; SALLA, Thiago Mio. Os caminhos de Manarairema: mediação editorial e recepção de José J. Veiga. **Anuário de Literatura**, v. 27, p. 01–18,

2022. DOI: 10.5007/2175-7917.2022.e85277. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/85277>. Acesso em: 7 set. 2023.

COUTINHO, Fernanda Maria Abreu. Pierre Bourdieu e a gênese do campo literário. **Revista de Letras**, n. 25, v. 1, 2003. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2241>. Acesso em: 07 set. 2023.

CRUZ, Cláudia Helena da. O uso didático do texto literário no ensino de história: uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar. *Diversa Prática*, v. 6, n. 2, p. 195-211 – 2º semestre 2019. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/diversapratica/article/view/58995>. Acesso em: 07 set. 2023.

CURADO, Ramir. **José J Veiga**: o Fantástico Realismo de um Goiano. Anápolis: Moderna, 2017.

CZAJKA, Rodrigo. Intelectuais, literatura e imprensa no pós-golpe. **Revista História Unisinos**. São Leopoldo, vol. 18, n. 3, pp. 498-505, 2014. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.04/4373>. Acesso em: 07 set. 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1996.

DANTAS, Gregorio Faganholo. **O insólito na ficção de Jose J. Veiga**. Dissertação. Campinas, UNICAMP, 2002, 196 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2002. DOI:
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2002.242106>. Disponível em:
<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1592290>. Acesso em: 7 set. 2023.

DUARTE, Ana Lucia Cunha. SILVA, Renato Moreira. MOURA, Neria. Concepção de competência na BNCC e no documento curricular do território maranhense (DCTM). **Educação em Revista**, v. 21, n. 02, p. 21-36, 2020.

DUTRA, Roberto; RIBEIRO, Marcos Abraão. Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. **Revista brasileira de sociologia**, v. 09, n. 22, p. 246-273, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.692>. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/692>. Acesso em: 7 set. 2023.

FERREIRA, Raquel França dos Santos. **A "última página" de O Cruzeiro**: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64. 2015. 284 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/14442#collapseExample>. Acesso em: 29 de nov. 2023

FLORES, Amanda Luiza Mattje. **“Num país totalitário este livro seria proibido”**: considerações sobre a censura aos livros na ditadura civil-militar a partir do caso de Incidente em Antares, de Erico Verissimo (1971). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre -RS, 2020. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10183/216816>. Acesso em: 7 set. 2023.

FRANCO, Renato. Censura e modernização cultural à época da ditadura. **Perspectivas**, v. 20/21, p. 77-92, 1997/1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2061>. Acesso em: 22 de fev de 2024.

FREIRE, Pâmela Leão. **A máquina moedora das gentes**: a relação entre o homem e a máquina em alguns contos da literatura brasileira contemporânea. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, RS: 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/29979>. Acesso em: 22 de fev de 2024.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó-SC: Argos, 2009. p.57-73.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. *In*: BARROSO, Vera Lúcia; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei; PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Ensino de história**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST, 2010. p. 183-201.

GÉMES, Márton Tamás. **Quando pequenos mundos se despedaçam**: O ciclo sombrio de José J. Veiga. Reconhecimento, Perspectiva, Poder e Fantástico. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 405p.

GOMES, Juliana Paula de Oliveira; PEREIRA, Heloísa Marina. Leitura literária no ensino do componente curricular de história. **Linha Mestra**, v. 16, n. 48, p.59-65, 2022. Disponível em: www.lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/1316. Acesso em: 6 jan. 2024.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira. Edição, 3. Editora: Ática, 1992.

IEGELSKI, Francine. História conceitual do realismo mágico - a busca pela modernidade e pelo tempo presente na América Latina. **Almanack**, s. v. n. 27, p. ep00121, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463327ep00121>. Acesso em: 6 de Mar. de 2024.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande**. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03082022-165641/pt-br.php>. Acesso em: 6 de Mar. de 2024.

KÖLLN, Lucas André Breno. Os tempos ditatoriais na literatura brasileira: ficção, história e historiografia. *In*: **XII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória e III Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano**, ISSN: 2175-943X, 2015, Cascavel. Disponível em: https://www.academia.edu/38674173/Os_tempos_ditatoriais_na_literatura_brasileira_ficção_história_e_historiografia. Acesso em 05 de mar de 2014.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, v. 0, n. 60, p. 107-146, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.45979>. Acesso em 28 nov. 2022.

LEE, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado. *In*: BARCA, Isabel. (Org.). **Educação Histórica e Museus: actas das Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2003. p. 19-36. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/480>. Acesso em: 7 set. 2023

MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. 1a ed. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007. p. 107-117.

MAIA, Gretha Leite. Alumbrar-se: realismo mágico e resistência às ditaduras na América Latina. **ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 2, n. 2, p. 371–388, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21119/anamps.22.371-388>. Disponível em: <https://periodicos.rdl.org.br/anamps/article/view/92>. Acesso em: 7 set. 2023.

MALARD, Letícia. Romance sob censura. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, v. 21, n. 1, p. 123-137, 2012. ISSN 2358-9787. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3442. Acesso em: 07 set. 2023.

MARTINS, Estevão C. de R. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**, n. 42, p. 43–58, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000500004>. Acesso: 29, dez de 2021.

Maranhão, Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense: para educação infantil e o Ensino Fundamental**. São Luís, 2019.

MARTINS, Wilson. "Romances e contos". *In*: **Estado de São Paulo**, 16 de jan. de 1960.

MARTINS, Wilson. "Um realista mágico". *In*: **Estado de São Paulo**, 07 de set. de 1968.

MATIAS, Felipe dos Santos. Literatura e história: aproximações e afastamentos ao longo do tempo. **Revista Alere**, v. 15, n. 1, p. 21–46, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/2307>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MIYAZAKI, Tiekō Yamaguchi. **José J. Veiga: de Platiplanto a Torvelinho**. São Paulo: Atual, 1988.

MORAIS, Roberta da Silva. **O ensino da ditadura civil-militar brasileira: um olhar sobre as dissertações do profhstória (2016-2021)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/235388>. Acesso em: 05 de mar de 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis**, 4-5, 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 05 jan 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota: a literatura brasileira durante o regime militar. **Literatura e Sociedade**, v. 21, n. (23), Jul\Dez 2016, 230-243. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i23p230-243>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/lis/article/view/134587>. Acesso em: 7 set. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o Regime Militar Brasileiro- Apontamentos para uma Revisão Historiográfica. **Contemporânea: Historia y problemas del siglo XX**, v. 2, n.ano 2, p. 209-218, 2011, ISSB: 1688-7638 v.2, 2011.

NEPOMUCENO, Luís. A.. Hannah Arendt explica José J. Veiga. **Revista Ponto de Vista**, v. 12, n. 2, p. 01–08, 2023. DOI: 10.47328/rpv.v12i2.15931. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/15931>. Acesso em: 26 fev. 2024.

NEPOMUCENO, Luís A.. De cachorros, homens e bois: poder e violência em José J. Veiga. **Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 3, n. 5, p. p. 99–109, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/962>. Acesso em: 31 ago. 2023.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Narrativa e conhecimento histórico: alguns apontamentos. **Historica**, s. v., n.15, 2006. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia02/. Acesso em: 31 de Jan de 2024.

OURIQUE, João Luis P.; SANTOS, Douglas E. dos. Bois, cachorros, reis barbudos e mortos insepultos: o realismo mágico na literatura brasileira pós golpe militar de 1964. **Literatura e Autoritarismo**, s. v., n. 32, 2019, p. 3-14. n. 32, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1679849X36256>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/36256>. Acesso em: 7 set. 2023.

PACHECO, Abilio. O Ensino de Literatura e a BNCC do Ensino Fundamental. *In*: BRITO, Áustria Rodrigues; SILVA, Luíza Helena Oliveira da; SOARES, Eliane Pereira Machado. **Divulgando Conhecimentos de Linguagem: pesquisas em língua e literatura no ensino fundamental**. Rio Branco: Nepan Editora, 2017. pp. 15-32.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **História e Luta de Classes**, 2012, p.43-49.

PELLEGRINI, Tânia. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, s.v., n. 43, p. 151–178, 2014. DOI: 10.1590/S2316-40182014000100009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9951>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PERES, Marcus V. M. Por que ensinar a ditadura civil-militar? A formação de um sujeito por meio da democracia. **Revista Encontros**, v. 12, n. 22, pp. 61-79, 2014.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 62, setembro-dezembro, 2017, p. 721-740. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000300011>. Acesso em: 7 set. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação**, ASPHE\FaE\UFPel, Pelotas, n.14, p.31-45, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 7 set. 2023.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>. Acesso em: 7 set. 2023.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Atrás do mágico relance**: uma conversa com J. J. Veiga. Campinas: Editora da INICAMP, 1989.

PRADO, Maria Emilia. Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do Projeto Nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60. **História Actual Online**, s. n. 15, p. 19-27, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2546980>. Acesso em: 02 de mar de 2024.

QUELHAS, Iza. No país do faz de contas: uma leitura da obra de José J. Veiga. **Recorte revista de linguagem, cultura e discurso**, v. 2, n. 3, Jul-Dez\2005. Disponível em: periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/2130. Acesso em: 7 set. 2023.

RIBEIRO, F. M. F.; CARVALHAL, J. P... Alternativas metodológicas para o ensino da ditadura militar. *In: III Simpósio de Professores de Juiz de Fora, Desafios da Escola Contemporânea*: o currículo e suas implicações na formação de identidades. 2005.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração Marcelo Ridenti. *In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. *In: FERREIRA, Jorge, et al. O Brasil republicano vol. 4. O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROCHA, Helenice. Letramento(s) histórico(s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 275–301, 2021. DOI: 10.22228/rtf.v13i2.1061. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1061>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ROCHA, Helenice. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de história. *In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (org.). O ensino de história em questão*. Cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 97-119.

RODRIGUES JÚNIOR, Edson José. A batalha do fantástico: panorama teórico-crítico do século xx. **Revista Água Viva**, v. 6, n. 2, 2021. DOI: 10.26512/aguaviva.v6i2.38226. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/38226>. Acesso em: 4 mar. 2024.

RODRIGUES, Milton Hermes. Antecedentes conceituais e ficcionais do realismo mágico no Brasil. **Revista Letras**, v. 79, dez. 2009. ISSN 2236-0999. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v79i0.15911>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/15911>. Acesso em: 07 set. 2023.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende (orgs). Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011a. p.23-40.

RÜSEN, Jorn. El desarrollo de la competência narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa** v. 4, n.7, p.27-36, 1992. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1172513/mod_resource/content/1/Jorn%20Rusen%20e%20o%20Ensino%20de%20História.pdf. Acesso em: 22 de dez de 2021.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende (orgs). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011b. p. 109-127.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, Alex Filipe G. dos. Breves reflexões acerca do papel da imprensa na construção do “Brasil grande”. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, v. 2, n. 2, p. 02–10, 2019.

Disponível em: <https://teste-periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/2636>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SANTOS, Gabriel G. dos; BELLINI, Nerynei M. C. A superação do autoritarismo em José J. Veiga. **Literatura e Autoritarismo**, s. v. n. 35, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.5902/1679849X44285>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/44285>. Acesso em: 7 set. 2023.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no ensino de história: "a captura lógica" da realidade social. **Hist. Ensino, Londrina**, v. 5, s.n., p. 147-163, 1999. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12443>. Acesso em: 21 de jan de 2022.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Resende Martins (orgs). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2. ed., 2003.

SILVA, Antonio Eldo; DURÃO, Gustavo de Andrade. Um silêncio que inquieta o ensino de História escolar: O passado difícil da ditadura militar brasileira na sala de aula. In: **32º Simpósio Nacional de História - ANPUH Nacional. Democracia e direitos humanos: desafios para a história profissional**, 32, 2023. **Anais [...]** Maranhão: São Luís. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1693761848_ARQUIVO_e897efbe2f2e6735f70c780aaede734c.pdf. Acesso em 03 de mar de 2024.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marcos. História e local imaginário (Voos da liberdade em Sombras de reis barbudos). In: COSTA, Cléria Botelho da.; LONGO, Clerismar Aparecido; BARROSO, Eloísa Pereira. **História Oral e Metodologia da pesquisa em história: Objetos, Abordagens temática**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016. p.85-102

SILVA, Marcos. Infância, ficção, história e ditadura: Voos da liberdade nas Sombras de reis barbudos. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis-SC: 2015.

SILVA, Rafael Lucas Santos da. Memórias subterrâneas dos desaparecimentos na ditadura civil militar (1964-1985): política, autoritarismo, trauma e testemunho em K. - relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *Revista Ágora*, n. 28, 2018, p. 9-27.

POTENCIANO Agostinho. **Um olhar crítico sobre o nosso tempo**: uma leitura da obra de Jose J. Veiga. 1987. p. 171. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1577957>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SOUZA, Luis Filipe Brandão de. **Sensibilidade em regime de exceção zero e não verás país nenhum de Ignácio de Loyola Brandão, e o regime militar brasileiro (1964 – 1985)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2015.

STEEN, Edla van. “J.J. Veiga” (Entrevista). *In: Viver & Escrever*. Porto Alegre, L&PM/INL, v. 2, p. 73-84, 1982.

SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários & retratos. 2. ed. revista - Belo Horizonte: Editora UFMA, 2004.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. Dez anos da Comissão Nacional da Verdade e as comissões da verdade locais no Brasil: parcerias e ações para o acesso aos arquivos. *Revista Histórias Públicas*, v. 1, n. 1, p. 232–251, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/6944>. Acesso em: 24 fev. 2024.

TEÓFILO, Sarah. José J. Veiga: goiano cosmopolita mostra vitalidade ao ser editado pela Companhia das Letras. *Jornal Opção*, 31 jan 2015 às 09h49 (*online*). Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/eita-jose-j-veiga-27358/>. Acesso em: 08 set. 2023.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TRINDADE, Marcos Vinicius Ferreira. **Romances autobiográficos e Terror de Estado no Brasil**: reflexões e propostas de abordagens de textos literários nas aulas de História. (Dissertação em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2021.

UGALDE, Maria C. P.; ROWEDER, Charlys. Sequência didática: uma proposta metodológica de ensino aprendizagem. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v. 6, Edição Especial, e099220, 2020, p.1-12.

VARGAS, Francisco. “Um construtor de fábulas: entrevista com José J. Veiga”. *Revista Veja*. Edição 734, 29 set. 1982, p. 3-6, acervo Veja.

VEIGA, José J. **A estranha máquina extraviada**: contos. 13ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [1967].

VEIGA, José J. **Sombras de Reis Barbudos**. 17ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 [1972].

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da UnB, 1982.

VIDAL, Paloma. Literatura e ditadura: alguns recortes. **Ensaio da Revista Escrita de Letras**, - s.v., n. 5, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.escrita.3551>. Acesso em: 28 de fev de 2024.

VIEGAS, Danielle Heberle. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, s. n., p. e202009pt, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202009pt>. Acesso em: 28 de fev de 2024.